

Daniel Higino Lopes de Menezes

CEBs e REDES DE COMUNIDADES
Abordagem teológico-pastoral a partir de Faustino Teixeira e do
material dos Encontros Intereclesiais das CEBs

FAJE
Belo Horizonte
2010

Daniel Higinio Lopes de Menezes

CEBs e REDES DE COMUNIDADES
Abordagem teológico-pastoral a partir de Faustino Teixeira e do
material dos Encontros Intereclesiais das CEBs

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em teologia sistemática.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Libanio, sj.

FAJE
Belo Horizonte
2010

Ded.

Às Comunidades Eclesiais de Base de todo o Brasil
comprometidas com a construção de “outro mundo
possível” e de um “novo jeito de ser Igreja”.

Agradecimentos

À Arquidiocese de Brasília na pessoa do Sr. Arcebispo D. João Braz de Aviz
a quem tenho muito apreço e respeito. Agradeço o apoio, incentivo
e a garantia das condições financeiras para a realização do mestrado.

À CAPES pelo programa PROSUP que garantiu a bolsa de estudos e a valorização dos cursos
de pós-graduação em Teologia.

À FAJE na pessoa do reitor, o magnífico Pe. Jaldemir Vitória, sj, a gratidão pela excelência
da instituição e principalmente pela acolhida em Belo Horizonte, favorecendo ambiente
propício para a pesquisa.

Ao Pe. João Batista Libanio,
pelo aprendizado, pela orientação na pesquisa e pela amizade construída.
A admiração existente antes de conhecê-lo, ampliou-se ainda mais depois desse tempo.

Aos professores da FAJE por toda a dedicação
e maestria acadêmica no desenvolvimento das disciplinas e seminários.

A todos os funcionários, em especial os da biblioteca e secretaria,
pela atenção, responsabilidade e companheirismo.

À Fraternidade D. José Maria Pires com todos os que formamos comunidade:
Lúcio Bento, Pe. Élio Omar Fagundes Machado, Ivonil Parraz,
Pe. Lúcio Álvaro Marques e Pe. Ademilson Ferreira,
pela amizade, companheirismo e todo o apoio acadêmico nas horas difíceis.

Às demais Fraternidades D. Hélder Câmara e D. Luciano Mendes de Almeida,
assim como a todos os colegas da pós-graduação
pelo apoio recíproco nesse período de estudos.

A todas as Comunidades de Belo Horizonte e Ouro Preto onde desfrutei da fé e da caminhada.

A Étel Teixeira de Jesus, pelo carinho, amizade, companheirismo, incentivo
e correção gramatical de todos os meus trabalhos.

À minha família por carinho, incentivo e presença em todos os momentos.

Aos meus pais João Lopes de Menezes e Maria Higinio de Menezes,
às minhas irmãs Diana Lopes Higinio de Menezes e Eliane Higinio Lopes de Menezes,
ao meu sobrinho Rafael Higinio Lopes dos Anjos e ao meu cunhado Marcos dos Anjos.

“Gente simples, fazendo coisas pequenas,
em lugares pouco importantes,
consegue fazer mudanças extraordinárias”.

(Provérbio africano)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo estudar nas obras de Faustino Teixeira e nos documentos produzidos na realização dos Encontros Intereclesiais elementos que permitam pensar a eclesiologia subjacente às CEBs na linha de redes de comunidades. Atualmente, em muitas dioceses brasileiras, implanta-se novo modo de organização da vida da Igreja particular à maneira de tais redes. Desenvolvemos, neste trabalho, a eclesiologia das CEBs, como rede de comunidades, que supere a forma institucional das paróquias na esteira da concepção de Igreja como Povo de Deus do Concílio Vaticano II. Com as CEBs, inaugura-se novo modelo eclesial, mais participativo, que favorece o protagonismo dos leigos, reconhece o papel das mulheres, permite outra concepção ministerial e possibilita maior inserção no mundo face aos atuais desafios da globalização com o engajamento político e as diferentes formas de inter-relacionamento social. A dissertação, organizada em três partes inicia com a sociogênese e breve conceito sobre as redes. Em seguida trata da eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e do material dos Intereclesiais. Por último, relaciona ambas as partes, apresentando as consequências pastorais de tal eclesiologia. As redes apresentam-se como a forma atual de organização da sociedade em diversos meios. Superam-se os modelos verticais e amplia-se o nível de relacionamentos. Desse modo, reconhece-se a pluralidade e estabelecem-se novas formas de gestão. Organizar a Igreja em redes de comunidades significa atualizar a compreensão eclesial tornando-a flexível, dialógica e ministerial. Permite-lhe participar ativamente da vida social e estabelecer relações mais próximas e efetivas com a sociedade.

Palavras-chave: CEBs, redes, Igreja, Intereclesial, redes de comunidades, eclesiologia

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à étudier les œuvres de Faustino Teixeira et documents produits dans l'exercice des réunions des preuves Intereclesiais à penser que l'ecclésiologie derrière le CEBs pour les communautés de réseautage en ligne. Actuellement, dans de nombreux diocèses au Brésil, pour déployer nouvelle façon d'organiser la vie de l'Église en particulier dans la manière de ces réseaux. Développées dans ce travail, l'ecclésiologie de CEBs comme un réseau de communautés, de surmonter la forme institutionnelle des paroisses dans le sillage de la conception de l'Église comme Peuple de Dieu de Vatican II Avec le CEBs, ouvre un nouveau modèle ecclésial, plus participative, qui favorise le rôle des laïcs, reconnaît le rôle des femmes, offre une conception différente des ministres et permet une plus grande intégration dans le monde face aux défis actuels de la mondialisation avec l'engagement politique et les différents formes de relations social. La thèse est organisée en trois parties en commençant par la sociogenèse concept et bientôt sur les réseaux. Puis vient l'ecclésiologie de CEBs dans Faustino Teixeira et matériel de Intereclesiais. Enfin, les deux parties présentant des listes les conséquences pastorales d'une telle ecclésiologie. Les réseaux sont présentés comme la forme actuelle de l'organisation sociale de différentes manières. L'emportent sur les modèles verticaux et d'élargir le niveau des relations. Ainsi, il reconnaît la pluralité et d'établir de nouvelles formes de gestion. Organiser l'Eglise dans les réseaux des communautés signifie l'amélioration de la compréhension ecclésiale qui rend flexible, dialogique et ministérielles. Cette option vous permet de participer activement à la vie sociale et d'établir des relations plus étroites avec la société et efficace.

Mots-clés: CEBs, les réseaux, l'église, l'Inter, des réseaux de communautés, ecclésiologie.

SIGLAS

AA – Apostolicam Actuositatem

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

AC – Ação Católica

ACAT – Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura

AMR – Asociación Medica de Rosario

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ANPB – Associação Nacional dos Presbíteros do Brasil

ANPTECRE - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião

APD – Assembléia Povo de Deus

APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico

APNs – Agentes de Pastoral Negros

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEBI – Centro de Estudos Bíblicos

CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano

CELMU - Curso Ecumênico de Formação Litúrgico-Musical

CENACORA – Comissão Nacional de Combate ao Racismo

CERIS – Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CESEP – Centro Ecumênico de Serviço a Evangelização e Educação Popular

CFE – Campanha da Fraternidade Ecumênica

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMP – Central de Movimentos Populares

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS – Conselho Nacional de Populações Extrativistas

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CONIC – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Documento de Aparecida

DGAE – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil

DMO – Dia Mundial de Oração

DP – Documento de Puebla

Ebape/FGV – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

EN – Evangelli Nuntiandi

ENP – Encontro Nacional de Presbíteros

ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FNRA – Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo

FSM – Fórum Social Mundial

GRENI – Grupo de Religiosos(as) Negros e Indígenas

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IFAS – Institute of Food and Agricultural Sciences

IMA – Instituto Mariama

INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos

IRFED - Centro Internacional de Formação e de Pesquisa para o Desenvolvimento

ISER/Assessoria – Instituto de Estudos da Religião

LG – Lumen Gentium

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MEB – Movimento de Educação de Base

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

ODM – Fabricação do Projeto Original

OEM – Fabricação do Equipamento Original

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PE – Plano de Emergência

PJ – Pastoral da Juventude

PJE – Pastoral da Juventude Estudantil

PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PO – Presbyterorum Ordinis

PPC – Plano de Pastoral de Conjunto

PROFEC – Programa de Formação e Educação Comunitária

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCC – Renovação Carismática Católica

REB – Revista Eclesiástica Brasileira

RM – Redemptoris Missio

SD – Documento de Santo Domingo

SEDOC – Serviço de Documentação

SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

SOTER – Sociedade de Teologia e Ciências da Religião

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

SUS – Sistema Único de Saúde

UR – Unitatis Redintegratio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	15
I - SOCIOGÊNESE DAS REDES	20
Introdução	20
1. Contextualização Econômica, Política e Sociocultural do Fenômeno das Redes	20
a. Contexto Econômico	21
<i>Capitalismo informacional</i>	<i>21</i>
<i>Economia globalizada</i>	<i>22</i>
<i>Limites</i>	<i>23</i>
b. Situação sociopolítica	24
<i>Nova gestão pública em redes</i>	<i>25</i>
<i>Fortalecimento da democracia</i>	<i>26</i>
<i>Limites</i>	<i>27</i>
c. Realidade sociocultural	28
<i>Sociedade informacional</i>	<i>28</i>
<i>Revolução cultural</i>	<i>29</i>
<i>Limites</i>	<i>31</i>
2. Conceitos e Características do Fenômeno das Redes	32
a. Origem	32
<i>Novas teorias da psicologia social</i>	<i>33</i>
<i>Surgimento das novas tecnologias da informação</i>	<i>34</i>
b. Conceitos	35
c. Características	38
<i>Gerais</i>	<i>38</i>
<i>Específicas</i>	<i>38</i>
3. Diferentes Campos onde as Redes são Utilizadas	40
a. Empresas	40
b. Trabalho	42
<i>Tendências do mercado de trabalho</i>	<i>42</i>
<i>Características do trabalho na sociedade pós-industrial</i>	<i>44</i>
<i>Dificuldades para os trabalhadores na nova organização mundial do trabalho</i>	<i>44</i>
c. Movimentos sociais	46
<i>Evolução</i>	<i>46</i>
<i>Características dos novos movimentos sociais</i>	<i>47</i>
<i>Novas tendências</i>	<i>49</i>
Conclusão	51
II - ECLESIOLOGIA DAS CEBs EM FAUSTINO TEIXEIRA E NO MATERIAL DOS ENCONTROS INTERECLESIAIS NA PERSPECTIVA DE REDES	52
Introdução	52
1. A Eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira sob a Perspectiva das Redes de Comunidades	53
a. A reinvenção da Igreja a partir da base	53
<i>CEBs: amplo e significativo processo de construção a partir da realidade dos oprimidos</i>	<i>53</i>

<i>Processo que vem responder a necessidade de redes</i>	54
<i>Redes de comunidades: enriquece e fortalece o movimento popular sem perder de vista a educação e a celebração da fé</i>	55
b. Leigos como criadores e dinamizadores de valores eclesiológicos	56
c. Sintonia entre instituição eclesial e as redes de comunidades	59
<i>Em que sentido há sintonia</i>	59
<i>Quando não há sintonia</i>	61
2. A Eclesiologia das CEBs no Material dos Intereclesiais sob a Perspectiva das Redes de Comunidades	62
a. Encontros Intereclesiais das CEBs: imensa rede de comunidades	63
<i>Preparação</i>	63
<i>Realização</i>	64
<i>Envio e missão</i>	65
b. Eclesiologia subjacente nos encontros na perspectiva das redes	66
<i>Eclesiogênese: Igreja que nasce do povo</i>	66
<i>Comunhão e participação</i>	68
<i>Espiritualidade libertadora</i>	70
c. Missão e compromisso assumido em redes de comunidades	72
<i>Opção pelos pobres</i>	72
<i>Evangelização libertadora e inculturada</i>	73
<i>Redes de comunidades ecumênicas e ecológicas</i>	75
3. Dificuldades Teológicas, Pastorais e Institucionais de Tal Modelo na Estrutura da Igreja	77
a. Dificuldade teológica: eclesialidade das CEBs	77
<i>Preocupações apresentadas nos documentos do magistério da Igreja</i>	77
<i>Preocupações apresentadas por alguns bispos nos Encontros Intereclesiais</i>	79
<i>Eclesialidade das CEBs</i>	81
b. Dificuldade pastoral: monolitismo pastoral	82
<i>Experiência da prelazia de S. Félix do Araguaia</i>	83
<i>Redes de Comunidades: caminho de unidade na diversidade</i>	84
c. Dificuldade institucional: redes de comunidades como estrutura de Igreja	86
<i>Igreja no Brasil como uma “imensa rede de comunidades”, ilusão ou desafio?</i>	86
<i>Igreja em redes de comunidades: “institucionalizar o desinstitucionalizante da comunidade”</i>	88
<i>“CEB: unidade estruturante da Igreja”</i>	89
Conclusão	90

III - CONSEQUÊNCIAS PASTORAIS NA FORMAÇÃO DAS REDES DE COMUNIDADES ----- 92

Introdução	92
1. Igreja, Povo de Deus, “Comunidade de Comunidades”	93
a. Redes de comunidades: relação interpessoal	93
<i>Relações interpessoais na comunidade</i>	93
<i>Relações dos animadores com a comunidade</i>	95
<i>Relações de gênero na comunidade</i>	96
b. Redes de comunidades: relação interministerial	97
<i>Diversidade de ministérios na comunidade</i>	98
<i>Ministério dos presbíteros na comunidade</i>	99

<i>Relacionamento das CEBs com os bispos</i>	100
<i>c. Redes de comunidades: relação intercomunitária</i>	101
<i>As redes de comunidades na diocese</i>	101
<i>As redes de comunidades na relação com os movimentos eclesiais</i>	103
<i>As redes de comunidades nos desafios da pastoral urbana</i>	105
2. CEBs em Redes com as Igrejas, religiões e culturas	107
<i>a. Comunidades em redes com as Igrejas cristãs</i>	107
<i>CEBs em redes com os organismos ecumênicos</i>	107
<i>CEBs em redes com as Igrejas Cristãs: protestantismo histórico</i>	109
<i>CEBs em redes com os pentecostais</i>	110
<i>b. Comunidades em redes com as religiões não cristãs</i>	112
<i>c. Inculturação nas redes de comunidades: em diálogo com as culturas oprimidas</i>	114
<i>Cultura negra</i>	114
<i>Cultura indígena</i>	115
<i>Cultura dos migrantes</i>	116
3. CEBs em Redes de Solidariedade com os Excluídos e o Cuidado com o Planeta ----	117
<i>a. CEBs em redes com as pastorais sociais</i>	117
<i>Nível local</i>	118
<i>Nível diocesano e regional</i>	118
<i>Nível nacional</i>	118
<i>b. CEBs em redes com os movimentos sociais</i>	119
<i>Na esfera local</i>	119
<i>Na esfera global</i>	121
<i>c. CEBs em redes com o movimento ecológico</i>	122
<i>Na defesa da terra</i>	123
<i>Na defesa da água</i>	124
<i>Na defesa do movimento Florestania</i>	125
Conclusão	126
CONCLUSÃO GERAL	128
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO GERAL

Santa Maria (DF), início do novo milênio, multiplicam-se várias comunidades cristãs. Observa-se a efervescência religiosa somada à esperança de dias melhores. Convive-se com a violência urbana e a pobreza. De outro lado, percebe-se a coragem e o entusiasmo de um povo lutador. A Igreja católica, presente nesse contexto, procura encontrar respostas pastorais adequadas às exigências da evangelização. Opta-se pela formação de redes de comunidades como modelo eclesial a fim de responder a tais desafios. Observa-se a consolidação da dinâmica ministerial da Igreja, do protagonismo dos leigos, da ação missionária, do interesse pela formação, da opção pelos pobres, enfim, a Arquidiocese de Brasília permitiu, em circunstâncias locais, a estruturação de uma parcela da Igreja particular organizada em CEBs. As redes de comunidades em Santa Maria conviviam com o modelo paroquial, no território da Paróquia São José. A caminhada nos sete anos de trabalho nessa paróquia, somada às diversas experiências pastorais acumuladas na última década¹, despertaram nosso interesse em sistematizar teoricamente a eclesiologia das CEBs na perspectiva das redes de comunidades.

Atualmente, em muitas dioceses brasileiras, implanta-se novo modo de organização da vida da Igreja particular à maneira de tais redes. À luz dos escritos de Faustino Teixeira² e do material produzido nos Encontros Intereclesiais, desenvolvemos, neste trabalho, a eclesiologia das CEBs, como rede de comunidades, que supere a forma institucional das paróquias na esteira da concepção de Igreja como Povo de Deus do Concílio Vaticano II. Com as CEBs, inaugura-se novo modelo eclesial, mais participativo, que favorece o protagonismo dos leigos, reconhece o papel das mulheres, permite outra concepção ministerial e possibilita maior

¹ Após o período do seminário em Brasília, exerci o diaconato por três anos antes da ordenação presbital. Nesse período trabalhei em Brazlândia-DF, Itapuranga-GO (diocese de Goiás), e Ceilândia-DF (em duas paróquias). Após a ordenação, fui nomeado para a paróquia S. José em Santa Maria-DF (ofício de vigário paroquial por seis meses e pároco por sete anos). Além da paróquia, trabalhei com coordenação da catequese no setor VII da Arquidiocese de Brasília (2001-2004); assessoria de CEBs em Brasília e no Regional Centro-Oeste (2001-2005); em seguida, coordenação regional das CEBs e membro da ampliada nacional (2005-2007); assessor da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Brasília (2003-2007); vice-presidente da Associação Nacional dos Presbíteros do Brasil – ANPB (2002-2005). Além dessas atividades, contribuí na organização do I Seminário das Santas Missões Populares organizado pela CNBB (2004) e participei da organização do 10º Encontro Nacional de Presbíteros - ENP (2006). Colaborei ainda na gestão do Seminário de Teologia no Cerrado (organização que envolve diversas entidades e pastorais em redes na elaboração da teologia popular oriunda das nossas práticas pastorais em diversas realidades do Distrito Federal e entorno).

² Faustino Teixeira é doutor e pós-doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma. É professor-associado e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR-UFJF), em Minas Gerais. O doutorado e mestrado foram dedicados à pesquisa sobre as CEBs cujo resultado foi publicado em três livros. Atualmente Faustino Teixeira pesquisa na área do diálogo inter-religioso, teologia das religiões e mística comparada.

inserção no mundo face aos atuais desafios da globalização com o engajamento político e as diferentes formas de inter-relacionamento social.

O Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 a 1965, inaugura novo tempo na vida da Igreja. Explode uma virada eclesiológica. Entre os seus diferentes aspectos destaca-se maior abertura de diálogo com o mundo, com as culturas e com as demais religiões. Na busca de realizar tal objetivo, a Igreja repensa a liturgia e o modo de transmissão da fé e define-se como Povo de Deus. Afirmam-se a colegialidade episcopal, a importância da Igreja particular e a inculturação da fé nos meios de evangelização.

Na América Latina, desde a realização do Concílio Vaticano II, os bispos ocupam-se da recepção criativa do Concílio na América Latina. Assim dizia D. Manuel Larraín³, na etapa final do Concílio: “o que vivemos é impressionante, mas, se, na América Latina, não estamos muito atentos aos nossos próprios sinais dos tempos, o Concílio passará ao lado da nossa Igreja, e quem sabe o que virá depois”⁴. As Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano, em especial Medellín e Puebla, e, no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) configuram-se como os principais instrumentos da recepção do Concílio em nosso continente. Nessas conferências, além de os bispos pensarem a recepção prática do Concílio, a partir da realidade de opressão e sofrimento do povo, assumem a evangélica opção pelos pobres.

No âmbito local das dioceses, as CEBs significam sinais de Deus no novo jeito de ser Igreja; desabrocha-se nova eclesiologia do Povo de Deus. As CEBs caracterizam-se como pequenas comunidades, no protagonismo exercido pelos leigos, no modo de celebrar as liturgias, no compromisso com a justiça social, pela relação existente entre fé e vida e através da leitura popular da Bíblia. Por outro lado, percebe-se o modelo paroquial inadequado à eclesiologia proposta pelo Concílio Vaticano II.

³ Bispo de Talca no Chile. Junto com D. Hélder Câmara, teve papel importante no Concílio Vaticano II. Colaborou na criação do CELAM em 1955, sendo eleito seu primeiro vice-presidente. Lutou pela reforma agrária no Chile e exerceu a função de bispo em Talca entre os anos 1938 a 1966 até sua morte em acidente automobilístico. Na época exercia o cargo de presidente do CELAM. Além de D. Hélder, foi amigo de Padre Hurtado, jesuíta chileno que se destacou pelo grande amor pelos pobres.

⁴ “Lo que hemos vivido es impresionante, pero si en América Latina no somos atentos a nuestros propios signos de los tiempos, el Concilio pasará al lado de nuestra Iglesia, y quién sabe lo que vendrá después”. Cf. COMISSÃO NACIONAL DOS PRESBITEROS. 2007, p.44 (tradução nossa); GUTIERREZ, 1989. p.38.

As Igrejas cristãs buscam novas formas de organização. Fala-se de renovação eclesial e descentralização das estruturas⁵. A cada dia surgem novas denominações religiosas. Estamos diante de novo fenômeno. Este não se origina no interior das próprias Igrejas, mas fora delas. O mundo globalizado funciona como imenso tecido constituído de diversas redes. As Igrejas ou qualquer instituição correm o risco de desaparecer se não se adequarem à realidade das redes.

As redes de comunidades emergem como experiência nova que, nos últimos anos, desabrocha em muitas dioceses do Brasil. Elas superam o modelo institucional das paróquias e reproduzem novo sistema de vivência eclesial. Tal novidade encontra resistência em alguns lugares, por falta de maior clareza teológica da missão e do modo de exercer os ministérios na Igreja.

Para refletir sobre o tema, recorremos aos escritos do teólogo Faustino Teixeira. Leigo que, há anos, pesquisa as Comunidades Eclesiais de Base. O autor, entre as diversas obras publicadas, desenvolve conceitos, origem, características, evolução, tensões e diversos aspectos sobre as CEBs. No material produzido nos Intereclesiais, explicitam-se questões teóricas e práticas vividas em cada época pelas comunidades no período de realização dos encontros. Para tal abordagem, optamos pelo método teológico indutivo, utilizado pela Teologia da Libertação. Esta caracteriza-se como teologia moderna, hermenêutica e dialética. Trata-se do “método genético-progressivo”⁶. A realidade torna-se matéria-prima para a teologia. Como toda a teologia, “o princípio formal é a Revelação ou Palavra de Deus” (BOFF, C., 1998, p.124). Na Teologia da Libertação, tal princípio formal encontra-se implícito no encontro entre fé e prática, Evangelho e vida. A práxis teológica desenvolvida nesta dissertação oferece, à luz da fé na Igreja, elementos observados na realidade atual que incidem em mudanças estruturais na Igreja.

Desenvolvemos a pesquisa em três partes. Inicialmente situamos no contexto atual da sociedade o fenômeno das redes. A realidade do mundo transforma-se. Tais mudanças exigem da Igreja repensar seu modo de atuar no mundo. Isso toca-lhe as estruturas. A contextualização das redes representa o primeiro momento teológico da reflexão. Apropriando-se das pesquisas desenvolvidas por autores nas áreas das ciências sociais e

⁵ “Nenhuma comunidade deve isentar-se de entrar decididamente, com todas as forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé”. Documento de Aparecida (DA), 365. Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2008, p.168.

⁶ Cf. LIBANIO, 1982. p.158.

humanas, encontramos referenciais teóricos que justificam pensar a Igreja em redes de comunidades. Trata-se de expor breve sociogênese e teoria das redes.

Em seguida, lemos os escritos teológicos de Faustino Teixeira e o material dos Intereclesiais na perspectiva da rede de comunidades. Ocasionalmente recorreremos a elementos eclesiológicos do Concílio Vaticano II que abonem tal perspectiva. Compreende o momento da iluminação da fé. A tradição teológica latino-americana oferece inestimável contribuição eclesiológica. Os elementos oferecidos no material pesquisado apresentam originalidade sem perder o fio condutor da tradição apostólica. Assegura-se no método a opção pelos pobres. Daí a perspectiva de pensar a Igreja a partir dos pobres.

E, por último, tiramos as consequências pastorais de tal eclesiologia em vista da superação da estrutura paroquial pela forma de rede de comunidades. Avançamos para o terceiro momento do método. A realidade das redes, percebida à luz da tradição eclesiológica da Igreja traduz-se em mudanças estruturais. Representa a articulação entre a teoria das redes e a eclesiologia das CEBs. Refere-se ao compromisso extraído da reflexão teológica. Sem a prática, não há autêntica teologia. Esta tornar-se-ia claudicante. Trata-se de pensar práticas concretas, sem abstrações vagas. Naturalmente, as práticas concretas sugeridas correspondem a fagulhas do universo mais amplo de possibilidades a partir da proposição teológica das redes de comunidades.

Antes de desenvolver os aspectos eclesiológicos e pastorais das redes de comunidades, importa saber qual o seu significado. Em que contexto surgem? Qual conceito pode iluminar a organização destas na Igreja? Onde mais elas acontecem? O primeiro capítulo propõe-se a investigar tais questões. Partimos da hipótese de que o paradigma informacional influenciou os diversos aspectos da vida humana. Atinge a economia, a política, a cultura e a religião. As novas tecnologias da informação propiciaram a organização da sociedade em redes, conceito que buscaremos formular a partir de tal contexto.

Em seguida, perguntamos, quais elementos na eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e no material dos intereclesiais permitem pensar a Igreja em redes de comunidades? Há dificuldades para consolidá-las? Em que aspectos? A partir da epistemologia desenvolvida na sociogênese das redes, recorreremos às leituras das fontes pesquisadas para encontrar as respostas a tais questões. As CEBs, desde seus primórdios, compreendem-se como “novo jeito de ser Igreja”, nascidas do povo pela força do Espírito Santo. Favorecem o protagonismo dos leigos e a vivência ministerial de todos os batizados. Estruturam-se em comunhão e

participação à luz da fé trinitária. Nesse sentido, apresentam-se como comunitárias, eclesiais e a partir dos pobres. A eclesiologia das CEBs entra em conflito com outras pré-conciliares. Consequentemente provoca reações. Para tais dificuldades, exigem discernimento e ousadia ou, então, já se optou pela acomodação teológica e pastoral.

Para concluir, investigamos, no terceiro capítulo, as consequências pastorais de tal modelo. Como acontecem as redes de comunidades na prática? Ao referir-se às redes de comunidades, logo pensa-se nas comunidades em redes. As possibilidades concretas de ampliar os níveis de relacionamentos das comunidades constituem-se objeto da última parte da dissertação. As redes de comunidades atingem as relações humanas, os ministérios na vida das comunidades, o relacionamento dos leigos com padres e bispos. Ampliam-se no campo do diálogo ecumênico e inter-religioso. Lida-se também, da perspectiva das diversas redes formadas, com entidades e organizações comprometidas com a vida dos excluídos e no compromisso com a preservação da vida do planeta.

CAPÍTULO I

SOCIOGÊNESE DAS REDES

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida por Manuel Castells⁷ na última década do milênio revela em detalhes a mudança de paradigma na sociedade contemporânea. Adotam-se, para a contextualização das redes, as bases teóricas desse autor. Oportunamente outros autores reforçam e ampliam as concepções por ele desenvolvidas. Notam-se como recentes as mudanças ainda em evolução, obrigando as diversas organizações a repensar suas estruturas.

Este capítulo visa a construir definição de redes que permita posteriormente confrontarmos tal conceito na perspectiva das redes de comunidades. No primeiro momento, contextualizamos as redes nos aspectos econômico, sociopolítico e sociocultural. Indicamos o paradigma informacional como determinante na transformação da sociedade, o qual passou a organizar-se toda ela, em redes. Em seguida, tratamos da origem, conceitos e características, etapa de fundamental valor para toda a dissertação. Nesta etapa, descortinamos a definição de redes. Por fim, destacamos três campos onde elas são utilizadas.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIOCULTURAL DO FENÔMENO DAS REDES

As mudanças ocorridas nas últimas décadas contribuíram para o surgimento de um novo paradigma. A “sociedade em redes”⁸, gestada a partir de mudanças tecnológicas, pouco a pouco toma forma no desenvolvimento do novo capitalismo de mercado. Essas transformações influenciam a organização da sociedade. Atingem a política, a cultura, a religião e demais formas de relacionamento social e pessoal.

⁷ Manuel Castells (Hellín, 1942) é sociólogo espanhol. Lecionou nas universidades de Paris (1967-1979), Berkeley na Califórnia (1979-2001), Universidade aberta da Catalunha em Barcelona (2001-2003) e Califórnia do Sul a partir de 2003. Atualmente reside em Barcelona. Sua área de pesquisa concentrou-se em dois campos: sociologia urbana Marxista e novas tecnologias da informação e comunicação.

⁸ Expressão utilizada por Castells. Cf. CASTELLS, 1999a, p.46.

a Contexto Econômico

O atual modelo econômico em vigência no mundo caracteriza-se como capitalismo informacional e global. As novas tecnologias da informação mudaram a economia. O sistema capitalista se adapta a estas mudanças. Os países de economia socialista, cuja base de sustentação funcionava através da regulação do Estado, não suportaram o peso das transformações. A hegemonia desse sistema insere a todos em rede econômica interdependente. Apesar de certas vantagens, o capitalismo informacional tem problemas.

Capitalismo Informacional

As novas tecnologias da informação alicerçam a base do processo de reestruturação capitalista. Elas favoreceram o surgimento de novo paradigma econômico. Segundo Castells (1999a, p.36):

(...) histórico mais decisivo para a aceleração, encaminhamento e formação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas consequentes formas sociais é o processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como *capitalismo informacional*.

O capitalismo informacional difere do capitalismo industrial pela forma como revolucionou a relação entre empresas, Estado e o processo de circulação da informação. O estímulo à concorrência exige adaptação dos agentes econômicos às mudanças tecnológicas⁹. A economia globalizada desestabiliza os sistemas políticos estatais. Isso explica a incapacidade de países como Rússia, Cuba, China suportarem a manutenção da economia sob controle permanente do Estado¹⁰. Urge a flexibilização das relações econômicas e abertura dos mercados. Essa nova situação pôs fim à Guerra Fria e destituiu a concepção de terceiro mundo¹¹.

Como dissemos anteriormente, a economia informacional e global caracterizam o atual modelo capitalista. Informacional porque a produtividade e a competitividade dependem da capacidade do sistema gerar, processar e aplicar com eficiência a informação na produção fundamentada em conhecimentos. Global, pois a produção, o consumo e a circulação da

⁹ CASTELLS, 1999a. p.109-110.

¹⁰ CASTELLS, 1999a, p.151-158.

¹¹ CASTELLS, 1999a, p.124-131.

informação organizam-se entre os diversos agentes econômicos através de redes de conexões em escala global¹².

Castells (1999a, p.191-192) apresenta quatro características da economia informacional:

(...) organizações bem sucedidas são aquelas capazes de gerar conhecimentos e processar informações com eficiência; adaptar-se à geometria variável da economia global; ser flexível o suficiente para transformar seus meios tão rapidamente quanto mudam os objetivos sob o impacto da rápida transformação cultural, tecnológica e institucional; e, inovar, já que a inovação torna-se a principal arma competitiva.

O êxito da economia informacional depende de dois fatores importantes: uma convergência e interação entre as novas tecnologias da informação e uma nova lógica organizacional. Não basta aplicar novas tecnologias sem mudanças na forma de organizar a economia. Essas mudanças acontecem em diversos contextos culturais e institucionais¹³. Elas proporcionam a integração dos diferentes mercados em redes como fundamental na base da nova economia global¹⁴.

Economia Globalizada

A Economia globalizada, consequência da produção e concorrência com base informacional, caracteriza-se, segundo Castells (1999a, p.123), pela “interdependência, assimetria, regionalização, crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excludente e geometria variável”.

O processo de regionalização acontece no início dos anos 90 quando se formam blocos econômicos¹⁵. As economias mais poderosas do mundo concentram-se em três grandes eixos: América do Norte (Nafta), União Europeia e a região do Pacífico Asiático liderada pelo Japão. Atuam de forma interdependente, estimulam a concorrência e favorecem a abertura do mercado na cooperação em vista da lucratividade¹⁶.

A base material para a globalização econômica concentra-se na revolução da tecnologia. Diferentemente das demais revoluções¹⁷, esta se atribui às “tecnologias da

¹² CASTELLS, 1999a. p.35;87;120.

¹³ CASTELLS, 1999a, p.174.

¹⁴ CASTELLS, 1999a, p.190.

¹⁵ Exemplos de Blocos econômicos: União Européia, Nafta, Mercosul, APEC.

¹⁶ CASTELLS, 1999a, p.117-120.

¹⁷ As revoluções industriais progrediram em três etapas: inicialmente através da máquina a vapor, fiandeira, processo de corte em metalurgia, substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; em seguida, a

informação, processamento e comunicação”¹⁸. O funcionamento da economia global depende da competição e do lucro. Afirmam Castells (1999a, p.100): “a lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade”. Torna-a meio e fim da economia e influencia todas as organizações. Envolve desde o micro (empresas, municípios, estados) até o macro (países, blocos econômicos, sistema financeiro mundial). Exigem-se dos atores econômicos capacidade tecnológica, interação em mercados influentes e estratégias para o crescimento econômico¹⁹.

Durante o Congresso da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião (SOTER), realizado em Belo Horizonte, Souza²⁰ (2008, p.27) dissertou sobre a globalização:

A globalização, destarte, é uma faca de dois gumes: pode estar a serviço do capital grande, como um dos seus processos geradores mais importantes, quanto de seus fundamentos essenciais, especialmente baseados na difusão dos sistemas técnicos, que vêm sendo apropriados por todos, cada vez mais, sob forma de informação, a mais poderosa arma da política.

Limites

A globalização econômica, tal como se projeta, encontra limites. Trata-se de uma economia global, mas não planetária. Esta economia, através das tecnologias da informação, movimentam milhares de recursos do sistema financeiro em questão de segundos. Sua escala atinge proporções globais através de circuitos tecnológicos integrados. Contudo, ela não abarca todos os lugares do planeta. Exclui diversos países e populações de participação, privilegia os principais centros econômicos e marginaliza grandes parcelas da humanidade²¹. Os bispos latino-americanos reunidos em Aparecida afirmaram a respeito:

A globalização, tal como está configurada atualmente, não é capaz de interpretar e reagir em função de valores objetivos que se encontram além do mercado e que constituem o mais importante da vida humana: a verdade, a justiça, o amor e muito especialmente, a dignidade e os direitos de todos, inclusive daqueles que vivem à margem do próprio mercado (DA 61).

eletricidade, motor de combustão interna, produtos químicos de base científica, fundição eficiente de aço, tecnologias de comunicação tais como telégrafo e telefone; e, por último, a era da robótica. Cf. CASTELLS, 1999a, p.53.

¹⁸ CASTELLS, 1999a, p. 50.

¹⁹ CASTELLS, 1999a, p.121-123.

²⁰ Maria Adélia Aparecida de Souza é professora titular de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP.

²¹ CASTELLS, 1999a, p.111;120.

A contradição interna ameaça esse sistema o qual propõe uma economia global, porém não permite a participação de todos. Trata-se de uma lógica de acumulação e concentração da riqueza. Gera exclusão social e condena milhares de povos à dominação estrutural. A pobreza decorrente da injustiça produzida pelo capital transforma contingentes humanos inteiros em seres descartáveis. Cresce o número de pessoas migrantes que abandonam o campo e fogem para a cidade; surgem favelas, pululam com moradores de rua. As novas tecnologias e a economia de mercado não superam o problema da fome em escala ascendente no mundo²².

As grandes instituições financeiras se sobrepõem ao Estado. A exigência da economia de mercado deixa os governos reféns do sistema financeiro. Consequentemente, este gera a precarização do trabalho e o sucateamento dos serviços públicos referentes à educação, saúde, transporte e segurança. Países em desenvolvimento, com pouca tecnologia, oferecem *commodities*²³ para os países industrializados à custa da sangria dos recursos naturais e da destruição do meio-ambiente²⁴. Nota-se o aumento da corrupção econômica, tráfico de pessoas, armas e drogas²⁵.

Constata-se, além disso, a ampliação em escala mundial da máfia e do crime organizado²⁶. A mobilidade humana reduz milhares de famílias à condição de refugiados, por causa do clima, da fome ou da pobreza. Essas pessoas submetem-se a trabalho escravo e algumas convivem com a clandestinidade em outros países²⁷. Castells (1999c, p.191-195) classifica metaforicamente esses problemas citados como “formação de ‘buracos negros’ do capitalismo informacional”.

b Situação sociopolítica

O paradigma informacional não apenas revoluciona as relações econômicas, mas altera significativamente a conjuntura política mundial. Tais relações impõem a necessidade de

²² CASTELLS, 1999a, p.41; CASTELLS, 1999b. p.95-202; Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010 (DGAE 2008-2010), n.24, 25, 29. Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2008. p.29-32.

²³ *Commodity* significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. As principais commodities brasileiras utilizadas para exportação são a cana de açúcar, a soja, o eucalipto, o minério e a carne bovina.

²⁴ DGAE 2008-2010 n. 28; CASTELLS, 1999a, p. 107.

²⁵ DGAE n.30.

²⁶ CASTELLS, 1999c. p.205-244.

²⁷ DGAE n.32.

mudanças na gestão pública, favorecem o fortalecimento da democracia, mas contêm internamente contradições.

Nova Gestão pública em Redes

A emergência de um novo paradigma na gestão pública alicerça a formação de redes nos processos de transformação da estrutura do Estado. Modelos anteriores mostram-se ineficazes diante dos desafios da globalização. A abordagem de redes revela o esgotamento das organizações burocráticas e a deficiência de modelos de planejamento centralizado. A flexibilidade na administração pública conduz a novas práticas. Envolve a participação da sociedade civil nas decisões políticas e garante a descentralização do poder²⁸.

Na concepção de Fleury²⁹ e Ouverney³⁰ (2007, p.9-10), diversos fatores contribuem para a organização das estruturas políticas em redes. Entre eles, a globalização econômica e a redefinição do papel do Estado. A globalização econômica exige flexibilização, integração e interdependência. O Estado redefine a atuação através de estruturas de interação descentralizada e modalidades inovadoras de parcerias estatais. Inclui integração com organizações empresariais e sociais. Contribui também para essas mudanças na administração pública o desenvolvimento tecnológico das comunicações, gerador de interações virtuais em tempo real. Isto obriga os gestores públicos a inovarem na condução das atividades públicas. Na América Latina, exige-se maior participação popular nas decisões políticas.

Castells, citado por Fleury e Ouverney (2007, p.18), fala da articulação de oito princípios nas novas estruturas estatais em redes: subsidiariedade, flexibilidade, coordenação, participação cidadã, transparência administrativa, modernização tecnológica, transformação dos agentes de administração mediante profissionalização e avaliação permanente da gestão. As redes de gestão pública caracterizam-se pela conectividade em lugar das hierarquias e pela participação simultânea dos atores envolvidos. Elas se administram independentemente em

²⁸ FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.40-41; FLEURY, 2002. p.2-4.

²⁹ Sônia Maria Fleury Teixeira é doutora em ciência política, professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV). Especialista em temas como democracia, cidadania e inovação social, tem extensa obra publicada em vários idiomas sobre políticas sociais na América Latina e Brasil, nos campos de saúde, previdência e assistência.

³⁰ Assis Mafort Ouverney é economista, mestre em administração pública pela Ebape/FGV e analista de gestão em saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Suas áreas de interesse e publicação envolvem políticas e sistemas internacionais de saúde em perspectiva comparada, organização, gestão e financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), gestão de redes interorganizacionais e regionalização em saúde. Possui experiência em gestão local, pesquisa, ensino universitário e análise de políticas e programas estaduais e federais.

suas jurisdições. Contudo, a independência entre as organizações exige intercâmbio de informações para maior viabilidade das ações³¹.

Fleury e Ouverney (2007, p.28) baseadas nos estudos de Agranoff³², elencam alguns elementos condicionadores do êxito nas redes: esforço para atingir entendimentos comuns; proporcionar situações em que todos ganham; articular os principais agentes políticos nas decisões; objetivar questões específicas; avaliação permanente e negociação das soluções; e criar marco para a ação diária. Já em Klijn³³, Fleury e Ouverney (2007, p.28) apresentam como gerência exitosa: seleção de atores e recursos; redução dos custos da interação; compromisso dos participantes; atenção a aspectos políticos e administrativos; qualidade e abertura da interação.

Os desafios aumentam diante da complexidade do gerenciamento em redes. Responder significa sair das boas intenções e adaptar-se às novas exigências do novo paradigma informacional. Fleury e Ouverney (2007, p.10), ao tratar desses desafios, afirmam:

A criação e a manutenção da estrutura de redes impõem grandes desafios administrativos relacionados a diferentes processos, tais como negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos decisórios coletivos, estabelecimento de prioridades e acompanhamento. Em outras palavras, os processos de decisão, planejamento e avaliação ganham novos contornos e requerem outra abordagem quando se trata de estruturas gerenciais policêntricas.

Fortalecimento da democracia

O fortalecimento da democracia representa o principal elemento da gestão pública em redes. Esta cria maior poder de fluxo entre os diferentes atores sociais, políticos e econômicos. Torna-se mais importante o “poder de fluxo do que os fluxos do poder”. O sistema político se refaz, mantém influência e consolida maior capacidade de participação de diversos atores na sociedade³⁴.

³¹ FLEURY, 2002, p.17; FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.13; 23.

³² Robert Agranoff é professor emérito Ph.D., da Universidade de Pittsburgh, 1967 e da Universidade de Wisconsin, 1962. Trabalha com as relações intergovernamentais (E.U.A.) e transnacionais, a gestão econômica e desenvolvimento das comunidades, dos órgãos públicos, governança, gestão intergovernamental e arranjos federais.

³³ Hans-Erik Klijn é professor no Departamento de Administração Pública na Universidade Erasmus de Roterdan e professor convidado da Escola de Políticas Públicas da Universidade de Birmingham. Suas atividades de pesquisa e ensino foca em complexos de tomada de decisão e gestão de redes, desenho institucional e Parcerias Público-Privadas, principalmente na área de infra-estrutura e de reestruturação urbana.

³⁴ CASTELLS, 1999a, p.497; CASTELLS, 1999c, p.424.

A ampliação da democracia na sociedade através das redes significa o reconhecimento da multiplicidade de atores sociais e a sua valorização. Estamos numa sociedade policêntrica, onde os diversos interesses se chocam. Torna-se necessária a articulação dos atores na convergência desses interesses. Assim, redefine-se o papel do Estado e a participação dos atores determinam as decisões e a execução das políticas estabelecidas. Como afirmam Fleury e Ouverney (2007, p.12):

a multiplicidade de atores sociais influenciando o processo político, seja na decisão, execução ou controle de ações públicas, sinaliza o florescimento de uma sociedade policêntrica onde se organizam distintos núcleos articuladores, os quais, por sua vez, tendem a alterar os nexos verticais entre Estado e sociedade – baseados na regulação e subordinação –, visando relações mais horizontais que privilegiam a diversidade e o diálogo.

O gestor público tem papel determinante no fortalecimento da democracia. Cumpre a função de negociador, mais do que de mandante³⁵. A relação com a sociedade deixa de ser vertical e torna-se horizontal. Nas diferentes redes constituídas, os gestores oferecem condições para o diálogo, autonomia e participação nas decisões políticas. Quanto maior os nexos criados, mais resultados encontrarão nos objetivos comuns almejados.

Limites

Apesar da gestão pública de rede prever o fortalecimento da democracia, observa-se a exclusão de diversos atores sociais nas decisões das políticas públicas. Condiicionados pelo poder econômico e pela submissão à economia de mercado, muitos governos tornam-se reféns do sistema financeiro. No lugar de promover ações de interesse de todos, apenas alguns grupos se beneficiam. O problema não está nas redes, mas no impedimento de ampliá-las com a participação de todos os setores da sociedade. Fleury (2008, p.19-20) enumera oito dificuldades para o melhor funcionamento da gestão em redes:

1. Falta de articulação das políticas econômicas e sociais;
2. Ação isolada da política setorial atingindo as necessidades totais das políticas locais;
3. Agenda das políticas sociais excluindo os temas conflituosos;
4. Necessidade de aumentar a flexibilização na gestão das políticas sociais;
5. Necessidade de introduzir uma gerência adaptativa;
6. Falta de utilização de instrumentos como planejamento estratégico e análise dos setores envolvidos;

³⁵ FLEURY; OUVENEY, 2007, p.34; FLEURY, 2002, p.19.

7. Ausência na participação da população na formulação e gestão das políticas sociais;
8. Carência de lideranças nos governos locais e na articulação público-privado.

c Realidade sociocultural

Se na economia e na política o paradigma informacional trouxe mudanças, naturalmente acontecerá o mesmo na sociedade e na cultura. Essas mudanças trazem benefícios, mas também causam problemas.

Sociedade informacional

O século XX passou por um período de transformações profundas na sociedade. Desde a sociedade pós-rural (1920-1970) até a sociedade pós-industrial (pós 1970), as novas tecnologias mudaram o comportamento, o modo de vida e a organização do espaço geográfico. As transformações ocorrem na relação entre poder, produção e distribuição. Na sociedade pós-industrial a fonte de produtividade reside no conhecimento, enquanto nas sociedades industriais vinha da produção de mercadoria. A sociedade pós-industrial distribui o conhecimento a partir das novas tecnologias da informação. Desse modo, classifica-se a sociedade pós-industrial como sociedade informacional. Sobrevive neste sistema o gestor com maior capacidade de articulação e diálogo, conforme citamos no item anterior³⁶.

As novas tecnologias, utilizadas para a tecnologia do poder, gestaram a sociedade em redes. Como afirma Castells (1999a, p.46): “uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito ‘sociedade em redes’”. As características do trabalho, formação das cidades, estrutura familiar, evolução da medicina, movimentos sociais e produção de lazer sofreram impactos importantes. Dificilmente pensamos na organização social numa sociedade pós-industrial sem o uso das novas tecnologias ou fora da organização em redes³⁷.

A característica principal da sociedade em redes, segundo Castells (1999a, p. 497), concentra-se na “primazia da morfologia social sobre a ação social”. Significa concentrar força nos processos de transformação social no lugar de realizar diferentes atividades sociais. Quanto maior a capacidade de congregar agentes e organizações no mesmo objetivo, maior

³⁶ CASTELLS, 1999a, p.230.

³⁷ CASTELLS, 1999a, p.69; 497; 505; RIECHMANN; BUEY, 1994. p.11-45.

êxito encontrará na conquista dos resultados. A sociedade em redes funciona como sistema aberto e dinâmico com capacidade de expansão ilimitada, segundo os mesmos códigos de comunicação. Qualquer organização alheia a esse processo corre o risco de anulação até o próprio desaparecimento³⁸.

Revolução cultural

A revolução cultural em curso provém das novas tecnologias da informação. Internet, telefonia celular, programas de jogos de computadores, aparelhos digitais e criação de novos eletrodomésticos alteram significativamente o comportamento humano. Influenciam decisões políticas, favorecem a transparência na gestão pública, modificam a rotina das pessoas. Informações ligadas ao cuidado da saúde, à alimentação saudável encontram-se facilmente disponíveis. Até mesmo as complicadas receitas de remédio e os diagnósticos em linguagem médica perderam o enigma. Relata Brighenti³⁹ (2008, p.32) que, na Conferência dos bispos em Aparecida o uso de Internet e celular influenciou as decisões. O nível de interação entre assessores externos e os delegados presentes contribuiu qualitativamente na execução dos debates em temas importantes. Esses exemplos sinalizam a importância da atenção necessária às mudanças em curso na cultura e suas consequências⁴⁰.

Elas atingem principalmente a relação com o espaço, a organização das cidades, a relação com o tempo, os relacionamentos pessoais e as relações de gênero.

Mudanças na relação com o espaço: causadas pela simultaneidade do tempo. O espaço e o tempo relacionam-se entre si, tanto na natureza quanto na sociedade. Se nos últimos dois séculos o tempo determinava o espaço, agora o espaço determina o tempo⁴¹. O espaço nesta nova era funciona como espaço de fluxo. Condicionado pela simultaneidade do tempo, modifica-se a estrutura da compreensão material do espaço por práticas sociais estabelecidas pelo fluxo de informações⁴². Este espaço de fluxo alcança o múnus dominante

³⁸ CASTELLS, 1999a, p.497-499.

³⁹ Agenor Brighenti é doutor em Ciências Teológicas e Religiosas na Universidade Católica de Lovain (Bélgica), especializado em Pastoral Social e Planejamento Pastoral pelo Instituto Teológico-Pastoral do CELAM (Medellín) e licenciado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Tubarão, SC) e na Universidade Pontifícia do México (UPM), presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB, membro do Comitê Executivo Latino-Americano da Ameríndia e do Comitê Organizador do Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Foi perito do CELAM na Conferência de Santo Domingo e da CNBB na de Aparecida.

⁴⁰ CASTELLS, 1999a, p. 25.

⁴¹ CASTELLS, 1999a, p. 403; 490.

⁴² CASTELLS, 1999a, p.435.

na articulação em redes de interações através de tecnologias da informação⁴³. Scherer-Warren⁴⁴ (2005, p.86) assegura: “todo espaço físico humanamente ocupado é um espaço socialmente construído”. Se os espaços de fluxos ocupam os espaços físicos, configura-se, então, a constituição de uma nova sociedade⁴⁵.

Mudanças na relação com o tempo: nomeada por Castells (1999a, p.460) como “tempo intemporal”. Caracteriza-se pela fragmentação do tempo linear, previsível, cronometrado. Ele abarca todas as realidades num presente eterno. A simultaneidade do tempo classifica-se como causadora de confusão sistêmica na ordem dos acontecimentos. Isso cria reais mudanças no comportamento humano e na organização das sociedades. Em fração de segundo transferem-se fortunas de um país a outro. No atentado ao principal centro financeiro americano em 11 de setembro de 2001, o mundo inteiro acompanhou como numa tela de cinema os acontecimentos. Hoje se torna possível realizar negócios, participar de conferências e até de cursos universitários a quilômetros de distância⁴⁶. Castells (1999a, p.397) observa sobre o espaço de fluxo e o tempo intemporal “as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade”.

Mudanças na organização das cidades: As “hinterlândias”, denominadas por Castells (1999, p.412), compreendem a cidade global, na qual os diversos centros produtivos se articulam em redes. Diferentemente da cidade como lugar, a cidade global integra diversas conexões com versatilidade na lógica espacial do novo sistema⁴⁷. As cidades americanas influenciadas pela sociedade informacional, formam-se à base de outros critérios: maior número de escritórios e lojas varejistas, maior número de empregos a dormitórios, a população reconheça que o lugar e a característica da cidade se diferencia daquelas de modelo

⁴³ CASTELLS, 1999a, p.437.

⁴⁴ Ilse Scherer-Warren possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1971) e doutorado em Sociologia - Université de Paris X, Nanterre (1973). Realizou seu pós-doutorado na Universidade de Londres (1986-87). Foi pesquisadora Visitante na UNB (2004-05) e professora adjunto na UFRJ (1974-81) e atualmente é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologias especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, redes, cidadania, globalização, ações coletivas, democracia, participação.

⁴⁵ CASTELLS, 1999a, p.441; 451.

⁴⁶ CASTELLS, 1999a, p.489.

⁴⁷ CASTELLS, 1999a, p.412.

industrial⁴⁸. Estas hinterlândias tendem a crescer. Chegarão a megacidades, pontos nodais da nova organização do espaço da cidade em redes⁴⁹.

Mudanças nos relacionamentos pessoais: anuncia-se o fim do patriarcalismo. Impulsionadas pela sociedade informacional e pela luta dos novos movimentos sociais, as relações mudaram substancialmente. Os movimentos feministas inauguram nova fase do desenvolvimento da humanidade. Os direitos tendem a tornar-se iguais, as mulheres aos poucos ocupam o mercado de trabalho em iguais condições, as relações de gênero modificam-se e estabelecem novos padrões de relação homem-mulher. A horizontalidade nas relações, característica de toda organização em redes, predomina no comportamento humano destas novas gerações. A família hodierna apresenta um novo rosto com o fim do patriarcalismo⁵⁰.

Limites

O sistema apresenta suas lacunas. Alguns elementos exigem atenção. Observam-se a crescente secularização, paradoxalmente o aumento do fundamentalismo religioso, a fragmentação do indivíduo e a tendência de restringir os relacionamentos apenas a contatos virtuais.

Crescente secularização: a inovação dos meios de comunicação atinge todo o modo tradicional de produção e distribuição de símbolos e códigos religiosos. A religião enfraquece, a moral tradicional desfalece, a autoridade perde sua função carismática e as utopias políticas estacionam no imediatismo da cultura do “tempo intemporal”⁵¹. Muitas pessoas preferem cultivar experiências difusamente religiosas a participarem de uma religião.

Fundamentalismo religioso: Paradoxalmente aumenta-se o fundamentalismo religioso. Nota-se a adesão em ritmo crescente de religiões ou grupos religiosos de religiões tradicionais integrados à lógica de mercado. A fé torna-se produto ao gosto do cliente. A religião difunde a ideologia do sistema neoliberal. Esta aparente contradição acentua a tendência da secularização. O fundamentalismo manifesta-se de outros modos. A fragilidade do sistema

⁴⁸ As hinterlândias são cidades que tenham 465 mil metros quadrados de espaço com escritórios de aluguel; tenham 56 mil metros quadrados ou mais espaço para ser alugado por lojas varejistas; tenham mais empregos que dormitórios; sejam percebidas pela população como um lugar; não se pareçam com ‘cidade’ pelo menos aquela de 30 anos atrás.

⁴⁹ CASTELLS, 1999a, p.435.

⁵⁰ CASTELLS, 1999c, p. 425; CASTELLS, 1999a, p. 21; CASTELLS, 1999b, p. 229-238.

⁵¹ CASTELLS, 1999a, p.397.

reage em cadeia e cresce em forma de ações ligadas ao terrorismo internacional, à intolerância religiosa e retorna a práticas religiosas antigas supostamente já superadas⁵².

Fragmentação do indivíduo: a globalização forma novas identidades. O mercado, no intuito de atingir suas metas de concorrência e lucratividade, incentiva o consumo. A cultura reconfigura a sua imagem a partir dos interesses do mercado. Nasce o indivíduo voltado à saciedade dos seus interesses sob a forma da absolutização do gozo. Substituem-se os valores comunitários de partilha e solidariedade pelo individualismo. O isolamento angustia, deprime e fragmenta as pessoas.

Da realidade virtual à virtualidade real: os sistemas de comunicação conquistaram avanços significativos. Eles transformaram as relações humanas. Os relacionamentos se virtualizam. Corre-se o risco de se criar universos simbólicos artificiais e um mundo irreal, repleto de fantasias sem consequências com a realidade. Sobram os pobres e todos os excluídos do sistema. A virtualidade real transforma o mundo da aparência em realidade. Enquanto isso, o mundo real habita no mundo da virtualidade⁵³.

2 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO FENÔMENO DAS “REDES”

Percorrido o caminho da contextualização das redes, continuaremos em busca do conhecimento da origem, conceito e características do fenômeno das “redes”. Esta etapa do conhecimento permitirá construir a base teórica para investigarmos se a eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e nos materiais produzidos nos Encontros Intereclesiais permitem pensar a organização da Igreja em redes de comunidades.

a. Origem

Desde os anos 30, houve mudança de paradigma nas áreas das ciências sociais, antropologia, psicologia, biologia molecular, medicina psiquiátrica e teoria de sistemas.

Neste item apresenta-se a origem da concepção de redes nas novas teorias da psicologia social e a partir das novas tecnologias da informação⁵⁴.

⁵² CASTELLS, 1999a, p.23; 41; 397; CASTELLS, 1999b, p.29.

⁵³ CASTELLS, 1999a, p. 394-398.

⁵⁴ Optamos em desenvolver a origem nestes dois campos, pois estes são os mais importantes para as redes e apropriados para a abordagem que pretendemos dar à pesquisa.

Novas teorias da psicologia social

As novas teorias da psicologia social surgidas na década de 30 formularam o conceito de redes utilizado para os fenômenos ligados aos diversos tipos de relacionamentos⁵⁵. Os trabalhos baseados na sociometria⁵⁶ geraram o estudo de redes. A técnica sociométrica de Jacob Moreno⁵⁷ (1934), citado por Fleury e Ouverney (2007, p.13) “buscava descrever e analisar a estrutura interpessoal presente no comportamento dos pequenos grupos”. Para isso, edificou um gráfico no qual cada pessoa era representada num ponto em escala bidimensional onde se demarcavam os níveis de relacionamentos do indivíduo no grupo.

Com o desenvolvimento desta técnica, outras ciências passaram a adotar a sociometria. Ciências sociais, antropologia, política e administração aperfeiçoaram o método com a utilização de gráficos estatísticos e matemáticos. Na década de 60, estudos da universidade de Harvard trabalharam “o desenvolvimento de modelagens matriciais de papéis sociais visando a mapear os padrões de homogeneidade subjacentes às relações sociais em grupo e compará-los para poder inferir características da estrutura social” (FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.13-14).

Na antropologia desenvolveram-se estudos em Manchester a respeito dos padrões estruturais. Segundo esses estudos realizados na década de 50 e 60, verificam-se padrões diferenciados de relacionamentos em várias áreas de atuação do indivíduo. Este exerce relacionamentos distintos na família, trabalho, amizade, namoro, ambiente acadêmico. Os diversos ambientes culturais definem modelos de relacionamentos influenciando em suas identidades.

Contudo, o desenvolvimento posterior das redes supera o horizonte das abordagens da psicologia social e antropologia. Elas inauguram nova compreensão das redes, mas as novas tecnologias da informação determinam a mudança de paradigma.

⁵⁵ CÂNDIDO; ABREU, 2000; FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.13-15.

⁵⁶ A sociometria explora, mapea e mensura relações ou vínculos estabelecidos entre forças sociais individuais, que por um olhar direto não é perceptível, atuando em redes de interação no seio de um grupo de uma determinada organização (empresa, sala de aula, comunidade partidária ou grupamento de militares). A sociometria pode ser entendida também como o estudo dos vínculos existentes entre indivíduos, enquanto formadores sociais.

⁵⁷ Jacob Levy Moreno, nascido na Romênia, de origem judaica, foi o criador do psicodrama. Formado em medicina, especializado em psiquiatria, inaugurou a técnica do teatro da espontaneidade. Moreno foi também responsável pela criação da sociometria e do teste sociométrico, teste que consiste em pedir a todos os membros de um grupo que designem, entre os companheiros, aqueles com quem desejariam encontrar-se, ou que prefeririam evitar, numa determinada situação. A sociometria é a base do psicodrama.

Surgimento das novas tecnologias da informação

As novas tecnologias da informação transformam significativamente a concepção de redes. A compreensão de redes formada pelas relações pessoais vistas a partir da psicologia, antropologia e sociologia modifica-lhes os fundamentos. O contexto desse novo paradigma informacional analisado na primeira parte do trabalho revolucionaria não apenas a sociedade, mas a concepção de redes presente nela. Castells (1999c, p. 412), ao contextualizar a formação da “sociedade em redes”, afirma:

A interação entre três processos, a saber a revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e estatismo e a consequente reestruturação de ambos; o apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede.

As diversas revoluções tecnológicas no campo industrial mudaram a sociedade do final do século XVIII até meados do século XX. A última revolução tecnológica abrange as tecnologias da informação. Castells (1999a, p.49) inclui nelas o “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicação/rádiodifusão e optoeletrônica”. Segundo o mesmo autor, o paradigma informacional caracteriza-se por tecnologias cuja matéria prima age sobre a própria informação; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; lógica de redes; flexibilidade e convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado⁵⁸.

A evolução do sistema de informação passa por diversas etapas e acontece em lugares diferentes. As duas primeiras experiências ocorreram na França (MINITEL) e nos Estados Unidos (ARPANET). A MINITEL constituía um sistema de vídeo-texto com distribuição em quase todas as famílias francesas a fim de favorecer a comunicação instantânea e ágil entre os usuários. Iniciou-se em 1978, difundia serviços como lista telefônica, publicidade, ingressos de eventos culturais, previsão de tempo, serviços bancários até o estímulo de fantasias sexuais por meio de comunicações virtuais. A ARPANET inicia-se em 1969. Sua motivação difere daquela de tecnologia francesa. Ela surge na engenharia militar com o objetivo de garantir o funcionamento do sistema de comunicação caso houvesse guerra nuclear. O sistema expandiu-se para outros tipos de interesse de comunicação. Em 1983 dividem-se as funções,

⁵⁸ CASTELLS, 1999a, p.78-81.

surge a MILNET. A ARPANET utiliza o estudo científico das universidades e a MILNET, o da inteligência militar americana. Na última etapa de transformação, as tecnologias de redes de comunicação criam a rede chamada CSNET em parceria com a IBM. Evoluíram posteriormente como ARPA-INTERNET e, por fim, a INTERNET, como ficou conhecida⁵⁹.

Três campos da tecnologia inter-relacionados: microeletrônica, computadores e telecomunicações. Estes propiciaram o desenvolvimento tecnológico em uso no momento. A microeletrônica aparece no período da Segunda Guerra Mundial com o primeiro computador programável e o transistor. Em 1971 avança a difusão da microeletrônica com a invenção do microprocessador cujo sucesso atinge o auge a partir do desenvolvimento do *software* adaptado aos microcomputadores. Surge a Microsoft com Bill Gates e Paul Allen no ano de 1976. O período da revolução tecnológica marca a década de 70. A disseminação de tais descobertas transforma a cultura nos anos 90. A evolução da microeletrônica e a implantação da linguagem comum pela comunicação virtual consolidam o processo da sociedade inteira organizada em rede⁶⁰.

b. Conceitos

A palavra rede deriva do latim *rete*. Segundo o dicionário Aurélio, significa “tecido de malha com aberturas regulares; é feita pelo entrelaçamento de fibras que são ligadas por nós ou entrelaçadas nos pontos de cruzamento. As redes podem ser feitas de algodão, raio, náilon ou outras fibras”⁶¹. Estas fibras ou linhas podem representar as diferentes organizações. Entrelaçadas formam a rede. Os nós ou pontos de interseção correspondem à coordenação ou pontos de apoio. O crescimento da rede acontece horizontalmente. Esta agrega novos nós e entrelaçamentos dando maior consistência e ampliação da malha. Rede serve para armadilha, caça, como instrumento amortecedor, proteção, sustentação, divisória de espaço, descanso.

Há dois tipos: unidirecional e multidirecional. Usa-se o primeiro quando o fluxo da rede tem origem e fim bem definidos. Exemplo: rede de água, de esgoto, de energia elétrica. A rede multidirecional funciona com capacidade de reunir diversas unidades de ampliação da malha sem definir início e fim. Como as redes de computadores, por exemplo.

⁵⁹ CASTELLS, 1999a, p.366-398.

⁶⁰ CASTELLS, 1999a, p.58-64; 497.

⁶¹ DICIONÁRIO DO AURÉLIO. Definição de redes. Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/dicionario.php?P=Rede>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

Diversas ciências trabalham o conceito de redes, tais como a sociologia, a geografia, a antropologia, a psicologia, a comunicação, a ecologia e a política. Também se apropriam delas as empresas, os movimentos sociais, os indivíduos, os grupos independentes, o Estado e a religião. De repente, o mundo compreendeu-se como grande tecido com diferentes nós⁶².

Fleury e Ouverney (2007, p.49) distinguem duas perspectivas de redes: generalizante e específica.

A perspectiva generalizante define as características básicas das redes sem se aprofundar nas dimensões internas de composição das estruturas de coordenação e regulação da dinâmica relacional, ou seja, oferece elementos mínimos para se saber o que é uma rede, que elementos a compõem, qual a sua abrangência e como ela se forma externamente. Essa perspectiva é de grande relevância pelos subsídios que fornece para a conceituação precisa das redes. Assim, é importante eliminar as dificuldades e equívocos presentes na literatura e separar as contribuições mais consistentes.

Já na perspectiva específica, o sentido depende do campo da ciência que se utiliza. Como o caso da gestão pública em redes:

A perspectiva específica de produção conceitual na teoria das redes é derivada de ramos especializados da literatura que abordam separadamente os componentes estruturais da coordenação das redes. Essas bases estruturais de operação surgem de processos de reforma do Estado e apontam para desafios específicos que se referem tanto a aspectos técnicos e gerenciais quanto de coordenação política e de construção da governança. Dessa forma, possibilitam uma visão mais detalhada e profunda da estrutura da rede.

Entre os diferentes pesquisadores que definem as redes, escolhemos alguns mais importantes para o objetivo do nosso trabalho. Podolny⁶³ e Page⁶⁴ caracterizam-na como forma de organização do seguinte modo:

Nós definimos uma organização em forma de rede como qualquer união [coleção] de atores que perseguem [procuram] intercâmbio de relações repetidas, contínuas um com outro e, ao mesmo tempo, carecem [precisam] de uma legítima autoridade organizacional para negociar [apaziguar] e resolver disputas [conflitos] que podem surgir durante o intercâmbio⁶⁵.

⁶² LOIOLA; MOURA, 1996, p.54; CÂNDIDO; ABREU, 2000; FLEURY, 2002, p.1.

⁶³ Joel M. Podolny, americano, sociólogo, ex-reitor da Yale School of Management. Desenvolveu a teoria da concorrência de Mercado e contribuiu nos estudos referentes às redes sociais nas organizações.

⁶⁴ Karen L. Page, americana, estuda na Stanford Graduate School of Business em Stanford, E.U.A.

⁶⁵ “We define a network form of organization as any collection of actors ($N \geq 2$) that pursue repeated, enduring exchange relations with one another and, at the same time, lack a legitimate organizational authority to arbitrate and resolve disputes that may arise during the exchange”. Cf. POLDONY; PAGE, 1998 (tradução nossa); FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.64.

Borzel⁶⁶ amplia-lha a definição. Segundo ela:

Todos eles compartilham um entendimento comum, uma definição mínima ou menor denominador comum de uma rede política, como um conjunto de relações relativamente estáveis não-hierárquicas e de natureza interdependente ligando diversos atores, que compartilham interesses comuns e que respeitam uma política de recursos que intercambiam estes interesses compartilhados reconhecendo que a cooperação é o melhor caminho para atingir objetivos comuns⁶⁷.

Castells (1999a, p.191), especialista no assunto, define-as de modo mais simples. Segundo ele “é um sistema de meios estruturados com o propósito de alcançar objetivos específicos”. Em outro momento, o autor refere-se às redes como “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta” (CASTELLS, 1999a, p.498). Castells (1999a, p.498) completa dizendo que “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação”.

O relatório de trabalho da União Europeia realizado em 2001⁶⁸, citado por Fleury e Ouverney (2007, p.71-73) descrevem-nas como uma forma de interação entre muitos indivíduos ou organizações. No mesmo relatório, o grupo de trabalho propõe-nas como melhor forma de governança política distinta dos modelos hierárquicos de gestão⁶⁹.

A partir dos diferentes conceitos apresentados acima, entendemos por redes o conjunto de relações entre indivíduos, grupos e organizações de natureza não-hierárquica e

⁶⁶ Tanja A. Börzel. Doutora em ciências políticas e sociais com distinção pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Nascida em Essen na Alemanha, atua na área de estudos de gestão, principalmente referentes à integração política da Europa. Trabalha como professora no Instituto Otto Suhr de ciências políticas na Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

⁶⁷ “They all share a common understanding, a minimal or lowest common denominator definition of a policy network, as a set of relatively stable relationships which are of non-hierarchical and interdependent nature linking a variety of actors, who share common interests with regard to a policy and who exchange resources to pursue these shared interests acknowledging that co-operation is the best way to achieve common goals”. Cf. BORZEL, 1997(tradução nossa). FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.53.

⁶⁸ EUROPEAN UNION, 2001.

⁶⁹ “[...] As redes constroem e reafirmam relações de confiança e a busca de objetivos coletivamente definidos em meio à produção de benefícios comuns; as redes tendem a criar processos decisórios caracterizados por maior nível de democratização, uma vez que operam por meio da produção de consenso entre os participantes; [...] enquanto as hierarquias concentram as principais habilidades e recursos em determinados centros estratégicos, assim criando dependência em relação a eles, as redes se caracterizam pelas relações de complementaridade entre seus membros, o que diversifica e democratiza os processos de produção de políticas e programas públicos; os membros de uma rede são beneficiados pela diversidade nela presente, a qual é propícia a inovações a partir de propostas ou idéias individuais; [...] as redes são ambientes mais favoráveis à manifestação da pluralidade de valores e interesses e, portanto, à construção de uma cidadania plural, uma vez que não existe um centro capaz de impor padrões culturais ou normas de comportamento; as redes têm grande versatilidade em termos de aproveitamento de atores e recursos, uma vez que seu papel e importância variam de acordo com os objetivos fixados, podendo haver realocações no caso de mudanças de objetivos”. (FLEURY; OUVERNEY, 2007, p.71-72).

interdependente. Estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir metas comuns e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação entre os envolvidos.

c. Características

A fim de particularizar os diversos elementos constitutivos do conceito, descrevemos as características das redes dividindo-as em gerais e específicas. As características gerais indicam os elementos próprios de todas as formas de redes. As específicas correspondem ao conjunto de propriedades fundamentais das diversas redes existentes adequadas ao interesse do nosso estudo.

Gerais

A rede tece-se de um conjunto de nós⁷⁰. Eles possuem regularidade e interligação em contínuo fluxo⁷¹. A rede cresce por expansão⁷². A conectividade e coerência caracterizam-na no sentido da “capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes” e coerência na “medida em que há interesses compartilhados entre os objetivos da rede e de seus componentes” (CASTELLS, 1999a, p.191).

Específicas

As redes formam-se por um conjunto de elementos específicos integrados entre si:

Dinâmica relacional: fundamentalmente as redes exigem de qualquer organização a dinâmica de relacionamentos com outras organizações e atores envolvidos cujos objetivos e metas lhes sejam comuns⁷³.

Relações duradouras: os relacionamentos necessitam de estabilidade para constituírem rede⁷⁴.

⁷⁰ CASTELLS, 1999a, p. 498; LOIOLA; MOURA, 1996, p.55.

⁷¹ LOIOLA; MOURA, 1996, p.54.

⁷² CASTELLS, 1999a, p.55.

⁷³ CÂNDIDO; ABREU, 2000; FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.49.

⁷⁴ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.16; 53; 64.

Fluidez: quanto maior fluidez nas informações, planejamento e execução das metas, maior o êxito do funcionamento das redes. A agilidade no processo das atividades ligadas aos grupos envolvidos associa-se à fluidez⁷⁵.

Estrutura policêntrica: diferente das estruturas hierarquizadas, as redes funcionam como estruturas policêntricas, ou seja, interagem a partir de múltiplos processos de coordenação e atividades, não dependendo de um centro comum⁷⁶.

Pluralidade de atores envolvidos: as redes congregam grande número de participantes. Visibilizam-se pelo cumprimento das metas e responsabilidades dos envolvidos. Nesse caso, quanto maior o número de sócios na rede, maior a sua força⁷⁷.

Complementaridade: a dinâmica relacional das redes manifesta a complementaridade característica dessa forma de organização. A cooperação entre diferentes atores estimula a produção de resultados dificilmente obtidos em sistemas tradicionais⁷⁸.

Autonomia: a complementaridade não exclui a autonomia dos membros. Ao contrário, promove-a e torna-se critério para as redes⁷⁹.

Interdependência: as redes articulam-se de modo interdependente. Qualquer dificuldade ou sucesso na perseguição das metas por todos os atores repercute nos resultados⁸⁰.

Flexibilidade: estruturas rígidas não prosperam. A flexibilidade e a capacidade de permanentes mudanças fazem das redes uma estrutura dinâmica e progressiva⁸¹.

Natureza não hierárquica: as redes alteram toda forma de tecido social de modelos autoritários e de relações de dependência e dominação. O padrão de organização horizontal dinamiza e promove as relações criando maior igualdade e participação⁸².

Componentes básicos autogovernados e autossustentados: embora não haja hierarquias, a coordenação das redes funciona de modo coletivo⁸³. Envolve ação estrategicamente planejada, intercâmbio de recursos⁸⁴ e exercício democrático do poder⁸⁵.

⁷⁵ CÂNDIDO; ABREU, 2000.

⁷⁶ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.50.

⁷⁷ LOIOLA; MOURA, 1996, p.55; FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.25; 64; FLEURY, 2002, p.12.

⁷⁸ CÂNDIDO; ABREU, 2000.

⁷⁹ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p. 86.

⁸⁰ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p. 76; CASTELLS, 1999a, p.21; CÂNDIDO; ABREU, 2000.

⁸¹ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.25.

⁸² FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.25; 53; 64; FLEURY, 2002, p.12.

⁸³ OLIVEIRA, 1997a, p.157.

⁸⁴ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.54

⁸⁵ FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p.25

3 DIFERENTES CAMPOS ONDE AS REDES SÃO UTILIZADAS

O paradigma informacional influenciou o conjunto inteiro da sociedade. O mundo configura-se como imensa rede entrelaçada em diferentes nós. Exigem-se dos segmentos da sociedade mudanças estruturais. Apropriando-se do conceito de redes, empresas, indústrias, ONGs, movimentos sociais e Igrejas reorganizam as estruturas internas. Em seguida trataremos de três lugares fundamentais transformados pelo novo modelo de gerenciamento: empresas, trabalho e movimentos sociais.

a Empresas

As empresas adotaram um conjunto de reformas estruturais como condição para a própria sobrevivência. A nova economia mundial, comumente chamada de “neoliberal”, força as empresas a se adaptarem às exigências do mercado. Elas precisam acompanhar as inovações tecnológicas, modernizar as suas estruturas e ampliar a capacidade de fluxo de informação. A organização das empresas em redes garante a mobilidade necessária para o cumprimento das metas almejadas.

A definição de empresas em rede corresponde ao conceito apresentado no item anterior. Castells (1999a, p.191) define de modo pragmático as redes de empresas como “aquela forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos de sistemas autônomos de objetivos”. Para ele, os componentes da empresa em redes comportam autonomia e dependência. Autonomia quando preservam os elementos decisórios de cada unidade e dependência como a capacidade de gerar conectividade e coerência entre os diversos componentes.

As novas empresas tendem a superar o modelo das grandes corporações baseadas em burocracias racionais e verticais. Os modelos padronizados constituídos de hierarquias centralizadas perdem espaço no mercado. O fenômeno corrente dirige-se para a difusão da empresa horizontal. Esta “é uma rede dinâmica e estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autocomandadas com base na descentralização, participação e coordenação” (CASTELLS, 1999a, p.187).

A década de 70 passa por um período de crise na economia mundial. As indústrias de produção em massa esgotam a capacidade de obter lucros. De outro lado, surgem as novas

tecnologias da informação. Inaugura-se a era da robótica e da mecanização da mão-de-obra. As indústrias substituem o modelo do capitalismo industrial pelo paradigma informacional. As consequências dessa trajetória da transição determinam o aparecimento de algumas tendências na organização das empresas: produção flexível, organização em redes, uso das novas tecnologias, fortalecimento das pequenas e médias empresas e reestruturação da função do trabalho⁸⁶.

A estruturação da empresa em redes promove o surgimento de novos serviços. O novo paradigma informacional garante melhores condições para as pequenas e médias empresas estruturadas em redes. Por isso as grandes empresas reagem a fim de adaptarem-se às novas formas de organização. Elas avançam na busca de mercados. Expandem-se além das fronteiras estatais e mobilizam recursos na formação de redes internacionais. Estas contrastam com as multinacionais e transnacionais herdeiras das empresas ligadas ao capitalismo de Estado. Castells (1999a, p.209-210), ao referir-se às pesquisas de Dieter Ernst⁸⁷, apresenta cinco tipos de redes de empresas: redes de fornecedores, redes de produtores, redes de clientes, coalizão-padrão e redes de cooperação tecnológica⁸⁸. Elas correspondem à demanda de serviços das diferentes atividades econômicas.

Constata-se maior desempenho das empresas por meio das redes de circulação da informação. A globalização econômica necessitou de maior mobilidade do capital. Com isso, exigiu das empresas maior capacidade de informação. As empresas de alta tecnologia e as financeiras conseguiram maior lucratividade no processo de reestruturação do capitalismo.

⁸⁶ CASTELLS, 1999a, p.50-51; 174-192.

⁸⁷ Dieter Ernst é ex-assessor sênior da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris. Ex-diretor de pesquisa do Berkeley Roundtable em Economia Internacional (Brie), Universidade da Califórnia em Berkeley, e ex-professor de negócios internacionais na Copenhagen Business School. Ele também atuou como assessor científico de diversas instituições, entre elas a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Banco Mundial, o Escritório Nacional de Investigação para a Ásia, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, e as Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Ele tem Ph.D. em Economia pela Universidade de Bremen.

⁸⁸ “*Redes de fornecedores* incluem subcontratação, acordos OEM (Fabricação do Equipamento Original) e ODM (Fabricação do Projeto Original) entre um cliente (a ‘empresa focal’) e seus fornecedores de insumos intermediários para a produção; *Redes de produtores* abrangem todos os acordos de coprodução que oferecem possibilidade a produtores concorrentes de juntarem suas capacidades de produção e recursos financeiros/humanos com a finalidade de ampliar seus portfólios de produtos, bem como sua cobertura geográfica; *Redes de clientes* são os encadeamentos à frente entre as indústrias e distribuidores, canais de comercialização, revendedores com valor agregado e usuários finais, nos grandes mercados de exportação ou nos mercados domésticos; *Coalizões-padrão* são iniciadas por potenciais definidores de padrões globais com o objetivo explícito de prender tantas empresas quanto possível a seu produto proprietário ou padrões de interface; *Redes de cooperação tecnológica* facilitam a aquisição de tecnologia para projetos e produção de produtos, capacitam o desenvolvimento conjunto dos processos e da produção e permitem acesso compartilhado a conhecimentos científicos genéricos e de P&D”. CASTELLS, 1999a, p. 209-210; CANDIDO; ABREU, 2000.

Todos os segmentos empresariais dinâmicos, porém, contaram com o uso dessas novas tecnologias⁸⁹.

A nova organização das empresas em redes convive com paradoxos. Aumenta os lucros pela concorrência no mercado, de um lado e, de outro modo, não resiste à própria dinâmica “neocapitalista” a não ser através da cooperação entre empresas⁹⁰. Castells (1999a, p.186) sublinha a importância da circulação da informação em diferentes redes a fim de favorecer o seu maior desempenho por meio da cooperação. Estas constituem-se como redes entre empresas, dentro das empresas, pessoais e através das redes de computadores.

b Trabalho

As mudanças ocorridas nas empresas levam necessariamente a mudanças na relação com o trabalho e nas características do emprego. O mercado de trabalho no novo paradigma possui algumas tendências e características que trazem consequências para a vida dos trabalhadores. Exige deles maior qualificação técnica, reestruturação dos sindicatos e adaptação às novas exigências.

Tendências do Mercado de Trabalho

As novas tendências do mercado de trabalho alteram a estrutura social. No período pré-industrial, as pessoas habitavam o campo. A produção servia basicamente para a subsistência e o emprego concentrava-se em trabalhos ligados à plantação, criação de animais, exploração de minério, cargos públicos ou comércio. Com a revolução industrial, muda-se a característica do emprego e com ela a sociedade. Fluxos intensos de trabalhadores abandonam o campo e migram para a cidade. Formam-se os grandes centros urbanos. Na cidade, tudo gira em torno da fábrica. Percebe-se na configuração dos bairros a diferença do lugar onde mora o dono da fábrica, o operário e o desempregado. A sociedade de classes amplia as desigualdades e a exploração do trabalho em benefício do capital. O novo paradigma informacional traz desafios com mudanças significativas na lógica da relação trabalho-capital⁹¹.

⁸⁹ CASTELLS, 1999a, p. 104.

⁹⁰ CANDIDO; ABREU, 2000.

⁹¹ CASTELLS, 1999a, p. 223.

Conforme evoluem as tecnologias, aumenta o desemprego. A evolução nos modos de produção não acompanha o ritmo de qualificação dos trabalhadores para o mercado. Falta nas políticas de geração de emprego a revisão estrutural da organização da própria sociedade. A evolução tecnológica exige da sociedade mudanças nos padrões de educação, reestruturação do sistema de transporte, controle de natalidade, investimentos em infra-estrutura, reforma agrária e agrícola e revisão nas legislações trabalhistas, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho. A difusão das novas tecnologias associadas às mudanças estruturais na sociedade garante maior crescimento na geração de emprego⁹².

A sociedade pós-industrial tende ao desaparecimento do emprego industrial e o aumento no mercado de serviços. Castells (1999a, p.233-238) trata de quatro áreas de serviço: produção, serviços sociais, serviços de distribuição e serviços pessoais. Na área de produção, aumentam aqueles ligados às tecnologias da informação. Ampliam-se a terceirização e a especialização dos serviços; quanto aos serviços sociais, tendem a crescer devido à pressão exercida pelos movimentos sociais. Os Estados reagem com políticas de compensação através de programas de assistência social; os serviços de distribuição diminuem as oportunidades de emprego no referente ao transporte e à comunicação, ligados diretamente à produção industrial. Dependerá das características do modelo de distribuição a manutenção dessa forma de emprego; os serviços pessoais crescem significativamente. Estes se localizam nos serviços de bares, restaurantes, auxílios domésticos, lazer, turismo. Em muitas sociedades em desenvolvimento, nota-se a ascensão dos serviços de autônomos principalmente ligados aos serviços pessoais.

Nas sociedades pós-industriais, as mulheres conquistam mais direitos. Elas ocupam maciçamente o mercado de trabalho e tendem, no futuro, a ser maioria nos principais serviços. Ainda sofrem com a discriminação e a redução dos salários em comparação aos dos homens. Contudo, com melhor qualificação e o desenvolvimento de habilidades mais compatíveis com as novas exigências, conseguem assegurar melhores empregos. Os empregos mais promissores situam-se na área de serviços sociais, comunicação e administração⁹³. Segundo Castells (1999b, p.194) “a entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado à informatização, integração em rede e globalização econômica e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero”.

⁹² CASTELLS, 1999a, p. 284; 256; 293.

⁹³ CASTELLS, 1999a, p.21-22.

Características do trabalho na sociedade pós-industrial

As características do trabalho numa sociedade em transição possuem traços típicos das redes como principal fator de mudanças⁹⁴. Estas características, já mencionadas indiretamente nas tendências, convergem na reconfiguração de todo o tecido social. Conforme a consideração apresentada por Castells (1999a, p.223):

O processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afeta a sociedade em geral.

As mudanças acontecem na diminuição do emprego rural, industrial tradicional e na flexibilidade das relações de trabalho. De outro lado, cresce o emprego no setor de serviços, ou seja, diminui-se a produção de bens, para aumentar a produção de serviços. Os setores de maior relevância situam-se nos serviços sociais, administrativos, técnicos especializados, vendas, estabilidade no varejo, informação e produção de conhecimentos. Espera-se maior nível de especialização na nova conjuntura mundial.

Dificuldades para os trabalhadores na nova organização mundial do trabalho

As características da nova relação de trabalho indicam dificuldades para a maioria dos trabalhadores ainda não capacitados para corresponder às novas exigências do mercado. Aumenta-se o desemprego e cresce a pobreza entre a maioria da população. Até alcançarmos o patamar de qualificação no emprego, defrontamo-nos com muitos problemas sociais. Para tentar solucioná-los, cabe refletirmos sobre algumas lacunas dessa nova organização do trabalho.

O capitalismo, nas últimas duas décadas, exerce hegemonia mundial pelo fato de globalizar a economia. Faltou-lhe globalizar o trabalho. Sem trabalho, o próprio sistema vacila. Como tratamos de sistema integrado em redes, romper qualquer nó fragiliza a malha, põe em risco o funcionamento do conjunto⁹⁵.

⁹⁴ CASTELLS, 1999a, p.250.

⁹⁵ CASTELLS, 1999a, p.254.

Merece atenção a falta de especialização para as novas exigências de trabalho. Empresas, governos e diferentes setores da sociedade civil devem empenhar-se para qualificar os trabalhadores⁹⁶.

Grande parte do povo na maioria dos países, em especial, daqueles em vias de desenvolvimento, carece de educação escolar. Além disso, o sistema educacional não acompanhou as mudanças da sociedade, tornando-se ineficiente. No Brasil, constatamos professores mal remunerados, inexistência de programas de qualificação profissional e técnica para os educadores, precarização dos recursos materiais e tecnológicos para o ensino, sucateamento das escolas e programas de educação defasados. Nenhuma sociedade consegue real desenvolvimento sem o investimento necessário na educação⁹⁷.

As mudanças na característica do trabalho exigem reorganização sindical. Os sindicatos sofrem por adaptar-se à nova organização em redes. Daí resulta o enfraquecimento da sua organização. A conjuntura favorece a perda de conquistas trabalhistas e o desequilíbrio do próprio sistema⁹⁸.

O endurecimento do capitalismo mundial e a desintegração do socialismo aumentaram a polarização social⁹⁹. Antes o sistema capitalista obrigava-se a cuidar do bem estar social para responder às críticas do socialismo. Na ausência dessa polarização política, imperam a ditadura do mercado e a exclusão social. Neste contexto, o interesse concentra-se no lucro das empresas, gera desemprego estrutural e precarização do emprego¹⁰⁰.

Deterioram-se as condições de vida dos trabalhadores por causa dos baixos salários, de instabilidade no emprego, da formação de subempregos e do aumento da desigualdade¹⁰¹. Em alguns lugares no Brasil e no mundo, a falta de emprego faz ressurgir o trabalho escravo. Sherer-Warren (2005, p.87), ao tratar da superexploração dos trabalhadores e da mobilidade social causada pela fragilidade do sistema, denuncia:

Os trabalhadores temporários dos projetos de grande escala têm sido submetidos a processos de superexploração pelas firmas empreiteiras. Experiências históricas revelam que o governo e as empresas têm criado, através dos meios de comunicação, expectativas de mobilidade social ascendente para os trabalhadores a serem recrutados para estas obras. Os resultados têm sido, todavia, de estagnação ou mesmo de mobilidade social descendente, sem possibilidades de retorno às origens.

⁹⁶ CASTELLS, 1999a, p.272.

⁹⁷ CASTELLS, 1999a, p.272.

⁹⁸ CASTELLS, 1999a, p.288.

⁹⁹ CASTELLS, 1999a, p.288.

¹⁰⁰ DGAE 2008-2010, n.26-27.

¹⁰¹ CASTELLS, 1999a, p.293.

c Movimentos sociais

O contexto da globalização feriu, de modo doloroso, a organização dos movimentos sociais. A complexidade e a pluralidade dos movimentos acarretam a fragmentação e fragilidade destes diante de um sistema conectado em redes de interação. A economia, a política e a cultura mudaram sua direção. Continuar na mesma direção significa isolar-se a ponto de naufragar nas primeiras ondas tempestuosas¹⁰². Interessa-nos saber a evolução, as características e as novas tendências dos movimentos sociais.

Evolução

A Revolução Francesa abre nova cortina na história. Inicia-se a gênese dos movimentos sociais identificados por Riechmann¹⁰³ e Buey¹⁰⁴ (1994, p.15) como parte da história da sociedade moderna. O advento da industrialização, a alfabetização e a urbanização reconfiguram o cenário político. A racionalidade moderna gera novos paradigmas. Inaugura-se um novo processo de organização da sociedade, aparecem os conflitos, nascem os movimentos sociais.

Sherer-Warren (2005, p.69-72) trata de pré-requisitos para a formação de um movimento social. Propõe três: reconhecimento coletivo de um direito, desenvolvimento de uma sociabilidade política e a construção de um projeto de transformação. O primeiro passa pelo caráter subjetivo de determinado grupo e pela construção da identidade coletiva. A sociabilidade política constrói as condições teóricas, organizacionais e sociais de o grupo gestar sua identidade. A luta dos movimentos sociais relaciona-se com a construção de um projeto de transformação social. Conquistam os próprios direitos e associam-se ao interesse pelo projeto de uma nova sociedade.

¹⁰² GOHN, 1997, p.342-343.

¹⁰³ Jorge Riechmann Fernández (Madrid, 24 de março de 1962), é poeta, tradutor, sociólogo e ecologista espanhol. Tem sido considerado um importante poeta emergente na Espanha, ligado ao grupo de poetas da chamada poesia *de la conciencia*, um dos rótulos genéricos com que costuma referir-se a poéticas que surgiram na Espanha a partir dos anos de 1990, também chamada de "nova poesia social", praticando uma ativa oposição ao capitalismo em sua fase global.

¹⁰⁴ Francisco Fernández Buey é filósofo comunista e ensaísta. Seus primeiros artigos filosóficos estiveram dedicados a Heidegger e ao humanismo e à análise da obra do filósofo italiano Galvano della Volpe. Fernández Buey foi um dos fundadores do Sindicato Democrático de Estudantes na Universidade de Barcelona.

A autora (SHERER-WARREN, 2005, p.14-25) classifica as fases da evolução dos movimentos sociais na América Latina¹⁰⁵: inicia-se a primeira fase na década de 60 com a luta de classes, seguida das lutas nacional-populares (década de 70), posteriormente o período dos movimentos de base (década de 80). A década seguinte marca o período auge quando se manifestam as redes de movimentos sociais.

No Brasil, desde a década de 80, cresce a articulação entre organizações e atores políticos. “parte-se da hipótese de que as articulações entre organizações e atores políticos e as subsequentes criações de redes vêm-se constituindo num movimento social no sentido dado por Alain Touraine” (SHERER-WARREN, 2005, p.116)¹⁰⁶. As principais redes formadas nesse período, com capacidade de interação dos movimentos sociais, destacam-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na multiplicação das ONGs. Também as pastorais sociais da Igreja Católica possibilitam diferentes meios de articulação dos movimentos sociais. Nesta última década, com a fragmentação do PT e da CUT, novos atores políticos substituem o papel destas instituições. Destaca-se a iniciativa do Fórum Social Mundial, evento de grande participação popular cuja estrutura funciona em redes¹⁰⁷.

Características dos novos movimentos sociais

Os movimentos sociais caracterizam-se pela ação coletiva empreendida a favor dos seus objetivos¹⁰⁸. A utopia torna-se ingrediente para indivíduos e movimentos sociais. Parte do enfraquecimento de tais atores dá-se pela ausência ou diminuição de perspectivas utópicas¹⁰⁹.

Os movimentos passam por mudanças em substituição ao paradigma anterior. Essas mudanças atingem tanto o modo de relacionamento externo como interno na organização dos próprios grupos. A nova conjuntura exige dos novos movimentos sociais a superação do

¹⁰⁵ Interessam-nos os estudos ligados à América Latina e ao Brasil devido o contexto social onde se localizam as CEBs.

¹⁰⁶ Alain Touraine é sociólogo francês. Tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão "sociedade pós-industrial". Seu trabalho é baseado na "sociologia de ação" e seu principal ponto de interesse tem sido o estudo dos movimentos sociais. Touraine acredita que a sociedade molda o seu futuro através de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. Alain Touraine entende o movimento social como resultado de um conflito central. Representa a luta do sujeito histórico organizado frente aos interesses do mercado e os poderes autoritários.

¹⁰⁷ WHITAKER, 2005. 258p.

¹⁰⁸ SCHERER-WARREN, 2005. p.115.

¹⁰⁹ SCHERER-WARREN, 2005, p.28; 47; CANDIDO; ABREU, 2000.

autoritarismo e a descentralização do poder¹¹⁰. Movimentos sociais em redes promovem desde a organização interna até as relações horizontais e diversificadas¹¹¹. Afirmam novas relações societárias através da reapropriação política do sentido de relações comunitárias e mantêm a busca de autonomia¹¹².

A utopia dos movimentos sociais alimentava a esperança de construir sociedade igualitária e socialista. Os países socialistas adotavam políticas de Estado. Conforme já analisamos, sua dificuldade em adaptar-se às novas exigências do paradigma informacional levou à ruína do sistema. Os novos movimentos sociais não abandonam o sonho de nova sociedade. Muda o foco. No lugar da primazia pelo Estado, lutam pelo fortalecimento da sociedade civil¹¹³.

Cresce a articulação de atores e movimentos sociais e culturais¹¹⁴. ONGs, associações, pastorais sociais se unem para a realização de Fóruns, seminários com objetivos comuns referentes à autonomia de cada grupo. Surgem diversas centrais, associações e movimentos com o objetivo de aglutinar um conjunto de organizações ligadas ao mesmo interesse. Exemplos: Central dos Movimentos Populares (CMP), Associação Nacional das Mulheres trabalhadoras rurais (ANMTR), Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA).

Nas décadas de 70 e 80, o eixo das lutas dos movimentos sociais se voltava para o campo sociopolítico. Sem deixar de lado tal dimensão, acentua-se, nas décadas seguintes, a atuação no campo sociocultural¹¹⁵. O valor da liberdade, a construção de novas identidades, o direito das minorias e a luta por sociedade democrática e ecologicamente sustentável configuram as redes de movimentos sociais.

A transnacionalidade desses novos movimentos favorece o crescimento da organização destes atores. As redes transnacionais ajudam financeiramente, planejam estratégias comuns e propõem metas integradas, respeitam o meio-ambiente, os direitos humanos¹¹⁶.

¹¹⁰ SCHERER-WARREN, 2005, p.49-50.

¹¹¹ SCHERER-WARREN, 2005, p.56.

¹¹² SCHERER-WARREN, 2005, p.55; RIECHMANN; BUEY, 1994, p.27

¹¹³ SCHERER-WARREN, 2005, p.53.

¹¹⁴ SCHERER-WARREN, 2005, p.119-120.

¹¹⁵ SCHERER-WARREN, 2005, p.121-122.

¹¹⁶ SCHERER-WARREN, 2005, p.120-121.

Os novos movimentos sociais caracterizam-se pelo pluralismo organizacional e ideológico¹¹⁷. O respeito à diversidade fortalece a rede, fá-la atraente e articula os movimentos. Whitaker¹¹⁸ (2005, p.121) ao tratar do Fórum Social Mundial afirma:

(...) um dos princípios que melhor caracteriza o espírito do Fórum – e que talvez constitua uma das razões mais diretas da atração que exerceu – é o do respeito à diversidade, com seu corolário de aceitação do pluralismo. Trata-se de um valor básico tanto do Fórum como da sociedade que queremos”.

Assim como não se admitem relações autoritárias dentro dos movimentos, muito menos concordar-se-á com decisões autoritárias tomadas pelo Estado. Os novos movimentos defendem o direito de participar das decisões que lhes afetam a vida apelando até para a “desobediência civil”¹¹⁹ (SHERER-WARREN, 2005, p.54).

Sherer-Warren (2005, p.60-64) aponta algumas dificuldades e limites: homogeneização dos movimentos sociais, dificuldade de penetração na sociedade civil, distanciamento entre o discurso ideológico e a prática cotidiana e distanciamento dos partidos políticos na relação com os movimentos.

Novas tendências

Além dos movimentos reivindicatórios ligados à categoria de classes sociais, surgiram, nas últimas décadas, movimentos com novas identidades, tais como os movimentos ecológicos, feministas e pacifistas¹²⁰. Estes movimentos, nas suas origens, vieram de

¹¹⁷ SHERER-WARREN, 2005, p.121.

¹¹⁸ Francisco Whitaker Ferreira foi um dos fundadores do Fórum Social Mundial juntamente com Oded Grajew e Bernard Cassen do Le Monde Diplomatique. Atualmente é membro do Comitê de Organização do Fórum Social Mundial como representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), organismo da CNBB. Nascido em 1931, nos anos 1950, foi militante de movimentos de juventude da Igreja Católica no Brasil. Formado em arquitetura, trabalhou em planejamento urbano e regional e em planejamento de governo. Por ocasião do golpe militar de 1964, era o Diretor de Planejamento da SUPRA, organismo federal encarregado da reforma agrária no Brasil. Assessorou em seguida a CNBB em planejamento pastoral. Em 1966 teve que deixar o país para um exílio de 15 anos. Na França, deu aulas em instituto de formação de quadros para o Terceiro Mundo (IRFED), trabalhou no Comitê Católico contra a Fome e pelo desenvolvimento (CCFD).

¹¹⁹ O autor americano Henry David Thoreau foi pioneiro a estabelecer a teoria relativa dessa prática em seu ensaio de 1849, originalmente intitulado "Resistência ao Governo Civil", que mais tarde reintitulou "Desobediência Civil". A idéia predominante abrangida pelo ensaio era de resistir à escravidão e à opressão do governo sobre negros e migrantes mexicanos sem o uso da força física, mas pela força moral. Este ensaio exerceu uma grande influência sobre muitos praticantes da desobediência civil. O mais notável, Mahatma Gandhi, usou a desobediência civil como uma ferramenta anticolonialista. Martin Luther King, líder do movimento dos direitos civis dos Estados Unidos nos anos da década de 1960, também adotou as técnicas da desobediência civil.

¹²⁰ RIECHMANN; BUEY, 1994, p.56; SCHERER-WARREN, 2005, p.29.

universitários, agentes da classe média e deslocam o foco anterior centrado na luta de classes. Constituíram redes sociais de amplitude global.

Ao se tratar da Ecologia, percebe-se o universo inteiro em redes de relações¹²¹. Toda a perspectiva de defesa da sustentabilidade do planeta utiliza categorias da compreensão do mundo num sistema de redes. Os ecologistas encontram maior adesão por parte da sociedade civil dado o contexto de ameaça real do destino da humanidade. O movimento ecológico abarca o conjunto de iniciativas e organizações empenhadas na luta pela sustentabilidade do planeta. Nele convivem diferentes teorias. Estas apresentam tendências conservadoras ou progressistas¹²². A crítica versa principalmente sobre questões ligadas ao modo de produção industrial.

O movimento feminista trouxe à sociedade novas perspectivas de relacionamentos que denunciam as relações patriarcais produtoras de desigualdades. Desde a família, “célula primeira e vital da sociedade” (AA 11)¹²³, evidencia-se a gênese das desigualdades reproduzidas pela lógica do modelo androcêntrico e autoritário¹²⁴. A participação da mulher na sociedade revela o rosto de uma nova humanidade em que a dimensão do feminino conduz o mundo a novo patamar de desenvolvimento. No movimento feminista sobressaem três tendências ideológicas segundo Deckard, citado por Scherer-Warren (2005, p.30)¹²⁵: feminismo socialista, radical e dos direitos das mulheres.

Após a segunda Guerra mundial, expande-se no mundo o pacifismo. Multiplicam-se diversas iniciativas a favor do desarmamento. A cada dia surgem organizações de redes na defesa dos direitos humanos. A agenda pacifista incorpora em diversos movimentos sociais a insatisfação contra as guerras produzidas pelo império norte-americano. O repúdio estende-se aos grupos fundamentalistas do Oriente Médio na disseminação de ações terroristas. Amplia-se o combate a políticas em países produtores de energia nuclear com fins militares.

¹²¹ MARIANI, 2006. p.226.

¹²² CAPRA, 1997; SHERER-WARREN, 2005, p.31.

¹²³ CONCÍLIO VATICANO II, 2001. p. 385.

¹²⁴ Modelo androcêntrico constitui-se como sistema sociocultural onde o homem exerce supremacia sobre a mulher. Admite-se nesse modelo diversas formas de violência, seja física, moral ou psicológica.

¹²⁵ DECKARD, 1983. Feminismo socialista vê a opressão das mulheres como oriunda do sistema de classes. Feminismo radical vê todas as opressões como resultado da supremacia masculina e Feminismo dos Direitos humanos observam que todos são iguais, mas as mulheres não alcançaram a igualdade por direito.

CONCLUSÃO

O método VER-JULGAR-AGIR, adotado neste trabalho, oferece vantagens à pesquisa. Antes de dissertar a respeito das redes de comunidades, apresentamos, no primeiro capítulo, a contextualização das redes. Tratamos das origens, conceitos e características. A contextualização vista nos aspectos econômicos, políticos e culturais, além dos diversos lugares onde se utilizam as redes, amplia os horizontes de percepção dos rumos assumidos na sociedade. As mudanças despertam nas organizações a necessidade de rever suas estruturas.

Nos conceitos apresentados, resultantes de todo o contexto, propomos as redes como o conjunto de relações entre indivíduos, grupos e organizações de natureza não-hierárquica e interdependente. Elas estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir metas comuns e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação entre os envolvidos. Tal conceito pretende orientar os capítulos seguintes a fim de pensar a Igreja em redes de comunidades.

Dada a explicitação conceitual das redes, avançamos no conhecimento das redes de comunidades sob o enfoque da teologia. Adotaremos dois referenciais importantes: o pensamento de Faustino Teixeira e o material dos Intereclesiais. Colocaremos em questão se a teoria desenvolvida nestas fontes permite compreender a eclesiologia das CEBs na perspectiva de redes.

CAPÍTULO II

ECLESIOLOGIA DAS CEBs EM FAUSTINO TEIXEIRA E NO MATERIAL DOS ENCONTROS INTERECLESIAIS NA PERSPECTIVA DE REDES

INTRODUÇÃO

As redes de comunidades ocupam no cenário brasileiro centralidade na reflexão pastoral. Impulso maior ocorre depois da Conferência de Aparecida realizada em 2007. Entretanto, as dioceses e comunidades de base, ao longo dos anos, já lhe percebiam a viabilidade. Elas aparecem no documento de Santo Domingo¹²⁶, nos planos de pastoral da CNBB¹²⁷ e em algumas experiências diocesanas. O estudo melhor estruturado a respeito encontra-se na pesquisa do ISER/Assessoria sobre a experiência da prelazia de S. Félix do Araguaia e no artigo escrito por Pedro de Oliveira¹²⁸ publicado em 1997¹²⁹.

Esse capítulo reflete sobre redes de comunidades a partir do enfoque da eclesiologia das CEBs. Escolhemos estudar Faustino Teixeira porque ele as pesquisou durante o mestrado e o doutorado. Compulsamos também o material dos Intereclesiais. Estes oferecem importante acervo para a compreensão das redes de comunidades a partir da eclesiologia desenvolvida nos últimos 35 anos.

Este capítulo confronta a contextualização das redes com a eclesiologia das CEBs a fim de pensar a renovação da Igreja na perspectiva de redes. A última parte do capítulo oferece alguns desafios referentes a tal modelo. Entre estes, a eclesialidade, muitas vezes questionada pelos bispos, o monolitismo pastoral, contraditório com as redes e os questionamentos de Faustino Teixeira e Leonardo Boff¹³⁰ sobre a viabilidade de estruturação da Igreja em redes de comunidades.

¹²⁶ Santo Domingo (SD), 58. Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 1993. p.58.

¹²⁷ DGAE 2003-2006, 142; DGAE 2008-2010, 158-159.

¹²⁸ Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira possui graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967), mestrado em Sociologia - Université Catholique de Louvain (1967) e doutorado em Sociologia - Université Catholique de Louvain (1979). Atualmente é Professor adjunto III no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹²⁹ Cf. OLIVEIRA, 1997b; OLIVEIRA, 1997a.

¹³⁰ Leonardo Boff doutorou-se em teologia e filosofia no Brasil e na Alemanha. Durante mais de 20 anos foi professor de teologia no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis. Por vários anos, coordenou o editorial religioso da Editora Vozes. Ajudou a formular a teologia da libertação. Mais tarde, foi professor de ética e filosofia da religião na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É autor de mais de 70 livros. Participa da Comissão Internacional da Carta da Terra. Em 2001, por seu compromisso com a justiça dos pobres e com a ecologia, foi agraciado com o Prêmio Nobel alternativo da paz.

1 A ECLESIOLOGIA DAS CEBs EM FAUSTINO TEIXEIRA SOB A PERSPECTIVA DAS REDES DE COMUNIDADES

Faustino Teixeira tratou, em sua tese de doutorado, do tema das CEBs visto sob o ângulo da eclesiologia. Encontram-se no conjunto da sua obra elementos teológicos fundamentais para repensar a Igreja na perspectiva das redes de comunidades. Optamos por três aspectos do seu trabalho condizentes com esta perspectiva.

a A reinvenção da Igreja a partir da base

Reinventar a Igreja a partir da base¹³¹ destaca a importância de “nova visibilidade eclesial”. Na expressão de Leonardo Boff, acontece verdadeira “eclesiogênese”¹³² ou “Igreja que nasce do povo”¹³³. Revela-se o rosto dos pobres e dos leigos. O protagonismo exercido pelos membros da hierarquia cede espaço a novos sujeitos eclesiais. As transformações sociais trabalhadas no primeiro capítulo revelam a urgência da conversão das estruturas hierarquizadas em modelos participativos e horizontais. Se as redes constituem-se em paradigma de mudanças estruturais da sociedade, então as CEBs, articuladas em redes, recriam a organização eclesial a partir das bases populares¹³⁴.

CEBs: amplo e significativo processo de construção da Igreja a partir da realidade dos oprimidos

A Igreja, por vários séculos, esteve próxima dos ricos. Igreja e estado até se confundiam. Por outro lado, ela esteve atenta às necessidades dos pobres, contudo, de modo distante e por vezes assistencialista. Ela tratava os pobres como merecedores da “caridade” cristã. Ao falar das crenças, cultura, relação com o sagrado, considerava-os como supersticiosos.

As CEBs transformam radicalmente a Igreja. Renovam-lhes as estruturas. Ela se converte ao universo popular. Os pobres deixam a condição de objetos e assumem o lugar de

¹³¹ Cf. BOFF, 2008. p.63-72.

¹³² Leonardo Boff classificou a experiência das CEBs como “eclesiogênese” a partir do tema do I Encontro Intereclesial. Cf. BOFF, 1975. p.201-209.

¹³³ Tema do I Encontro Intereclesial das CEBs, 1975.

¹³⁴ TEIXEIRA, 1987, p.172; TEIXEIRA, 1988a, p.117.

sujeitos. Os padres e bispos mudam o estilo de vida. Vivem de modo simples e alguns até assumem a pobreza evangélica¹³⁵.

Na realização da III Conferência do Episcopado Latino Americano em Puebla (1979), D. Luciano Mendes de Almeida¹³⁶, em nome da CNBB, lançou a expressão “comunhão e participação” assumida posteriormente no texto de conclusão¹³⁷. As CEBs traduzem na prática essa expressão. O povo torna-se participante ativo da vida eclesial enquanto a Igreja reconfigura a própria imagem. O novo modo de relacionamento com os pobres garante nova visibilidade eclesial. Tal maneira de ver não se traduz em paralelismo, antes afirma a tradição que define a Igreja como “Povo de Deus”¹³⁸.

A Igreja, ao redefinir-se a partir dos pobres, estabelece novo relacionamento com a sociedade. A religião assume a tarefa de colaborar na transformação da realidade social e política, quando esta promove injustiças e desigualdades. Na concepção de Teixeira (1987, p.73), significa a “reconquista do espaço popular da religião”. Para o povo inserido na comunidade, a religião acentua outros elementos distintos das devoções tradicionais. A comunidade passa a incorporar a leitura popular da Bíblia, a conscientização, a participação política e as lutas populares como parte da reflexão e da ação¹³⁹.

Processo que vem responder à necessidade de redes

A renovação profunda das estruturas da Igreja vem responder à necessidade de redes. As CEBs, ao redefinir a Igreja a partir das bases, questionam o modelo anterior. Desde a formação do pequeno núcleo, as CEBs se caracterizam pela dinâmica comunitária. Elas não caminham isoladas. Formam com outras comunidades redes interligadas. Organizam-se nas dioceses em comunhão e participação e representam “um novo modo de ser Igreja”¹⁴⁰.

¹³⁵ TEIXEIRA, 1987, p.173; p.176; TEIXEIRA, 1988a, p.119.

¹³⁶ D. Luciano Mendes de Almeida, pastor, profeta, amigo dos pobres. Jesuíta, trabalhou como bispo auxiliar em São Paulo e foi Arcebispo de Mariana. Exerceu as funções de secretário geral da CNBB, presidente por dois mandatos, vice-presidente do CELAM e contribuiu significativamente nas Conferências Episcopais de Puebla e Santo Domingo. Foi escolhido delegado para Aparecida, mas veio a falecer em 27 de agosto de 2006, 7 anos após a morte de D. Hélder Câmara.

¹³⁷ Documento de Puebla (DP), 211-219. Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 1979. p.131-132; BEOZZO, 2008, p.12. Não publicado.

¹³⁸ Lumen Gentium (LG), 4. Cf. CONCÍLIO VATICANO II, 2001, p.104; TEIXEIRA, 1987, p.174; 176; TEIXEIRA, 1988a, p.57.

¹³⁹ TEIXEIRA, 1997. p.209.

¹⁴⁰ TEIXEIRA, 1987, p.173.

As CEBs provocam questionamento à maneira comum de entender a Igreja. Alguns veem a Igreja como o templo onde participam dos ritos, outros a entendem como sinônimo da hierarquia eclesial. Nas CEBs, o povo conscientiza-se da sua eclesialidade e reconhece a Igreja como “Povo de Deus”. Todos, ministros ordenados e leigos, coparticipam da vida eclesial. Cidadania alcançada pelo batismo. A estrutura interna das CEBs funciona democraticamente: na escolha das lideranças, nas decisões da comunidade, na valorização dos ministérios, na solidariedade e na partilha¹⁴¹.

A dinâmica interna das CEBs, segundo Teixeira (1987, p.73), favorece a “irrupção da palavra, a emergência da consciência crítica e o imperativo da práxis”¹⁴². Durante muito tempo, a participação do povo nas celebrações não favorecia relações interpessoais. Cumpriam-se ritos e obrigações e as pessoas assistiam à missa como expectadoras. Nas CEBs, os pobres falam, partilham a vida, celebram esperanças, formam amizades, sentem-se solidários com as dificuldades do irmão. Formam-se laços de intensa fraternidade.

As pessoas, por meio dos encontros semanais, criam laços de união e compromisso. Elas partilham a Palavra de Deus, discutem os problemas da comunidade e celebram a vida. Aos poucos, despertam para “a emergência da consciência crítica”. Os pobres descobrem as razões da pobreza e percebem a necessidade de lutar por mudanças. Algumas vezes a solução vem através da partilha e da solidariedade entre eles. Nas CEBs, organizam-se mutirões e distribuição de cestas, cuida-se dos enfermos e oferecem-se respostas imediatas aos problemas locais. Em outras ocasiões, o problema exige ações complexas, à medida que se percebem as causas estruturais. Algumas ferramentas de luta emergem como necessárias nesse processo: formação de associações de moradores, criação de sindicatos, filiação a partidos populares, participação em conselhos paritários.

Redes de comunidades: enriquece e fortalece o movimento popular sem perder de vista a educação e a celebração da fé

Os participantes da comunidade mantêm relações duradouras. Ampliam a consciência, aumentam a participação e fortalecem os laços de união. Descubrem a ligação entre a participação na vida eclesial e o compromisso sociopolítico. Fé e vida caracterizam a natureza das CEBs. A fé alimentada pela Palavra de Deus interpela o crente a agir no mundo. A religião

¹⁴¹ TEIXEIRA, 1987, p.175.

¹⁴² TEIXEIRA, 1988a, p.29.

não serve como anestésico para aliviar as dores. Ao contrário, ela acolhe os sofrimentos e dificuldades do povo convertidas em esperança e força para lutarem por mundo melhor¹⁴³.

Com a ampliação das comunidades, articulam-se redes de comunidades. Estas fortalecem o movimento popular. Espalhadas pelo Brasil, elas participam de muitas conquistas democráticas¹⁴⁴. Ajudaram, entre outras coisas, na formação de diversos movimentos sociais, pastorais e inclusive na constituição do Partido dos Trabalhadores no início da década de 80¹⁴⁵.

Essa presença das CEBs no movimento popular não esvazia as práticas religiosas e a educação da fé. Ao contrário, a educação da fé gera o compromisso libertador. As celebrações animam a caminhada, e à luz do mistério pascal, o povo encontra disposição para agir. A espiritualidade dos membros e a dinâmica dos encontros privilegiam a Bíblia, valorizam a celebração do Dia do Senhor e manifestam profunda vida de oração. Normalmente quem participa de um encontro logo percebe o fervor orante dessas comunidades¹⁴⁶.

b Leigos como criadores e dinamizadores de valores eclesiológicos

Teixeira (1988a, p.130) constata na história que, desde o período da romanização do catolicismo brasileiro, o leigo ocupa na Igreja papel secundário. As CEBs devolvem o protagonismo dos leigos ao reconhecer a capacidade de criar e dinamizar “valores eclesiológicos” (TEIXEIRA, 1988a, p.130). A afirmação da base leiga nas CEBs favorece a prática de novos ministérios e desperta a responsabilidade para a formação das redes de comunidade.

Afirmar a base leiga na Igreja a partir das CEBs redefine-lhe o modo de ser. Estabelece práticas contrárias ao clericalismo comumente praticado na Igreja. Diversos movimentos eclesiais e até importantes iniciativas surgidas no início do século XX em relação

¹⁴³ TEIXEIRA, 1987, p.94-134; TEIXEIRA, 1988a, p.61-62; p.89-111; TEIXEIRA, 1997, p.208.

¹⁴⁴ As CEBs participaram ativamente das conquistas democráticas no país. Estiveram presentes na abertura democrática marcada no declínio do regime militar entre os anos 1979 a 1985. Participaram das campanhas das “DIRETAS JÁ”. Atuaram na mobilização social no período da Assembleia Constituinte (1988). Saíram às ruas no processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tiveram papel importante na eleição de Lula para presidente do Brasil no ano de 2002 acompanhado de toda luta que o antecedeu. Atuam em parceria com os movimentos sociais, realizam semanas sociais, plebiscitos populares, grito dos excluídos, campanhas de leis de iniciativa popular e contribuem na mobilização do Fórum Social Mundial e outros fórum regionais.

¹⁴⁵ Exemplo característico da contribuição das CEBs na organização do movimento social, ver a história da fundação do MST. Cf. ALIAGA, 2007, p.83-93; BETTO, 2006.

¹⁴⁶ Quanto ao uso da Bíblia, cf. TEIXEIRA, 1987, p.135-154; A prática religiosa nas CEBs, cf. TEIXEIRA, 1987, p.181-188; TEIXEIRA, 1988, p.121-129; TEIXEIRA, 1997, p.216-230.

à valorização dos leigos funcionavam como extensão das decisões da hierarquia¹⁴⁷. Não se dava ao leigo autonomia e, por vezes, tendia-se à clericalização do mesmo, ou seja, à reprodução do modelo clerical na ação própria dos movimentos e/ou associação de leigos¹⁴⁸.

Teixeira (1988b, p.241) lembra a importância do Concílio Vaticano II e a capacidade de as CEBs ultrapassarem os limites deixados. O Concílio valoriza a missão dos leigos na Igreja e no mundo, mas submete-os à condição de meros colaboradores dos padres¹⁴⁹. Porém, a partir das CEBs, decidem e agem com autonomia ao lado dos ministros ordenados. Destaca-se a atuação dos leigos no mundo da política. Quando eles atuam na sociedade pela convicção da fé, agem enquanto Igreja. Nesse sentido, propõem uma revolução de paradigmas na Igreja: transitar da condição de uma Igreja clerical para uma Igreja laical.

A nova compreensão eclesial oriunda das CEBs propõe bases sinodais e incentiva a comunhão. Significa tornar a participação na Igreja decisiva. Os conselhos pastorais e econômicos ultrapassam o limite imposto pelos códigos canônicos em reduzi-los apenas ao caráter consultivo para tornarem-se deliberativos.

Caracterizam-se as CEBs por sua ministerialidade. Esta se origina da consciência dos leigos da pertença ao Povo de Deus, partícipes do sacerdócio comum de Cristo. Elas ampliam a compreensão dos ministérios na Igreja. Não substituem ou anulam os ministérios ordenados, antes, valorizam-nos e reconhecem-nos. Incentivam, porém, o surgimento de outros. Os ministérios dos leigos e os ministérios ordenados complementam-se e possibilitam à Igreja tornar-se toda ela ministerial¹⁵⁰.

Os bispos do Brasil propõem uma tipologia para os ministérios: ministérios ordenados, ministérios instituídos, ministérios confiados e ministérios reconhecidos¹⁵¹. Nas CEBs, Teixeira (1987, p.198) adota a tipologia pensada por Leonardo Boff e seu irmão Clodovis. Os

¹⁴⁷ A ação católica funcionava como braço da hierarquia assumido pelos leigos. Cf. TEIXEIRA, 1988b, p.72.; Quando os leigos passam a assumir autonomia diante dos bispos, a Ação Católica é destituída em 1966. Cf. TEIXEIRA, 1988b, p.93-96.

¹⁴⁸ TEIXEIRA, 1987, p.191-196; TEIXEIRA, 1988b, p.31.

¹⁴⁹ Cf. “[...] os leigos podem ser chamados de diversos modos a uma colaboração mais imediata com o apostolado da hierarquia [...]” LG 33; “Os leigos, como todos os cristãos, [...] procurem aceitar com prontidão e obediência cristã **tudo** o que os sagrados pastores, como representantes de Cristo, no exercício da sua função de mestres e governantes estabelecerem na Igreja” (grifo nosso) LG 37; “[...] mas nenhuma iniciativa se atribua o nome de católica, sem que lhe advenha o consentimento da legítima autoridade eclesiástica” AA 24.

¹⁵⁰ TEIXEIRA, 1987, p.196-204; TEIXEIRA, 1996, p.130-131; 228.

¹⁵¹ Segundo o documento dos bispos, os ministérios reconhecidos são aqueles assumidos pela comunidade mas não dependem de fórmulas ou prescrição canônica para existirem na comunidade. Os ministérios confiados dependem de um ato litúrgico conferido pelo bispo (ministros do batismo, matrimônio, sagrada comunhão, palavra). Os instituídos são aqueles reservados aos futuros presbíteros e diáconos, leitor e acólito. Dos ministérios ordenados participam os diáconos, presbíteros e bispos. Cf. CNBB 62, n.87.

ministérios surgidos nas CEBs classificam-se em quatro grupos de serviços: anúncio, celebração, ação no mundo e coordenação¹⁵².

Os ministérios exercidos nas CEBs fluem como dimensões próprias da vida comunitária. Os diversos carismas concorrem para a unidade da ação. Cada serviço não se contrapõe ao outro. O presidente da celebração ou animador dos cantos não se aliena das lutas populares. O mesmo se diz das lideranças políticas ou sociais. Elas não se ausentam da dinâmica celebrativa da comunidade. A solidariedade marca fundamentalmente a vida das CEBs, seja em relação às necessidades materiais, seja na cooperação na dinâmica ministerial interna. Nesta perspectiva, Teixeira (1996, p.224) afirma que existe “a solidariedade alimentada nas celebrações litúrgicas e vivida não só entre os membros de uma CEB, mas formando, numa verdadeira expressão de eclesialidade, uma rede de comunidades”.

A prática ministerial das CEBs desafia a Igreja a refletir sobre a participação das mulheres nos ministérios ordenados. A base das comunidades funciona de modo igualitário. Elas animam a comunidade, presidem celebrações, ensinam a Palavra de Deus através da catequese e da pregação, dirigem associações, enfim, assumem real protagonismo. Tiveram conquistas sociais e políticas na sociedade, embora ainda não sensibilizaram o suficiente a hierarquia da Igreja para despertá-la a mudanças.

À medida que amadurece na vida eclesial a formação de redes de comunidades, o modelo paroquial se esvai. A opção por uma Igreja ministerial não legitima a atual estrutura paroquial como viável. As redes de comunidades dão aos leigos condições para viverem a vocação na Igreja, bem como aos presbíteros. Assim, Teixeira (1987, p.194) reconhece que “há por parte dos leigos uma consciência crescente quanto à necessidade de se responsabilizarem pelo crescimento da Igreja-rede-de-comunidades”¹⁵³.

¹⁵²Nas CEBs não há contradição com a perspectiva dos bispos quanto à tipologia dos ministérios, mas complementaridade. No eixo anúncio evangélico: missionários populares, catequistas, animadores de círculos bíblicos. No eixo da celebração: ministros da Palavra, animadores de canto, agentes das equipes de liturgia, puxadores de reza, ministros da Eucaristia. No eixo ação no mundo: alfabetizadores, agentes de pastoral social, lideranças populares, sindicalistas, educadores populares. No eixo coordenação: animadores das comunidades, assessores, articuladores, responsáveis pelas partilhas e convivências equipes do dízimo e administração das comunidades. Cf. TEIXEIRA, 1987, p.198.

¹⁵³ TEIXEIRA, 1988a, p.132.

c Sintonia entre instituição eclesial e as redes de comunidades

Em outro momento, Teixeira (1988a, p.116) interpreta que “há, realmente, no Brasil, uma real convergência entre a grande Igreja e a Igreja rede-de-comunidades-de-base”. Ratifica novamente ao dizer “felizmente, no Brasil, o que existe são laços de grande sintonia entre a instituição eclesial e a rede de comunidades” (TEIXEIRA, 1988a, p.119). Tal afirmação expressa ambiguidades ao confrontar-se a realidade. Ela se confirma de certo modo, mas entra em contradição ao mesmo tempo.

Em que sentido há sintonia

Há sintonia se compreendermos as CEBs na tríade básica constitutiva da sua dinâmica relacional. Articula-se em três níveis: na comunidade, entre comunidades e com a Igreja local com sua diversidade e pluralismo próprios. Elas não sobrevivem como comunidades isoladas. Necessariamente criam laços de solidariedade, convivência, ajuda mútua. Constituem-se em rede. A eclesialidade representa a nota fundamental das CEBs. Valorizam a Igreja particular e comungam com os pastores, de modo particular com o bispo. Além disso, observam-se três aspectos convergentes entre a “grande Igreja” e as redes de comunidades: dimensão eclesial das CEBs como essencial e constituinte, a fundamentação teológica das CEBs originária da eclesiologia do Vaticano II e o reconhecimento das CEBs nos documentos oficiais do magistério da Igreja.

Teixeira afirma como essencial e constituinte nas CEBs a dimensão eclesial. Segundo ele “a eclesialidade é um traço essencial que acompanha a experiência das CEBs desde os seus primeiros passos” (TEIXEIRA, 1987, p.165). Ela manifesta-se pela dimensão da fé, prática da caridade e comunhão de vida. A fé se nutre pela Palavra de Deus e através das celebrações da comunidade. A caridade põe em prática a escuta da Palavra. Pela comunhão de vida, as CEBs entram em sintonia com seus pastores¹⁵⁴.

Nas CEBs, destacam-se alguns elementos importantes da eclesiologia do Vaticano II. Teixeira (1988b, p.240) enumera cinco: “Igreja como atualização do Reino de Deus, importância concedida à Igreja local, respeito e autonomia temporal, abertura e sensibilidade

¹⁵⁴ Importa destacar que as CEBs não surgem como concorrência ou grupo de oposição à hierarquia da Igreja, elas propõem a vida de comunhão em todos os âmbitos da vida eclesial, desde a vivência na base até todas as esferas da Igreja. Cf. TEIXEIRA, 1988a, p.114-119.

social e o questionamento do divórcio existente entre fé e vida”. Observam-se nesses elementos sinais convergentes para pensar a Igreja em redes de comunidades. Características das redes tais como complementaridade, autonomia, interdependência, pluralidade, fluidez e coerência confirmam a tríade constituinte da organicidade das CEBs.

Os documentos da Igreja reconhecem a importância das CEBs. Tratou-se delas no sínodo dos bispos de 1974; na Exortação Apostólica de Paulo VI *Evangelii Nuntiandi* (EN); na visita de João Paulo II ao Brasil em 1980; na encíclica *Redemptoris Missio* (RM); nos documentos conclusivos das Conferências do episcopado latino-americano realizadas em Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida; no Plano de Emergência (PE) da CNBB de 1962; no Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) de 1966; no documento 25 da CNBB que trata especificamente sobre as CEBs; e, por último, na mensagem dos Bispos reunidos na 48ª Assembleia dos Bispos do Brasil dirigida às CEBs¹⁵⁵.

¹⁵⁵ No discurso de encerramento do sínodo dos bispos em 1974, diz o papa Paulo VI: “Também notamos, com agrado, a esperança que representam as pequenas comunidades cristãs, e o fato de elas se remeterem, pelo que se refere à sua origem, à ação do Espírito Santo”. Cf. PAULO VI. Discurso de encerramento do Sínodo dos Bispos. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis, v.34, n.136, p.945, dez. 1974. Na EN 58 diz: “elas (CEBs) brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja e alimentadas pela sua doutrina e conservam-se unidas aos seus pastores”. Cf. PAULO VI, 1976. p.46. Na visita do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980 ele diz: “sublinho esta eclesialidade porque está explícita já na designação que, sobretudo na América Latina, as comunidades receberam. Serem eclesiais é sua marca original e seu modo de existir e operar”. Cf. CNBB, 1980. p.259. Em outro momento reforça: “basta recordar que essa eclesialidade se concretiza em uma sincera e leal vinculação da comunidade aos seus legítimos pastores, em uma fiel adesão aos objetivos da Igreja, em uma total abertura às outras comunidades, e à grande comunidade da Igreja universal, abertura que evitará toda tentação de sectarismo”. Cf. CNBB, 1980, p.259. Na RM o papa João Paulo II afirma que as CEBs “estão dando prova positiva como centros de formação cristã e de irradiação missionária” (RM 51) No mesmo número sustenta: “são verdadeira expressão de comunhão e instrumento para edificar uma comunhão mais profunda. Por isso, dão uma grande esperança para toda a vida da Igreja” (RM 51). Cf. JOÃO PAULO II, 1991. p.52-53. Em Medellín 15.10: “A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento”. Cf. CELAM, 2005, p.211. Em Puebla se diz: “Nas pequenas comunidades (CEBs), mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na Eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive” (DP 640). Cf. CELAM, 1979, p.225. Em Santo Domingo se diz: “A Comunidade Eclesial de Base é célula viva da paróquia, entendida esta como comunhão orgânica e missionária” (SD 61). Cf. CELAM, 1993, p.61. Em Aparecida: “As comunidades eclesiais de base, no seguimento missionário de Jesus, têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados, e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de variados serviços e ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja” (DA 179). Cf. CELAM, 2008, p.91. No Plano de Emergência, elaborado em 1962, fala-se de comunidades naturais. No Plano de Pastoral de Conjunto, começa a ser formulada a concepção de renovação da Igreja a partir das CEBs: “nossas paróquias atuais são ou deveriam ser compostas de várias comunidades locais ou comunidades de base, dada sua extensão, densidade demográfica e percentagem de batizados a elas pertencentes de direito. Será, pois, de grande importância empreender a renovação paroquial, pela criação ou dinamização destas comunidades de base. Nelas devem ser desenvolvidas, na medida do possível, as seis linhas fundamentais de ação da Igreja. A Matriz será, pouco a

Quando não há sintonia

A referência e a importância dada às CEBs pelos documentos da Igreja revelam-se insuficientes para afirmar a sintonia entre a grande Igreja e as redes de comunidades. Os conflitos e tensões ocorridos nas bases entre os leigos e os membros da hierarquia enfraquecem a caminhada das CEBs. O laicato reivindica maior espaço de participação na Igreja e setores clericais reagem. Daí surge o conflito. Na maioria das vezes, o prejuízo recai sobre os leigos. Tal tendência cresce na Igreja. Distancia-se a formação de redes de comunidades¹⁵⁶.

Algumas tensões subjazem à diversidade de consciência quanto ao projeto histórico de Igreja. Segundo Teixeira (1987, p.246), as CEBs entram em conflito com o modelo de Igreja centralizado, caracterizado pela passividade e autoritarismo. Nos próprios documentos da Igreja, ao tratarem do tema das redes de comunidades, o modelo centralizador sobressai¹⁵⁷. Elas aparecem como subordinadas à estrutura da paróquia e subservientes à autoridade do pároco. A concepção de paróquia como “comunidades de comunidades”¹⁵⁸ expressa mentalidade reformista e não renovadora.

pouco, uma destas comunidades e o pároco presidirá a todas que se encontram na porção do rebanho a ele confiado” PPC, 58. Cf. CNBB, 2004. O Documento da CNBB n.25, específico sobre as CEBs, diz: “células vivas da Igreja, as CEBs, em seu conjunto, têm-se constituído num fermento de Espírito e de vida comunitária nas várias esferas da vida eclesial. Têm colaborado poderosamente na renovação das paróquias e dos vários processos pastorais, no sentido de uma crescente comunhão e participação. Em muitas partes, a pastoral de grupos se liga às CEBs como etapa preparatória de sua configuração. A pastoral vocacional e os novos ministérios recebem das CEBs um novo impulso e um campo muito concreto de desenvolvimento” (CNBB 25, n. 41). Cf. CNBB, 2004. Na mensagem dirigida às CEBs aprovada pelos bispos em 2010, estes iniciam dizendo: “Queremos reafirmar que elas continuam sendo um ‘sinal da vitalidade da Igreja’ (RM 51). Os discípulos e as discípulas de Cristo nelas se reúnem para uma atenta escuta da Palavra de Deus, para a busca de relações mais fraternas, para celebrar os mistérios cristãos em sua vida e para assumir o compromisso de transformação da sociedade” Cf. CNBB, 2010, p.6.

¹⁵⁶ TEIXEIRA, 1987, p.246.

¹⁵⁷ “a paróquia, comunhão orgânica e missionária, é assim uma rede de comunidades” (SD 58). Cf. CELAM, 1993, p.58. No Documento de Aparecida, o texto apresenta as CEBs distintas das redes de comunidades: “como resposta às exigências da evangelização, junto com as comunidades eclesiais de base, **existem outras formas** válidas de pequenas comunidades, **inclusive** redes de comunidades [...]” (DA 180). Cf. CELAM, 2008, p.91-92 (grifos nosso). Nota-se mesmo na CNBB as redes de comunidades entendidas como parte orgânica da paróquia e sob o governo do pároco: “O testemunho de uma comunhão sólida com o Papa e com o bispo na estima recíproca de todas as formas de apostolado da Igreja. Essa estima se concretiza ainda mais com o pároco e a equipe de sacerdotes no caso da paróquia em rede de comunidades” (DGAE 2008-2010, n.159). Cf. CNBB, 2008, p.118. Na mensagem dos bispos do Brasil às CEBs, ao tratar das redes de comunidades, afirmam: “[...] a matriz-paroquial ganha maior relevância pastoral na medida em que passa a exercer a função de articuladora das comunidades” Cf. CNBB, 2010, p.21.

¹⁵⁸ Cf. SD 58; DA 170-177.

A falta de clareza quanto à identidade das CEBs revela-se na carência de apoio de bispos e padres na caminhada das comunidades. Há choque entre o discurso e a prática. Assim, os membros da hierarquia até elogiam as CEBs, citam-nas nos documentos diocesanos e paroquiais, discursam sobre a ministerialidade da Igreja, pregam sobre justiça social, mas na prática eles não as apoiam. O tratamento dado iguala-as à condição de movimento eclesial¹⁵⁹. Nos relatórios estudados por Teixeira, o povo reivindica maior presença de bispos e padres¹⁶⁰. Ratifica-se a falta de convergência entre a “grande Igreja” e a “Igreja rede-de-comunidades”.

As dificuldades situam-se num contexto maior, lembrado por Teixeira (1987, p.250) como a “nova identidade católica”:

Esta nova identidade católica pressupõe uma maior centralização romana, um maior controle sobre uma situação percebida como confusa, desordenada e potencialmente perigosa. Ocorre assim uma certa reversão no processo desencadeado pelo Concílio Vaticano II.

Libanio¹⁶¹ (1983, p.10), ao analisar a nova identidade católica, utiliza a expressão do papa João Paulo I na primeira mensagem radiofônica. Nela o pontífice falava da necessidade de “voltar à grande disciplina”. Destacam-se quatro características nas estratégias para a reversão citada por Teixeira (1987, p.250-258): a centralização da Igreja e o enfraquecimento da colegialidade episcopal, o incentivo a novos movimentos leigos, a acentuação da disciplina eclesial em substituição à teologia e as nomeações episcopais alinhadas com o projeto de restauração.

2 A ECLESIOLOGIA DAS CEBs NO MATERIAL DOS INTERECLESIAIS SOB A PERSPECTIVA DAS REDES DE COMUNIDADES

Antes de retomar os aspectos abordados na eclesiologia de Faustino Teixeira, trabalharemos a eclesiologia das CEBs no material dos Intereclesiais na perspectiva das redes de comunidades. Este apresenta inúmeros textos referentes às CEBs¹⁶². Representa o acúmulo de 34 anos de história desde a realização do primeiro encontro. Até 2009, aconteceram 12

¹⁵⁹ Não significa dizer que os movimentos eclesiais são inferiores, mas significa reconhecer as devidas distinções.

¹⁶⁰ TEIXEIRA, 1987, p.248; TEIXEIRA, 1997, p. 212.

¹⁶¹ João Batista Libânio é padre jesuíta, escritor e teólogo. Leciona na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte. Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Atua com as comunidades de Vespasiano, MG.

¹⁶² Registra-se no Centro de Documentação Memória e Caminhada em Brasília, cerca de 7000 títulos sobre as CEBs. Optamos em selecionar os principais textos ligados diretamente ao encontro, como texto-base, relatórios e artigos de alguns autores importantes na construção da teologia das CEBs.

encontros nacionais. Muitos deles representaram mudança de época e amadurecimento no discernimento teológico das comunidades. Nesta etapa do trabalho selecionamos aspectos transversais ao longo dos encontros sob a perspectiva das redes de comunidades.

a Encontros Intereclesiais das CEBs: imensa rede de Comunidades

Libanio (1995, citado por TEIXEIRA, 1999, p.46) afirma que a própria natureza dos Encontros Intereclesiais das CEBs demonstram tratar-se de imensa rede de comunidades¹⁶³. Os encontros favorecem relacionamentos entre indivíduos, comunidades e dioceses e visam a promover a comunhão. A partir desses encontros, as comunidades estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir objetivos comuns. Reconhecem a pluralidade das experiências e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação entre os participantes¹⁶⁴. A constituição dessa imensa rede de comunidades congregadas para cada encontro passa por três etapas: preparação, realização e envio/missão.

Preparação

O Encontro Intereclesial das CEBs não assumiu o título de “encontro nacional”. Preferiu-se, após discernimento ao longo da caminhada, chamá-lo *intereclesial*. Quer dizer, encontro entre as Igrejas. Valoriza-se a Igreja particular. Vale esclarecimento a respeito da coordenação nacional dos Encontros Intereclesiais. Ela não representa a coordenação das CEBs, mas a dos encontros. Isto fortalece o caráter de rede¹⁶⁵. A dinâmica inter-relacional constitui-se princípio básico da organização. Nas palavras de Libânio (1981, p.283) “são as Igrejas que se convidam mutuamente a reunir-se, sendo que uma delas assume a responsabilidade da coordenação geral”. A preparação cumpre etapas desde o nível da base até a organização nacional¹⁶⁶.

Nas dioceses acontecem encontros, reuniões e círculos bíblicos com o objetivo de preparar o Encontro Intereclesial e animar a vida das comunidades. Geralmente recebem a proposta vinda dos regionais através de informativos, subsídios, cartazes e exposição do tema

¹⁶³ LIBANIO, 1995, p.31.

¹⁶⁴ Estas características estão inclusas no primeiro capítulo. Cf. p.39.

¹⁶⁵ Conforme o nosso conceito de redes apresentado no I capítulo. Cf. p.37-38.

¹⁶⁶ LIBANIO, 1981, p.279-311.

proposto para determinado encontro. Incentiva-se a participação de concurso de cartazes e a composição de cantos. As atividades interagem entre o objetivo de preparação do encontro e o fortalecimento da caminhada das CEBs. A preparação contribui para atualização teológica e pastoral do povo, assim como oferece elementos da realidade para a construção dos conteúdos e reflexões dos encontros.

As CEBs realizam reuniões regionais em vista da preparação dos Intereclesiais, protagonizaram a ampliada regional que se forma por representantes escolhidos por cada diocese para representar a coordenação ampliada. A divisão dos regionais coincide com a mesma organização da CNBB. A ampliada regional estabelece a conectividade entre a coordenação nacional do Intereclesial e a organização da base nas dioceses. Na etapa final da preparação realiza-se o *mini-intereclesial*. Este define a delegação de cada regional para participar do Encontro Intereclesial e preparar os mesmos para o evento. Aos poucos surgem outras iniciativas regionais, tais como escolas de formação de animadores de CEBs, seminários de preparação e encontros macro-regionais.

A ampliada nacional e o secretariado funcionam como duas colunas fundamentais na organização. A ampliada nacional formada por dois representantes de cada regional, um representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), outro do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), dois assessores nacionais¹⁶⁷, o bispo responsável, o assessor do setor CEBs da CNBB compõe junto com o secretariado nacional a coordenação geral do encontro. O secretariado pertence à própria diocese anfitriã. Presidida pelo bispo, trabalha na execução de todas as tarefas necessárias para cumprir a finalidade do trabalho. A coordenação organiza o encontro, elabora o texto-base, prepara as liturgias, publica o informativo “A *caminho*” e organiza a infraestrutura. Desde o VIII Encontro Intereclesial, a CNBB promove, junto com a coordenação nacional, seminários de aprofundamento do tema¹⁶⁸.

Realização

O Encontro inicia-se desde o momento da partida das delegações de suas dioceses. O processo de escolha dos delegados favorece a preparação das caravanas no espírito de partilha e comunhão entre todos. De acordo com o lugar de realização do Intereclesial, tornam-se necessários muitos dias de viagem. Algumas comunidades preparam hospedagem,

¹⁶⁷ Estes são escolhidos pela própria ampliada. Opta-se por assessor e assessora.

¹⁶⁸ LIBANIO, 1997, p.787-810; TEIXEIRA, 1999, p.66-67.

providenciam alimento e ainda promovem alguma manifestação de acolhida com cantos, danças ou teatro para as caravanas transeuntes. A partilha financeira para a realização do Intereclesial expressa a importância do trabalho em redes.

A programação dos Intereclesiais mescla a dimensão reflexiva com a celebrativa¹⁶⁹. Desde a realização do VI Intereclesial, sobressai a celebrativa devido à quantidade de participantes, cerca de 3000 delegados a cada encontro. A reflexão e o aprofundamento do tema ocorrem segundo o método Ver-Julgar-Agir. A cada dia cumpre-se uma etapa da reflexão. Dividem-se diversos grupos em blocos. Normalmente cinco grandes plenárias de 600 delegados. Estes se subdividem em seis plenárias de 100 com a formação de pequenos grupos de estudo de 15 a 20 pessoas em cada. Cada mini-plenária elege coordenadores com acompanhamento de assessores para a condução dos trabalhos.

O conteúdo dos encontros brilha no momento das celebrações. As romarias, os cantos, a memória dos mártires, a dimensão latino-americana, ecumênica e macro-ecumênica das celebrações, a inculturação, a informalidade dos ritos, as manifestações populares e culturais, a arte visual das faixas, cartazes e bandeiras, embelezam o encontro. Eles manifestam verdadeiro pentecostes de vida e esperança para o povo.

Envio e missão

Libânio (1986, p.489) chamou o Encontro Intereclesial de “Concílio Popular”. A sua dinâmica celebrativa e alegre não esconde o significado eclesiológico de cada edição. Há convocação e envio. Os delegados dos Intereclesiais assumem compromisso e passam para as bases a responsabilidade de ampliarem a reflexão e avançarem na caminhada. Destacam-se três aspectos nesse processo: a carta final do encontro, os compromissos a serem assumidos na base e os encontros multiplicadores no âmbito regional, diocesano e comunitário.

A carta final reanima a caminhada, estimula a participação, incentiva o compromisso e tece laços de união. Como carta de amor, fala ao coração do povo. Reforça princípios. Propõe tarefas e desafios. Expressa a memória da caminhada das CEBs. Penetra como grande fio entrelaçado toda a rede de comunidades¹⁷⁰.

¹⁶⁹ LIBÂNIO, 1986, p.489-511; LIBÂNIO, 1997, p. 787-810.

¹⁷⁰ Conclusões do I Intereclesial (TEIXEIRA, 1996, p.155-159); Conclusões do II Intereclesial (TEIXEIRA, 1996, p.160-163); Conclusões do III Intereclesial (TEIXEIRA, 1996, p.164-167); Carta de Itaici (TEIXEIRA, 1996, p.168-171); Carta de Canindé (TEIXEIRA, 1996, p.172-179); Documento final do VI Encontro Intereclesial de CEBs (TEIXEIRA, 1996, p.180-188); Carta de Duque de Caxias (TEIXEIRA, 1996, p.189-198);

No conteúdo da carta final, destacam-se os compromissos. Aos poucos, as comunidades assimilam as propostas. O conteúdo torna-se vida pela práxis. Desdobram-se novos conhecimentos. A receptividade facilmente se viabiliza, visto a gênese do processo originar-se nas próprias bases.

Instrumento valioso para a continuidade do processo acontece através dos encontros regional, diocesano e comunitário. Eles transmitem os resultados do encontro concluído e anuncia-se o próximo, dando início à nova etapa¹⁷¹.

b Eclesiologia subjacente nos encontros na perspectiva das redes

A descrição dos Encontros Intereclesiais mostra a organização das CEBs tecidas em redes. Resta-nos saber a eclesiologia subjacente nestes encontros. Conjugam-se três aspectos relacionados, a saber: uma Igreja que nasce do povo, Igreja de comunhão e participação e a espiritualidade libertadora das CEBs. Estes se revelam nas bases e estendem-se a todas as dimensões do encontro. Os encontros intereclesiais anunciam o novo jeito de ser Igreja como utopia possível e necessária. A Eclesiologia presente neles dá fundamentos para edificar a Igreja em redes de comunidades.

Eclesiogênese: Igreja que nasce do povo

O primeiro Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1975, tratou do tema “Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”¹⁷². Desdobra-se novo sentido eclesiológico. Forja-se o termo “Eclesiogênese”¹⁷³. Muitos depois consideram as CEBs como “um novo jeito de ser Igreja”.

As mudanças na sociedade impulsionam a Igreja a renovar as estruturas. Assistimos ao fenômeno da urbanização e ao avanço da modernidade. A Igreja tornou-se instituição fria e massificada onde os fiéis participam como meros consumidores de bens religiosos. As CEBs invertem essa lógica. Surgem nesse contexto de mudanças. Reagem à burocracia e ao

Carta de Santa Maria (TEIXEIRA, 1996, p.199-204); Carta de São Luís (SEDOC, 1997, p.236-241); Carta às comunidades: encontro das comunidades eclesiais de base (SEDOC, 2000, p.183-190); Carta às irmãs e aos irmãos das CEBs do Brasil (SEDOC, 2005, p.102-104); Carta às irmãs e aos irmãos das CEBs e a todo o Povo de Deus (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 2009, p.1-6).

¹⁷¹ LIBANIO, 1986, p.489.

¹⁷² Cf. TEIXEIRA, 1996, p.24-31; SEDOC, 1975.

¹⁷³ Cf. BOFF, L., 1975, p.201-209; BOFF, 1976, p.393-448; BOFF, L., 2008.

formalismo contido nas estruturas do modelo hierárquico e centralizador. Caracterizam-se pela acolhida, fraternidade e reconhecimento mútuo de cada indivíduo. Elas, diferentemente do modelo paroquial, garantem proximidade nas relações entre os membros da comunidade. As pessoas se conhecem pelo nome.

A origem das CEBs decorre, em parte, pela ausência de padres. O leigo se responsabiliza por assumir funções antes apenas confiadas aos presbíteros. As recentes mudanças no tocante à sociedade, tonando-a uma “sociedade em redes” amplia a necessidade de reconhecer a validade das CEBs e *re-inventar* a Igreja como imensa rede de comunidades¹⁷⁴.

Libânio (1976, p.297), ao tratar das CEBs como “Igreja que nasce do povo”, prefere caracterizá-la como “uma comunidade que se redefine”. Acentua-se a autonomia do leigo, antes executores das exigências do pároco. Este deixa o lugar de mandatário para tornar-se companheiro e amigo. O presbítero assume o ministério ordenado como serviço e em comunhão com todo o Povo de Deus¹⁷⁵. Nas CEBs, valoriza-se a comunidade local. Além desses aspectos, acentua-se a redescoberta da Bíblia. A própria compreensão de Deus muda no momento em que a Palavra de Deus ocupa lugar central nos encontros da comunidade; a renovação litúrgica proposta no Concílio Vaticano II encontra nas comunidades intensa e criativa receptividade; elas valorizam a articulação com a comunidade maior da Igreja. A catolicidade das CEBs condiz com a perspectiva das redes¹⁷⁶. Percebem-se na análise de Mesters¹⁷⁷ (1975, p.133) alguns aspectos característicos das CEBs no caminho de renovação da Igreja:

É uma organização que respeita o princípio da subsidiariedade; que se coloca a serviço da comunicação e da troca de experiências; que procura ser realmente um serviço e não uma dominação; que tende a ser flexível e não se absolutiza a si mesma, criando cânones absolutos e uma burocracia; que é funcional, pois procura fazer funcionar a comunidade e fazê-la avançar o seu objetivo.

Na concepção de L. Boff (1975, p.201-209) existem diferentes eclesiologias nas CEBs. Ele as classifica em três: Igreja Povo de Deus, Igreja-comunidade e Igreja-profética. Elas harmonizam-se e complementam-se. Em algumas comunidades, acentua-se mais um

¹⁷⁴ BOFF, L., 1976, p.393-394.

¹⁷⁵ Este item será desenvolvido melhor no terceiro capítulo.

¹⁷⁶ LIBANIO, 1976, p.295-326; BETTO, 1983, p.98.

¹⁷⁷ Carlos Mesters (1931) é um frade carmelita holandês, missionário no Brasil desde 1949. Ordenado desde 1957, doutor em Teologia Bíblica, é um dos principais exegetas bíblicos do método histórico-crítico no Brasil. Mesters é um dos fundadores do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI).

aspecto que outro. Algumas experimentam na prática essas eclesiologias como estágios de crescimento e de maturidade da comunidade.

A primeira dimensão define a Igreja como Povo de Deus, fiel à inspiração do Concílio Vaticano II. Tal definição reconhece a igualdade fundamental de todos os batizados. Os ministérios na Igreja tomam novo sentido. Multiplicam-se as diferenças mediante a pluralidade de carismas e serviços. Apresenta-se flexível, funcional e sem privilégios institucionais. Manifesta-se o rosto popular de Igreja.

A segunda dimensão acentua a Igreja-comunidade. Esta promove nova vivência da fé marcada pela organização descentralizada da Igreja, a liturgia como expressão do mistério pascal de Cristo, o poder da palavra exercido pelo povo, o dízimo como sinal de compromisso com a comunidade e a formação de lideranças estáveis a fim de garantir a unidade e a qualificação do povo.

E, por último, a dimensão Igreja-profética. Refere-se à consciência histórica da comunidade diante da opressão vivida pelos pobres. A Igreja compromete-se com as lutas de libertação e vê as injustiças como fruto de um pecado social. Insere no corpo da missão a dimensão sociopolítica. Não enclausura os objetivos da comunidade apenas aos assuntos relacionados à vida interna da Igreja¹⁷⁸.

Comunhão e participação

Expressão já citada ao tratar da eclesiologia de Faustino Teixeira¹⁷⁹, merece ser aprofundada em três aspectos relevantes para entender as redes de comunidade na perspectiva eclesiológica das CEBs.

A característica principal da eclesiologia das CEBs refere-se à comunhão eclesial. Nisto se inclui a *comunhão hierárquica*. O termo parece contraditório. A comunhão prevê relações igualitárias. Hierarquia, no sentido jurídico, representa poder e submissão. Alguns entendem comunhão hierárquica como obediência à autoridade eclesiástica. Se a comunhão define a essência da Igreja, então a hierarquia conjugada à comunhão desvela outro sentido. L. Boff (2008, p.132) classifica-a como “estado carismático”. A hierarquia na Igreja corresponde ao carisma da unidade. Visa promover a comunhão entre todos os fiéis. Presta-se um serviço a

¹⁷⁸ BOFF, L., 1975, p.201-209

¹⁷⁹ Cf. p.54.

todo o Povo de Deus. Na perspectiva das redes, a “hierarquia”¹⁸⁰ representaria unidades de autocomando e integração das diversas teias. Preserva-se a relação de igualdade, mas assume múnus próprio.

O sentido primeiro da comunhão corresponde à relação dos seres humanos com Deus. Do mistério do amor trino, nasce o mistério da comunhão expandido a todos os homens e mulheres. A experiência de Jesus com os doze apóstolos inaugura a primigênia comunidade, símbolo para todas as demais. Da comunhão dos doze, sucede a colegialidade episcopal. Dimensão ampliada a toda a Igreja sob forma da participação ativa dos fiéis. Representa o ministério da unidade exercido na corresponsabilidade de todos¹⁸¹. A estrutura da Igreja-comunhão caracteriza-se sob forma de círculo¹⁸². Na doutrina da colegialidade dos bispos, o papa Bento XVI afirmou quando ainda professor de teologia em Münster:

A colegialidade dos bispos só realizará o seu sentido se o bispo respectivo representar verdadeiramente a sua Igreja respectiva e se através dele se produzir, realmente, no todo da unidade da Igreja, uma porção da sua plenitude. Deste ponto de vista compreendemos como é obrigação importante que a revalorização do ministério episcopal se faça de tal maneira que os bispos particulares não venham a ser considerados como pequenos papas reforçados e exaltados na sua competência monárquica, mas sim se venham a inserir, cada vez mais claramente, **na união horizontal com todos os irmãos** com os quais regem a Igreja de Deus (RATZINGER, 1965, p.40, grifos nosso).

A comunhão eclesial impulsiona a participação dos fiéis. Concebe-se a Igreja toda ministerial. Ao defini-la desse modo, inverte-se a lógica. Transforma-se a Igreja hierárquica em Igreja de comunhão cuja categoria teológica estabelece relações horizontais entre os fiéis. No novo modo de ser Igreja, ganham as mulheres. Elas encontram espaço de atuar e decidir. Superam-se a discriminação e o preconceito disseminado há séculos na Igreja. Os presbíteros passam a atuar de modo novo. Eles animam e garantem a unidade da comunidade. A função do padre direciona-se a suscitar novas lideranças e a colaborar para os leigos assumirem o protagonismo na comunidade. As mudanças tendem a atingir o próprio bispo. Este tornar-se-á próximo das comunidades. Os leigos terão fácil acesso ao bispo, e as decisões na Igreja contarão com a participação de todos os fiéis¹⁸³.

¹⁸⁰ Hieros = sagrado. Arquê = princípio. O princípio, a fonte original e sagrada não diz nada do poder. Hierarquia no sentido etimológico e teológico significa que o poder na Igreja vem por graça do sacramento da ordem, portanto, de Deus, e não por delegação por parte da comunidade. Não se confunde com domínio, grau de superioridade.

¹⁸¹ BOFF, L., 1986, p. 650-657.

¹⁸² BOFF, L., 1976, p.417; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs. 6, 1986, p.387-495.

¹⁸³ O ministério é uma categoria teológica sempre horizontal (SEDOC, 1975, p. 231); Unidade entre todos os ministérios: padres, leigos, religiosos, bispos (TEIXEIRA, 1996, p.167; BOFF, C., 1983, p.471-493;

O modo como se exercem os serviços nas CEBs torna-se inspirador para toda a Igreja. Clodovis Boff (1999, p.113) identifica quatro características: mandato temporário, indicado pela base, em equipe e preste contas. Inspira-se no modo como Jesus instruiu seus discípulos. O serviço permeia toda a ação na Igreja. Evitam-se pretensões carreiristas e cargos eclesiásticos como espaços de poder e dominação.

Espiritualidade libertadora

CEBs: espiritualidade libertadora, tema do 11º Encontro Intereclesial, pertence à natureza das próprias CEBs e dos demais Encontros Intereclesiais. Expressa a força motivadora das comunidades. Na espiritualidade revela-se o diferencial delas em relação a outras experiências eclesiais e as distingue dos movimentos sociais. Três dimensões caracterizam a espiritualidade das CEBs: celebrativa, profética e martirial.

Dimensão celebrativa: conjuga-se a centralidade na Palavra de Deus e a inculturação na liturgia. A bíblia acompanha as reuniões da comunidade, as reflexões e as atividades. Evitam-se reflexões ingênuas e fundamentalistas. Adota-se como método a leitura orante da Bíblia. No Brasil crescem as iniciativas de estudo e escolas bíblicas. Lida a partir da realidade, suscita mudanças significativas na vida do povo. As liturgias celebram a vida. Todos participam sem exclusão. Os leigos tomam a palavra e os ritos expressam criatividade e dinamismo. Além dos sacramentos, frequentemente realizam-se celebrações da palavra, ofício divino das comunidades, novenas e devoções¹⁸⁴.

OLIVEIRA, 1983, p.312-313; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.416); Serviço de unidade como carisma específico do padre (BOFF, L., 1976, p.417; OLIVEIRA, 1976, p.290; LIBANIO, 1976, p.301; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p. 421; LIBANIO, 2000, p.551); Mudanças estruturais que afetam o próprio bispo (OLIVEIRA, 1976, p.290-291; TEIXEIRA, 1996, p.178; MARINS, José; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.803); Maior participação dos leigos nas decisões da Igreja (TEIXEIRA, 1996, p.178; 185-186; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.416); Participação da mulher na Igreja (BOFF, C., 1983, p.476-477; TEIXEIRA, 1996, p.186; 196; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.470; CAVALCANTI, 1987, p.803-819; LIBANIO, 1992, p.794; MESTERS, 1997, p.825-842; RIBEIRO, 1997, p.857-866; SEDOC, 2005, p.104); O tema da participação da mulher e a participação dos presbíteros serão desenvolvidos melhor no capítulo 3 relações de gênero e ministério dos presbíteros na comunidade.

¹⁸⁴ Celebrar acontecimentos, lutas do povo e os sacramentais da fé (TEIXEIRA, 1996, p.156; p.171; BOFF, C., 1983, p.492-493; FRIGERIO, 2004, p.41-55); Novos conteúdos e novas formas de expressão (TEIXEIRA, 1996, p.158; MARTIN, 1983, p.301-310; MURAD; GUIMARÃES, 1992, p. 821-826; LIBANIO, 2000, p.551; BOFF, C., 1999, p.109); Linguagem litúrgica rica em simbologia (MARTIN, 1983, p.304-307; LIBANIO, 1986, p.495-496; MESTERS, 1997, p.830); Expressão litúrgica manifesta na linguagem do corpo (BOFF, C., 1983, p.476; SILVA; FRISOTI; PIRES, 1997, p.843-856); Valor e importância da Bíblia (SEDOC, 1975, p.221-222; OLIVEIRA, 1976, p.287; LIBANIO, 1976, p.304; BOFF, C., 1983, p.492-493; OLIVEIRA, 1983, p.313-315; TEIXEIRA, 1996, p.181; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.421; 470; p.486; EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBs, 1991, p.89-97; CUNHA, 1992, p.887-888;

Dimensão profética: caráter de anúncio do Reino e denúncia das injustiças. As CEBs repudiam as situações de morte. Interpeladas pela Palavra, agem no mundo a fim de transformá-lo. Anunciam o Reino de Deus e procuram realizar os seus sinais. Defendem a vida e buscam consolidar um mundo de relações fraternas pautadas na mensagem do amor. A dimensão profética dá às CEBs o caráter de unir fé e vida. A Igreja não significa fuga do mundo, mas inserção nele a fim de realizar as promessas anunciadas por Cristo¹⁸⁵.

Dimensão martirial: mistério pascal de Jesus celebrado na vida do povo. A espiritualidade das CEBs, desde os seus primórdios, baseia-se na espiritualidade do seguimento. Celebram e realizam na vida o mistério pascal de Cristo. A opção por Cristo realiza-se no compromisso com os excluídos. As consequências dessa opção levam muitos a experimentarem o martírio. Nas CEBs, recorda-se a memória dos mártires a fim de manter

MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.807; LIBANIO, 1997, p.798-799; MESTERS, 1997, p.825-842; BOFF, C., 1999, p.109); Conceção de Deus e da Igreja sofre nova compreensão (LIBANIO, 1976, p.304; BOFF, 1999, p.109); Compromisso com o evangelho de Jesus Cristo, acolhido na fé da Igreja e vivido na maneira de amar os irmãos oprimidos (TEIXEIRA, 1996, p.164; BOFF, L., 1979, p.705-708; BOFF, C., 1983, p.493; BOFF, C., 1999, p.106); Não permitir que as celebrações fortaleçam a cultura de opressão do povo (TEIXEIRA, 1996, p.167; LIBANIO, 1986, p.497-498); CEBs como criação do Espírito Santo (BOFF, C., 1983, p.482); Inculturação na liturgia (MURAD; GUIMARÃES, 1992, p.821-832; MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.804; 807; LIBANIO, 1992, p.798; SEDOC, 1997, p.237; LIBANIO, 2000, p.549); Intercomunhão e proclamação da fé (MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.804).

¹⁸⁵ Razões para a mudança da sociedade (TEIXEIRA, 1996, 176-177; BOFF, C., 1983, p.474; 484; LIBANIO, 1986, p.500-502; BOFF, 1999, p.109-110); Presença da Igreja no mundo (TEIXEIRA, 1996, p.156; BOFF, C., 1983, p.473; TEIXEIRA, 1999, p.48); Contribuir para um mundo mais fraterno e justo (TEIXEIRA, 1996, p.156); Igreja participe da luta de libertação do povo (TEIXEIRA, 1996, p.157; 163; 166; 169; BOFF, L., 1975, p.207-209; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.470); Mudança na direção do sindicato (BOFF, C., 1983, p.475; OLIVEIRA, 1983, p.311; TEIXEIRA, 1996, p.175; 184); Participação nas lutas sociais e na organização popular (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.416); Luta pela terra (LIBANIO, 1986, p.502-503; TEIXEIRA, 1996, p.162; 166; 170; 178; 184; 203; SEDOC, 1997, p.239; SEDOC, 2005, p. 103-104); Igreja junto com o movimento popular (TEIXEIRA, 1996, p.184; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.450; SEDOC, 1997, p.239; LIBANIO, 2000, p.549-550); Valorizar a cultura popular (TEIXEIRA, 1996, p.157; BOFF, C., 1983, p.476; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.416); Partir sempre da análise da realidade na ótica dos empobrecidos (TEIXEIRA, 1996, p.158; 165-166); Implicações políticas dessa espiritualidade (MESTERS, 1975, p.123; 139-141; SEDOC, 1975, p. 221-222; 228-234; TEIXEIRA, 1996, p.162; 170; 182; 195-196; LIBANIO, 1976, p.305; OLIVEIRA, 1983, p.315; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.421; LIBANIO, 1986, p.504; 510; RIBEIRO, 1992, p.847; LIBANIO, 2000, p.549; TEIXEIRA, 1999, p.58-59; BOFF, C., 1999, p.109); Papel profético de ser fermento, sal e luz (TEIXEIRA, 1996, p.162; BOFF, C., 1983, p.474); Igreja na base, portadora da esperança e futuro da fé (BOFF, L., 1979, p.708; BOFF, C., 1983, p.473); Projeto histórico de uma nova sociedade se baseia na utopia do reino (BOFF, C., 1983, p.483; TEIXEIRA, 1996, p.183; BEOZZO, 1999, p.9; LIBANIO, 2000, p.547-548; SANTOS; MOREIRA, 2005, p.874-899); Luta armada? (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.477); Conscientização, organização e solidariedade (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.479; LIBANIO, 1986, p.503); Reafirmar opção pelos pobres (CUNHA, 1992, p.878; MARINS; TREVISAN; CHANONA 1992, p.807; SEDOC, 2005, p.102-104); Radicalizar a democracia (CUNHA, 1992, p.881-884); Combate ao racismo e discriminação (FRISOTTI, 1992, p.833-845; LIBANIO, 1992, p.792; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 2009, p.4); Compromisso (BEOZZO, 1999, p.9; LIBANIO, 2000, p.548); Novo modo de fazer um trabalho social (BOFF, 1999, p.109); Dignidade humana e promoção da cidadania (SEDOC, 2005, p.103)

firme o compromisso com o Reino de Deus. O sangue dos mártires semeia novos cristãos e mantém viva a memória subversiva de Jesus no meio do povo¹⁸⁶.

c Missão e compromisso assumido em redes de comunidades

A eclesiologia presente nos encontros intereclesiais evoca compromissos. Assumi-los representa revelar elementos característicos da própria natureza das comunidades. Compreendem-se, como constitutivos das CEBs, a opção pelos pobres, a evangelização libertadora e inculturada e a dimensão ecumênica e ecológica. Aspectos incorporados no discurso oficial da Igreja através das Conferências episcopais e documentos do magistério, mas, na prática, assumidos pelas CEBs. Os elementos incluídos nessa abordagem alcançam maior visibilidade conforme as CEBs estiverem articuladas em redes¹⁸⁷.

Opção pelos pobres

Ao se tratar da opção pelos pobres, nas CEBs, precisa-se distinguir o emissor dessa fala. As CEBs, por si, já significam a própria opção da Igreja pelos pobres. Não há sentido em falar da opção pelos pobres a partir das próprias comunidades, quando elas congregam os pobres como protagonistas da evangelização. Por isso preferem-se expressões como solidariedade, compromisso social, libertação, luta por direitos, estabelecimento da justiça, transformação social. Os pobres tornam-se os próprios agentes da libertação. De outro lado, quando os incluídos do sistema emitem esse discurso, representa para eles uma conversão pastoral e de classe ao optar por tal modelo de Igreja. A opção pelas CEBs inclui necessariamente a opção pelos pobres¹⁸⁸.

Na carta final do III Encontro Intereclesial, afirma-se o compromisso das mudanças necessárias na sociedade na direção do Reino de justiça. Exalta-se a prioridade pelos pobres

¹⁸⁶ Lembram sempre de seus mortos (BOFF, C., 1983, p.475; LIBANIO, 1986, p.493); Punição aos assassinos e proteção aos ameaçados (TEIXEIRA, 1996, p.187); Sinal que a Igreja está no caminho certo (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.483-485); Lutar pela defesa da vida (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.483-485; SEDOC, 2005, p.104); Melhor líder vivo, que morto (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.483-485; LIBANIO, 1986, p.503); Memória (BEOZZO, 1999, p.8; LIBANIO, 2000, p.541; 544; SEDOC, 2005, p.103); Fora do Amor, não há salvação (TEPEDINO, 2004, p.94-118).

¹⁸⁷ Os aspectos desenvolvidos nesse item serão retomados no terceiro capítulo.

¹⁸⁸ Processo de conversão e mudança de classe (TEIXEIRA, 1996, p.157; 178; MESTERS, 1975, p.123; SEDOC, 1975, p.221-222; BOFF, C., 1983, p.487; LIBANIO, 1992, p.792).

acima de qualquer instituição: Igreja, partidos ou sindicato. Os pobres têm a primazia¹⁸⁹. Assumem a condição de sujeitos e protagonistas da transformação social. Contudo, nem todas as comunidades atingem o mesmo nível de consciência crítica. Importa respeitar as etapas de crescimento do povo, caso queira dar aos pobres a real condição de sujeitos e protagonistas¹⁹⁰.

A opção pelos pobres e a partir dos pobres contempla a perspectiva sapiencial. Os simples veem as coisas de modo simples e solucionam as próprias dificuldades segundo as próprias experiências. Não se desprezam, porém, as análises políticas e científicas do universo acadêmico. Contribuem para o processo de libertação e oferecem ferramentas importantes para os pobres. Contudo, a visão do mundo dos excluídos trabalha com o imaginário mítico-religioso. Inclui outros elementos não valorizados pela racionalidade moderna. Acentuam-se aspectos da subjetividade presentes na religiosidade popular, nas simpatias e devoções. Valorizam-se os relacionamentos, a amizade, o canto, a dança, o entretenimento. Em todos esses aspectos revelam-se a cultura, as tradições, a visão de mundo. A perspectiva sapiencial das CEBs desperta nas inteligências iluminadas outros elementos de conversão pessoal¹⁹¹.

No terceiro capítulo desenvolveremos a relação das CEBs com os movimentos populares. Destaca-se aqui a importância destes para o serviço na transformação social. Superam-se, desse modo, equívocos. As CEBs não se consideram a solução para todos os problemas sociais. Interpeladas pelo Evangelho, articulam-se em redes com diversos movimentos populares a fim de trabalhar a serviço do Reino e lutar para superar as injustiças. Reconhecem a importância dessas parcerias. Interagem entre si favorecendo mútuo crescimento¹⁹².

Evangelização libertadora e inculturada

Diferentes modelos de Igreja interpretam de diferentes modos o significado da palavra Evangelização¹⁹³. Algumas enfatizam a perspectiva eclesiocêntrica. Anunciam a Igreja. O

¹⁸⁹ TEIXEIRA, 1996, p.165.

¹⁹⁰ Frei Carlos Mesters compara o despertar da consciência do povo ao despertador. Não pode acordá-lo muito cedo, precisa esperar o tempo certo (MESTERS, 1975, p.131); Respeitar as etapas de crescimento do povo (TEIXEIRA, 1996, p.158; 162; 165; SEDOC, 1975, p. 221-222; LIBANIO, 1976, p.313)

¹⁹¹ MESTERS, 1975, p.140-141; p.151; BOFF, C., 1983, p.484-485; CAVALCANTI, 2004, p.72-93. Texto-base; Relatório I, p. 221-222; TEIXEIRA, 1996, p.161; BOFF, L., 1979, p. 706-707; FERRARO, 1997, p.811-816.

¹⁹² TEIXEIRA, 1996, p.184; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.450; SEDOC, 2005, p.104; LIBANIO, 2000, p.549-550.

¹⁹³ LIBANIO, 2009.

evangelho torna-se instrumento. Na opção evangelizadora das CEBs, inverte-se a lógica. A Igreja anuncia o Evangelho, não o contrário. Anunciar o Evangelho significa proclamar a Boa Notícia do Reino. Traduz-se em continuar a missão pregada por Jesus. Libânio (1976, p.13-33) apresenta quatro significados semânticos da palavra Evangelização. Três deles mostram-se voltados para dentro da própria Igreja: Evangelização como primeiro anúncio, como palavra e como palavra-sacramento. No quarto sentido apresentado por Libânio (1976, p.28-32), a evangelização assume dimensão mais ampla, trata-se de evangelização libertadora. Esta não exclui a dimensão do anúncio, da palavra e dos sacramentos, mas estabelece nova relação com o mundo. “A Igreja se vê a partir do mundo e não o mundo a partir da Igreja” (Libanio, 1976, p.29).

Evangelização caracterizada como libertadora cumpre função conscientizadora. As CEBs, ao tomar consciência das contradições históricas com o anúncio do Reino, esforçam-se para trabalhar na transformação da realidade. A Evangelização constitui-se como libertação integral. Corresponde a libertação integral da pessoa. Inclui a dimensão individual, comunitária e social. Na perspectiva escatológica, salvação e libertação encontram profunda sintonia, embora distintas. A esperança futura anunciada na proclamação do Reino, já se realiza na terra. A salvação em Cristo se dá na libertação histórica, não de modo definitivo, mas como antecipação da promessa do Reino¹⁹⁴.

Evangelização libertadora supõe evangelização inculturada. Na caminhada dos Intereclesiais, o VIII encontro revelou-se iluminador para o discernimento de tal reflexão. No contexto dos 500 anos de “evangelização” da América e sob a dinâmica de preparação da IV conferência do episcopado Latino Americano reunido em Santo Domingo, as CEBs redefinem o paradigma da evangelização a partir da inculturação. Destacam-se dois elementos nessa nova compreensão: evangelizar a partir da realidade do povo e reconhecer na realidade brasileira as culturas oprimidas¹⁹⁵ outrora marginalizadas no âmbito oficial da Igreja. Urge nova prática religiosa onde se destacam o testemunho evangélico, a presença no meio dos pobres e a valorização das culturas. Rejeitam-se a imposição do Evangelho, a romanização dos ritos e a uniformização das ideias. Ao contrário, valorizam-se aspectos como o diálogo, a criatividade e a pluralidade nos meios de evangelização¹⁹⁶.

¹⁹⁴ TEIXEIRA, 1988a, p.75-88.

¹⁹⁵ No VIII Intereclesial identificaram a cultura afro-descendente, indígenas e migrantes como culturas oprimidas. Cf. EQUIPE CENTRAL DO 8º INTERECLESIAL DE CEBs, 1991, p.19-51.

¹⁹⁶ SEDOC, 1997, p.239; LIBANIO, 1997, p.790-791.

Redes de comunidades ecumênicas e ecológicas

A perspectiva eclesial das CEBs não se fecha no eclesiocentrismo. Ela se abre a outras experiências eclesiais e cristãs. A dimensão ecumênica realiza-se nos encontros intereclesiais e no cotidiano das CEBs. Parte-se do princípio do reconhecimento da pluralidade, crê-se na ação do Espírito Santo que se manifesta na Igreja de Cristo de diferentes maneiras. O ecumenismo nas redes de comunidades se dá através de ações concretas a favor dos excluídos, na preparação da semana de oração pela unidade dos cristãos, através das Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (CFE), nos estudos bíblicos e nas diferentes formas de relacionamentos existentes na própria comunidade. A ação ecumênica acontece pela religiosidade popular, com algumas comunidades pentecostais e com diferentes Igrejas cristãs¹⁹⁷.

Além da dimensão ecumênica, valoriza-se o diálogo inter-religioso. A partir do diálogo com as culturas oprimidas, reforça-se na Igreja a aproximação com as religiões indígenas, afro-brasileiras e com as grandes religiões monoteístas. Casaldáliga¹⁹⁸ chamou de “macro-ecumenismo”¹⁹⁹. A comunhão e a busca do diálogo se estendem além das religiões cristãs. O desafio nesse campo ainda encontra fortes barreiras, mas aos poucos avança²⁰⁰.

¹⁹⁷ Ninguém é dono de Deus (MESTERS, 1997, p.838); Valorizar a religiosidade popular (TEIXEIRA, 1996, p.156; MESTERS, 1975, p.129-130; SEDOC, 1975, p.221-222; 228-234; SEDOC, 1997, p.238; LIBANIO, 1997, p.790); Evangélicos e pessoas sem crença estão lutando por libertação: perspectiva utópica (TEIXEIRA, 1996, p.169; 176; RIBEIRO, C., 1992, p.851; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p.870); Evangélicos participam dos Encontros Intereclesiais de forma ativa (LIBANIO, 1986, p.508; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p. 868; LIBANIO, 2000, p.553); Busca do ecumenismo (TEIXEIRA, 1996, p.197; RIBEIRO, C., 1992, p.846-855; MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.808; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p.868; LIBANIO, 2000, p.554; TEIXEIRA, 1999, p.58-59); Presença das mulheres evangélicas e pastoras (RIBEIRO, C., 1992, p.850; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p.878); Evangélicos: comunidades de iguais (RIBEIRO, C., 1992, p.850); Bíblia, base leiga e luta por justiça social une evangélicos e CEBs (RIBEIRO, C., 1992, p.851; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p.870); Pentecostalismo (SEDOC, 1997, p.238-239; LIBANIO, 1997, p.801-802; MESTERS, 1997, p.831-832; RIBEIRO, C.; RAMALHO, 1997, p.877).

¹⁹⁸ D. Pedro Casaldáliga é bispo emérito da prelazia de S.Félix do Araguaia. Pastor, profeta, poeta, representa uma das principais referências pastorais da Igreja no Brasil.

¹⁹⁹ A expressão foi utilizada por D. Pedro Casaldáliga na Assembléia Povo de Deus (APD) em Quito no Equador. Cf. TEIXEIRA, Faustino, L. C. O desafio do diálogo inter-religioso para a teologia latino-americana. *ISER/Assessoria*, Rio de Janeiro, sv., sn., 17p., sd. In: www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/96.DOC. Acesso em 19 de junho de 2010; CASALDÁLIGA, 2001. p.31-38; CASALDÁLIGA; VIGIL, 1993. p.192.

²⁰⁰ Diálogo com as culturas oprimidas (EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBs, 1991, 109p; OLIVEIRA, 1992, p.814-817; LIBANIO, 1992, p.793; LIBANIO, 1997, p.802-805; MESTERS, 1997, p.827-828; 832-434; SILVA; FRISOTTI; PIRES, 1997, p.843-856; BOFF, C., 1999, p.109); Relação com as religiões afro-brasileiras (RIBEIRO, C., 1992, p.853-854; FRISOTTI, 1992, p.833-845; MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1992, p.811; LIBANIO, 1992, p.793; 797; SEDOC, 1997, p.238; LIBANIO, 1997,

Por fim, as CEBs descobrem a dimensão do cuidado com a vida e a sustentabilidade do planeta. A dimensão ecológica aparece desde 1986 com o VI encontro Intereclesial. Fala-se da destruição da vida do planeta pela cobiça do lucro. O assunto, porém, ainda não se impunha. No VIII Intereclesial, Cechin²⁰¹ insere, desde a preparação do encontro, o trabalho de reciclagem de materiais. Introduz-se nova sensibilidade²⁰². Destaca-se, como importante contribuição para essa nova consciência, a mudança de paradigma de Leonardo Boff²⁰³. Aos poucos, os encontros manifestam pequenos gestos, tais como o uso de talheres, pratos e copos não descartáveis, o incentivo ao trabalho de reciclagem, a mudança de linguagem, a ocupação de ambientes naturais para algumas celebrações, ênfase nos símbolos como terra, água, plantas e animais, a leitura hermenêutica da Bíblia com sensibilidade ecológica e o surgimento de uma nova teologia da criação. O ápice de maturação das CEBs nos intereclesiais em relação ao tema da ecologia ocorre com a realização do XII Intereclesial²⁰⁴.

O paradigma ecológico afeta as redes de comunidades não apenas na sensibilidade do cuidado, mas na própria compreensão. Fala-se da teia da vida. Capra²⁰⁵ (2007, p.2-7) apresenta cinco características para compreender a complexidade da organização-padrão da sustentabilidade: “interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade”. Segundo ele “se estas características forem aplicadas às sociedades humanas, elas também poderão alcançar a sustentabilidade”²⁰⁶. As redes de comunidades, além de corresponder com o paradigma da sociedade em redes, inserem-se no paradigma ecológico.

p.790; SILVA; FRISOTI; PIRES, 1997, p.845-855; RIBEIRO, C.; RAMALHO 1997, p.875-876; LIBANIO, 2000, p.554).

²⁰¹ Antonio Cechin formou-se em Letras Clássicas e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, onde também foi professor. Fez sua pós-graduação no Centro de Economia e Humanismo, em Paris. Iniciou na Instituição Católica de Paris a especialização em catequese, quando foi chamado para o Vaticano, na Sagrada Congregação dos Ritos, no início da década de 1960. Depois, retornou ao Brasil e iniciou a luta junto aos movimentos sociais.

²⁰² CECHIN, 1992, p.856-875.

²⁰³ A mudança de paradigma em Leonardo Boff foi tratado pelo professor Paulo Agostinho em sua tese de doutorado pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Cf. BAPTISTA, 2007.

²⁰⁴ Destruição da vida do planeta pela cobiça do lucro (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.463); Ecosocialismo (EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBs, 1991, p.107); Dimensão ecológica na preparação dos encontros das CEBs (CECHIN, 1992, p.837); Consciência ecológica (CECHIN, 1992, p.862; SEDOC, 1997, p.239; SEDOC, 2005, p.203); Trabalho com catadores (CECHIN, 1992, p.869); Uso da terra e da água (SEDOC, 2005, p.203). O XII Encontro Intereclesial das CEBs teve como tema CEBs, ecologia e missão. Cf. CORDEIRO, 2008; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 2009.

²⁰⁵ Fritjof Capra é físico teórico e escritor que desenvolve trabalho na promoção da educação ecológica. Capra recebeu, em 1966, seu doutorado em física teórica pela Universidade de Viena e tem dado palestras e escrito extensamente sobre as aplicações filosóficas da nova ciência. Atualmente vive com a esposa e a filha em Berkeley, Califórnia, onde é o diretor do centro de educação ecológica. Capra tornou-se mundialmente famoso com seu *O Tao da física*, traduzido para vários idiomas.

²⁰⁶ CAPRA, 1997, p.1.

3 DIFICULDADES TEOLÓGICAS, PASTORAIS E INSTITUCIONAIS DE TAL MODELO NA ESTRUTURA DA IGREJA

Toda mudança supõe rupturas. Causa feridas. Qualquer experiência nova traz medo e reações. Após apresentar a eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e no material dos intereclesiais na perspectiva das redes de comunidades, cabe levantar algumas dificuldades surgidas ao longo da pesquisa. Algumas apareceram no decorrer do capítulo, outras merecem desenvolvimento. Pensar tal modelo de Igreja exige enfrentar dificuldades. Apresentam-se basicamente três: no campo teológico, pastoral e estrutural.

a Dificuldade teológica: eclesialidade das CEBs

Ao tratar da eclesiologia de Faustino Teixeira, apontamos, no final, alguns aspectos em que não há sintonia entre o modelo das CEBs e parte da hierarquia da Igreja. Estas dificuldades derivam da conjuntura eclesial marcada pelo projeto de restauração da Igreja em curso nos últimos 30 anos. As preocupações expressas pelos bispos, seja nos documentos como nos encontros intereclesiais, merecem atenção. Além da relevância de tais problemas, exigem-se das CEBs maior atenção, dada a importância de tal modelo para o futuro da Igreja.

Preocupações apresentadas nos documentos do magistério da Igreja

Kloppenborg²⁰⁷ (1983, p.77) escreve em seu livro: “a Igreja Popular que nos é proposta como uma alternativa de vida eclesial, simplesmente, já não é nossa Santa Igreja Católica”. A tese desse bispo não corresponde aos documentos do magistério ao tratar das

²⁰⁷ Dom Boaventura Kloppenburg foi bispo na diocese de Novo Hamburgo - RS. Foi ordenado presbítero na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, aos 21 de dezembro de 1946 pela Ordem dos Franciscanos Menores. Fez especialização em Teologia Dogmática no Instituto *Antonianum*, em Roma, no ano de 1947 a 1950, depois fez o doutorado no mesmo instituto. Foi professor de Teologia Dogmática em Petrópolis, de 1951 a 1971; em Porto Alegre em 1972, Roma em 1973, Medellín em 1974 a 1982; redator da Revista *Eclesiástica Brasileira*, de 1951 a 1972; reitor do Instituto Teológico-Pastoral do CELAM, em Medellín, de 1973 a 1982; Prefeito de Estudos em Petrópolis, de 1952 a 1960; Perito na Comissão Teológica do Concílio Vaticano II; Membro da Pontifícia Comissão Teológica Internacional, de 1975 a 1990; Perito nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano no Rio de Janeiro em 1955, Medellín em 1968 e Puebla em 1979. Foi nomeado pelo Papa João Paulo II, Bispo Titular de *Vulturaria* e Auxiliar da Arquidiocese de Salvador, na Bahia, e ordenado a 1 de agosto de 1982, na cidade de Rolante, escolheu como lema de vida episcopal: *Sub Umbris Fideliter*. No dia 8 de agosto de 1986, foi nomeado bispo para Diocese de Novo Hamburgo. No dia 22 de novembro de 1995 teve sua renúncia aceita pelo Papa João Paulo II, por limite de idade. Faleceu no Rio Grande do Sul no dia 8 de maio de 2009.

CEBs. Basicamente, as preocupações apresentadas para a reflexão na vida das comunidades tocam duas dimensões: a eclesialidade e a ideologização política.

Os documentos confirmam a dimensão da eclesialidade das CEBs e a importância delas para a vida da Igreja²⁰⁸. Entretanto, alertam para o perigo de isolamento, sectarismo, negação da autoridade eclesiástica, rejeição à hierarquia e o risco de faltar a comunhão²⁰⁹. Além do mais, acenam para a tendência de ideologização política através da instrumentalização das comunidades. Consequentemente haveria o esvaziamento do sentido de eclesialidade, comprometendo a natureza básica das CEBs²¹⁰. Encerram com a recomendação para aprofundar o estudo a respeito de tal experiência nos aspectos teológicos, históricos e sociológicos²¹¹.

²⁰⁸ Cf. p.60 nota 154.

²⁰⁹ No discurso de encerramento dos bispos em 1974: “mas esta esperança seria vã, se a vida eclesial das mesmas comunidades viesse a faltar, no conjunto orgânico do único Corpo de Cristo, e se, desfrutando de exagerada liberdade perante a legítima Autoridade eclesiástica, elas fossem deixadas à mercê do arbítrio de cada um”. Cf. PAULO VI, 1974, p.945; Na EN 58: “agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como ‘institucional’(...). Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, quais são a sua Hierarquia e os seus sinais”. No documento 25 da CNBB diz: “a urgência de certos problemas vitais e a tentação de soluções simplistas representam riscos aos quais as comunidades devem estar atentas” Cf. CNBB 25, n.42. Os bispos trazem orientação nos aspectos relacionados à opção pelos pobres, dimensão sócio-política da evangelização, luta pela justiça e os movimentos populares, os movimentos leigos e a responsabilidade pelas CEBs.

²¹⁰ Na EN continua: “a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos” (EN 58). João Paulo II na sua mensagem as CEBs em visita ao Brasil em 1980 diz “esta intromissão pode dar-se na própria gênese e formação das comunidades, que se congregariam não a partir de uma visão de Igreja, mas com critérios e objetivos de ideologia política. Tal intromissão, porém, pode dar-se também sob forma de instrumentalização política de comunidades que haviam nascido em perspectiva eclesial”. Cf. CNBB, 1980, p.258. Na carta encíclica do papa João Paulo II sobre a validade do mandato missionário (*Redemptoris Missio*), a preocupação com a eclesialidade e a ideologização política se expressa assim: “deve viver unida a Igreja particular e universal, em sincera comunhão com os pastores e o magistério, comprometida na irradiação missionária e evitando toda forma de instrumentalização ideológica” (RM 51). Em Puebla: “por isso mesmo não hajam faltado membros de comunidades ou comunidades inteiras que, atraídos por instituições puramente leigas ou ideologicamente radicalizadas, vão perdendo o autêntico senso eclesial” (DP 630). E em Santo Domingo diz “quando não existe uma clara fundamentação eclesiológica e uma busca sincera de comunhão, estas comunidades deixam de ser eclesiais e podem ser vítimas de manipulação ideológica e política” (SD 62).

²¹¹ “Recomenda-se a elaboração de estudos sérios, de caráter teológico, sociológico e histórico, a respeito destas comunidades cristãs de base, que hoje começam a surgir depois de terem sido ponto-chave na Pastoral dos missionários que implantaram a fé e a Igreja em nosso continente” (Medellín 15.12.).

Preocupações apresentadas por alguns bispos nos Encontros Intereclesiais

Além das preocupações manifestadas nos documentos, surgem outras ao longo dos intereclesiais. Destaca-se o desabafo do bispo de Valença, à época, D. Amaury Castanho²¹², escrito em livro de sua autoria, após a realização do VI Encontro Intereclesial²¹³. Os elementos desenvolvidos nessa obra encontram ressonância em parte do episcopado bem como no discurso de vários fiéis. Documento importante aparece no final do VIII Intereclesial, dessa vez através de outro bispo, com maior receptividade no episcopado e respeitado pelas comunidades. Trata-se da carta de D. Ivo Lorscheiter²¹⁴, então bispo de Santa Maria. Esse texto gerou dois encontros importantes conhecidos como comissão de diálogo entre CNBB e Ampliada Nacional das CEBs²¹⁵.

Encontram-se nos relatórios do V Intereclesial, realizado em Canindé-CE, 1983, os primeiros sinais de conflito entre as bases e a hierarquia. Estas surgem como reivindicação do povo solicitando maior apoio dos bispos às CEBs. Segundo C. Boff (1983, p.473), os leigos não trabalham contra a hierarquia, pelo contrário, reconhecem a importância dos bispos e padres. Esperam deles maior participação e presença na vida das comunidades.

D. Amaury apresenta alguns problemas. Inicialmente refere-se à ideologização política das CEBs. Na concepção dele, a ideologia política adotada associa-se aos movimentos de esquerda na América Latina (CASTANHO, 1987, p.132-136). Ele assinala problemas de eclesialidade. Julga que CEBs rejeitam a hierarquia eclesiástica (CASTANHO, 1987, p.69-79); Motivado pela condenação em curso da Teologia da Libertação²¹⁶, sugere a substituição dos assessores dos encontros intereclesiais (CASTANHO, 1987, p.145-146). Questiona a

²¹² Dom Amaury Castanho foi bispo da diocese de Valença na região Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e da diocese de Jundiá no estado de São Paulo. No seu pastoreio, em todas as dioceses que atuou, se caracterizou como um dos bispos mais conservadores do Brasil. Dom Amaury foi também jornalista e sociólogo. Faleceu em 2006.

²¹³ Cf. CASTANHO, 1987.

²¹⁴ Dom José Ivo Lorscheiter foi da diocese de Santa Maria - RS. Dom Ivo Lorscheiter nasceu numa família simples e religiosa de origem alemã, tendo um irmão padre e vários familiares religiosos, dentre os quais seu primo Dom Aloísio *Cardeal* Lorscheider. Dom Ivo foi o último bispo brasileiro nomeado pelo papa Paulo VI, ainda durante no decorrer do Concílio Vaticano II, em 1965. Presidiu a CNBB durante o período mais obscuro do regime militar brasileiro, entre 1965 e meados da década de 1970. Nesse período abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação, além de bispos e sacerdotes de tendências pouco conservadoras, entre eles o seu próprio primo, o cardeal Aloísio Lorscheider, que faleceu no dia 23 de dezembro de 2007, pouco depois.

²¹⁵ As atas estão disponíveis no anexo da obra de Faustino Teixeira sobre os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil (TEIXEIRA, 1996, p. 208-230).

²¹⁶ Naquele período a Congregação para a Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício – tribunal da inquisição) havia lançado *Libetatis Nuntius* (Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação, 1984) e *Libetatis Conscientia* (Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação, 1986) criticando a Teologia da Libertação.

interpretação bíblica. A “re-leitura” da Palavra de Deus não seria feita segundo os critérios do Magistério e da tradição, mas segundo ideologias político-partidárias (CASTANHO, 1987, p.79-85). O bispo critica os cantos utilizados nas comunidades que deturpam a pregação do Evangelho e propagam a ideologia marxista (CASTANHO, 1987, p.59-66). Desafada-lhe com a expressão “celebrar a vida” usada nas comunidades. A celebração na Igreja deverá restringir-se a celebração dos sacramentos da fé (CASTANHO, 1987, p.85-95).

D. Ivo Lorscheiter, com coração de pastor, expressou suas preocupações de maneira lúcida e significativa para a caminhada dos Intereclesiais após a realização do encontro de Santa Maria, acolhido por ele mesmo. Na ocasião, enviou carta aos bispos. Agradeceu a cooperação de todos, reconheceu a consolidação das CEBs no Brasil, estimulou a caminhada dos intereclesiais e advertiu para a necessidade de aprofundar alguns aspectos a fim de aprimorar os encontros. Entre os aspectos levantados, destacou como problemas: reivindicação da mulher a todas as funções na Igreja, relação das CEBs com os cultos afro-brasileiros, azedume ao tratar das estruturas da Igreja, falta de clareza quanto ao tema da inculturação²¹⁷.

A proposta de D. Ivo resultou na formação da comissão de diálogo CNBB-CEBs. Ocorreram dois encontros. A primeira reunião tratou da “confessionalidade das CEBs, o caráter dos Intereclesiais e a natureza da Comissão Ampliada” (LIBÂNIO, 1997, p.789). Relata Libanio:

Vários equívocos foram elucidados, como consta na Ata do Encontro. As CEBs e os Intereclesiais são católicos, abertos à prática ecumênica. Esclareceu-se a competência da Igreja particular anfitriã com a colaboração do respectivo Regional como última responsável pelo Encontro Intereclesial. A natureza da Comissão Ampliada bem como a da assessoria dos Intereclesiais foram mais bem definidas (LIBÂNIO, 1997, p.789).

A segunda reunião deu continuidade à discussão com enfoque na “inculturação, na liturgia e na realidade dos ministérios, com destaque especial à participação da mulher” (LIBÂNIO, 1997, p.789). No tema da inculturação, alertou-se para não reduzir o mistério da encarnação apenas ao acontecimento do nascimento de Jesus, mas destacar o compromisso dele nas condições históricas na humanidade sofrida do povo. Ilumina-se o horizonte de compreensão da inculturação da fé. Em relação à liturgia, a comissão reconheceu os avanços marcados pela consciência da vivência do mistério pascal, a importância dada à Eucaristia, à

²¹⁷ Cf. Carta de D. Ivo Loscheiter no final do 8º Intereclesial (TEIXEIRA, 1996, p.205-207; MESTERS, 1997, p.834).

inculturação, à formação litúrgica, às celebrações da palavra e à dimensão ecumênica. Quanto aos ministérios, nota-se a validade das CEBs ao permitir o avanço da concepção da Igreja toda ela ministerial. Ao tratar da participação das mulheres, “percebe-se, na caminhada das CEBs, que a participação ativa das mulheres na coordenação e diferentes ministérios proporciona maior dinamismo, criatividade e tornam as celebrações mais afetivas e alegres”. Teixeira (1996, p.228) completa: “as mulheres explicitam o rosto feminino e materno e Deus, revelando grande capacidade organizativa”.

Eclesialidade das CEBs

Os documentos da Igreja e os intereclesiais revelam por parte dos bispos preocupações no âmbito da eclesialidade. Por outro lado, ao expormos a eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e no material dos intereclesiais, explicitamos a eclesialidade oriunda da concepção Povo de Deus, assumida pelo Concílio Vaticano II. Esse argumento seria suficiente para propormos a validade das CEBs e sua importância para toda a Igreja. Contudo, alguns autores refletiram a respeito da problemática. Essas contribuições ajudam a elucidar melhor a temática.

L. Boff, em brilhante artigo escrito em 1976, questiona se as CEBs são eclesiais ou possuem elementos de eclesialidade. Distingue inicialmente a comunidade eclesial das demais comunidades. Para ele “a Igreja se constitui como Igreja quando homens se dão conta do apelo salvífico feito em Jesus Cristo e se reúnem em comunidade, professam a mesma fé, celebram a mesma libertação escatológica e tentam viver o seguimento de Jesus Cristo” (BOFF, L., 1976, p.400). Para o teólogo, as CEBs constituem-se como Igreja. A ausência da Eucaristia semanal e a falta de ministros ordenados resultam num problema ministerial da Igreja. Não se deve atribuir essas carências à responsabilidade exclusiva das CEBs.

No mesmo artigo L. Boff explicita a argumentação de Gregory²¹⁸. Para o autor “sua base é a fé comum, existe ligação direta com os quadros eclesiásticos, há participação de

²¹⁸ Dom Affonso Gregory foi bispo da diocese de Imperatriz - MA. Licenciado em teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, e em Sociologia, em Lovaina, na Bélgica, foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1979. Recebeu a ordenação episcopal em 12 de janeiro daquele ano e ficou no Rio até 1987. Nesse período, foi presidente do Regional Leste 1 da CNBB (Estado do Rio de Janeiro); presidente da Cáritas Brasileira, responsável pelo Setor da Pastoral Social da CNBB e presidente do CERIS. Em 1987, foi nomeado bispo de Imperatriz (MA), onde ficou até tornar-se emérito em agosto de 2005. Neste tempo, foi presidente da Cáritas Internacional; membro da Comissão Episcopal Pastoral da CNBB e presidente do Nordeste 5 da CNBB (Estado do Maranhão). Seu lema episcopal era “A verdade vos libertará” (Jo 8, 32).

católicos com ação ecumênica, as atividades religiosas são basilares e a base na fé se dá pela humanização” (GREGORY, 1973, citado por BOFF, L., 1976, p.401)²¹⁹.

Oliveira (1997a, p.123) trata da eclesialidade das CEBs utilizando elementos de análise sociológica. Deve-se considerar um mínimo de reconhecimento e critérios para definir a eclesialidade católica. Caracteriza-se “pela celebração ordinária da eucaristia, ocorrência da celebração dominical sem padre, existência de conselho comunitário e grupo de reflexão bíblica” (OLIVEIRA, 1997a, p.150). Além disso, a eclesialidade das CEBs manifesta-se “pela comunhão entre as comunidades, o conjunto da Igreja e a hierarquia” (OLIVEIRA, 1997a, p.152).

Barreiro²²⁰ (1987, p.631-649) sublinha quatro aspectos: “vivem a comunhão, são evangélicas, têm mártires, manifestam a presença e a ação do Espírito de Deus”. Nesta abordagem, Barreiro destaca a vivência da comunhão como constitutivo essencial na caminhada das comunidades. A dimensão evangélica se expressa pela fisionomia da CEBs. Apresentam traços da comunidade formada por Jesus: pequenas, fraternas, no meio dos pobres, anunciadoras do Reino. A dimensão martirial denota a experiência das primeiras comunidades. A Igreja constrói seu alicerce no testemunho dos cristãos. E a vida das CEBs se desenvolve pela ação do Espírito Santo. Suscitam dons, carismas e novos ministérios para toda a Igreja.

b Dificuldade pastoral: monolitismo pastoral

O “monolitismo pastoral” ocorre quando a comunidade de base tenta impor ou reconhecer como válida apenas uma única maneira de “ser Igreja”. A eficácia da sua estruturação em redes de comunidades depende do reconhecimento do pluralismo e da diversidade. Discernir o fundamental do secundário nas diferenças torna-se importante para estabelecer diálogo e inter-relacionamento. Nota-se como válida para o futuro das comunidades a flexibilidade.

Aparece em alguns encontros intereclesiais a expressão “novo modo de toda a Igreja ser”. Revela-se a tendência de conduzi-la à uniformização. O autoritarismo restringe outras

²¹⁹ GREGORY, 1973.

²²⁰ Álvaro Barreiro Luaña é jesuíta e doutor em teologia. Licenciou-se pela Universidade de Innsbruck (Áustria) e doutorou-se pela Universidade Gregoriana de Roma. Trabalhou no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte como superior e formador dos estudantes em teologia. Lecionou teologia na PUC-Rio e na FAJE (MG). Foi vigário e ecônomo no Rio e assessor do Centro Loyola de Belo Horizonte.

expressões da vida eclesial. Os relatórios dos encontros apresentam a correção dessa afirmação. Opta-se por chamar as CEBs “novo jeito de ser Igreja”. Esta propõe o espírito comunitário, dialogal e urgente para toda a Igreja, sem desvalorizar ou impedir a diversidade²²¹.

A comunidade, ao fechar-se sobre si mesma, prejudica a formação das redes. A autonomia tende a gerar isolamento. A CEB transforma-se em pequena Igreja independente. Oliveira (1997, p.155) chama de “autossuficiência basista”. As instâncias intermediárias, formadas por setores e conselhos pastorais, cooperam na estruturação das redes de comunidades. Quanto menor força integradora tiverem as CEBs, maior tendência a esvaziarem-se.

Experiência da prelazia de S. Félix do Araguaia

No Brasil, a experiência de redes de comunidades com maior visibilidade eclesial realiza-se no sertão do Mato Grosso. A prelazia de S. Félix do Araguaia estrutura desde 1971 toda a Igreja em redes de comunidades. Nela, nunca existiu a instituição paroquial. Apesar de tornar-se modelo para a iniciativa de outras dioceses, constatamos alguns problemas.

A prelazia possui aproximadamente 80.000 habitantes espalhados num território de 150.000 km². A Igreja de S. Félix do Araguaia organiza-se numa rede de 103 comunidades. A prelazia distribui-se por cinco regionais onde se articulam diversas comunidades²²². Em cada regional, uma equipe pastoral responsabiliza-se pela articulação e acompanhamento. Os grupos, em cada comunidade, constituem-se em equipes internas: celebração, catequistas, preparação dos sacramentos, conselho pastoral e grupos de rua e pastorais de jovens, de casais, de cultura popular, das mães, da terra e outros.

A prelazia organiza-se por meio da coordenação do bispo junto com as equipes de pastoral. Estas, situadas em cada regional, articulam os trabalhos junto com os enfrentantes²²³, as comunidades e os diferentes grupos. Por fim, encontra-se o “povão católico”²²⁴.

²²¹ ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.492; LIBANIO, 1986, p.490; OLIVEIRA, 1992, p.817; BOFF, C., 1999, p.103-104.

²²² Compõe os regionais: S. Félix do Araguaia, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte, Ribeirão/Cascalheira e Vila Rica.

²²³ Animadores de comunidades.

²²⁴ Povão católico é a denominação para os católicos não praticantes e não participantes.

O estudo feito pelo ISER/Assessoria e coordenado por Pedro Ribeiro de Oliveira, a pedido de D. Pedro Casaldaliga, bispo da prelazia, avaliou a trajetória depois de 25 anos de caminhada da Igreja em redes de comunidades²²⁵. Sobressai-se como importante a experiência para toda a Igreja. Sobressaem-se aspectos relevantes: “a participação igualitária e corresponsável de todos os fiéis; a centralidade da Palavra de Deus na vida; a opção pelos pobres como compromisso da Igreja e o Reino de Deus como fundamento último” (OLIVEIRA, 1997b, p.117-118).

As dificuldades de tal modelo vinham da deficiência de diálogo entre os dirigentes da prelazia e o povão católico. Os participantes formados por pequenos grupos conscientizados encontram cidadania e espaço de participação na Igreja, porém a prelazia não conseguiu incluir a massa dos católicos. Alguns aspectos caracterizam essa deficiência: monolitismo pastoral, acentuação do trabalho na dinâmica da luta política e social, exclusão dos sacramentos dos incapazes de corresponder às exigências éticas do Evangelho e a organização da prelazia em estruturação de natureza vertical, contraditória com a formação de redes (OLIVEIRA, 1997b, p.106-107).

Os desafios deixados na prelazia no final da pesquisa indicam a necessidade de abertura de espaço para a participação de instâncias intermediárias de decisão por parte dos “enfrentantes” na prelazia. O estudo desperta a urgência na diversificação pastoral. E, por fim, sugere superar qualquer paralelismo entre as pastorais e as redes de CEBs, buscando maior entrosamento entre elas.

Redes de Comunidades: caminho de unidade na diversidade

Constatamos, no primeiro capítulo, os limites da economia de mercado. Esta se torna globalizada, mas não planetária²²⁶. O mesmo acontece com as redes de comunidades. Criam laços de interação num conjunto de comunidades, mas excluem outras. Não basta a institucionalização. Urge a sua interiorização. Corre-se o risco de institucionalizar as redes de comunidades e de reproduzir o mesmo modelo de Igreja hegemônico do segundo milênio do cristianismo. Importante ressaltar o conceito de redes exposto no primeiro capítulo. Definimos

²²⁵ Optamos expor o exemplo da prelazia de S. Félix como forma de acentuar os riscos do monolitismo pastoral. Após as conclusões desse estudo houve mudanças nas estruturas da prelazia a fim de aperfeiçoar o sistema da Igreja particular em redes de comunidades. Os estudos foram realizados em 1996.

²²⁶ Cf. p.23.

redes como o conjunto de relações entre indivíduos, grupos e organizações de natureza não-hierárquica e interdependente. Estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir metas comuns e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação entre os envolvidos²²⁷.

A sociedade pós-moderna não convive com a homogeneidade. Exala o pluralismo sob diversas formas. A cultura rapidamente urbanizou-se. Esgota-se o modelo paroquial tradicionalmente adequado à cultura rural da sociedade feudal. As redes de comunidades respondem mais facilmente ao pluralismo. Libanio (2008, p.78), ao comentar o pluralismo religioso e cultural no contexto da Conferência de Aparecida, dizia:

(...) uma Igreja como rede de comunidades de base tem mais chance de responder ao pluralismo, porque as pessoas vivem no seu interior a dimensão pessoal e comunitária. E as comunidades de base, articuladas entre si, dão a consistência necessária para ser Igreja em termos de catolicidade.

A dimensão comunitária das CEBs deve perpassar toda a vida da Igreja. Não basta a eclesialidade. A Igreja, mesmo se mantiver todos os sinais visíveis da catolicidade e lhe faltar a comunitariedade, perderá a essência. Não basta partir da base. Esta requer a dinâmica da comunhão. Ao inverter o lugar da pirâmide, torna-se insuficiente a dimensão comunitária das CEBs para estruturação das redes de comunidades, se não estiver associada à abertura institucional da Igreja. Imagine-se uma paróquia ou conjunto de paróquias que optassem pela superação de tal modelo e constituíssem a organização da Igreja em redes de comunidades. Bastaria a mudança do padre para desfazer tais redes. Estas acontecem segundo a combinação de dois fatores: experiência comunitária sólida e abertura institucional da Igreja²²⁸

As CEBs devem evitar a tendência do “fechamento cultural restrito” (LIBANIO, 1976, p.312). A formação de redes supera essa tentação. Grupos grandes ganham no pluralismo, mas perdem na personalização. Na comunidade de base pode ocorrer o inverso. As redes ampliam possibilidades, interagem com outras comunidades, criam laços, formam intercâmbios de culturas e pessoas. A diversidade e o pluralismo enriquecem as comunidades, e, ao mesmo tempo, exigem delas maior flexibilidade.

A identidade das CEBs apresenta sinais de heterogeneidade na sua própria constituição. Isto facilita a interação com outras comunidades. Diferem de movimentos eclesiais e associações, homogêneos na sua formação. Nas comunidades coexistem diferentes

²²⁷ Confirma o nosso conceito de redes na página 38.

²²⁸ OLIVEIRA, 1997a, p.136-138.

grupamentos. Os grupos, apesar de homogêneos, convivem entre si na comunidade. Dá a elas complexidade e dinâmica²²⁹.

No primeiro capítulo, apresentamos entre as características específicas o caráter da autonomia e da interdependência das redes²³⁰. Oliveira (1997a, p.150-152) fala de “autonomia e articulação”. Nas redes, as comunidades eclesiais de base não se constituem como unidade básica da paróquia. Implicaria dependência e submissão. Falta-lhes a autonomia, desconfigura-se o caráter de redes. Do mesmo modo, a autonomia das CEBs não isola cada comunidade em seu universo restrito. Faltaria a eclesialidade e a comunhão. Importa a articulação entre as comunidades através de instâncias de mediação; diferentes da estrutura de paróquia, elas garantem a interdependência específica das redes.

c Dificuldade institucional: redes de comunidades como estrutura de Igreja

As redes de comunidades trazem à Igreja o impulso renovador suscitado pelo Concílio Vaticano II. As dificuldades teológicas e pastorais apresentadas não impedem o avanço de tal modelo. Resta aos agentes envolvidos aprofundar no conhecimento das CEBs e decidir pela recepção das redes de comunidades. A pesquisa feita nos materiais dos encontros intereclesiais e nos estudos de Faustino Teixeira, revela dificuldades no âmbito institucional. Estas exigem maior reflexão antes de prosseguirmos para as consequências pastorais das redes.

Igreja no Brasil como uma “imensa rede de comunidades”, ilusão ou desafio?

Teixeira (1997, p.229-230) a partir de balanço avaliativo realizado pelo ISER/Assessoria afirma: “As CEBs estão conscientes de que seria ilusão imaginar toda a Igreja no Brasil como ‘imensa rede de comunidades’”. C. Ribeiro²³¹ (1992, p.849) expressa o

²²⁹ OLIVEIRA, 1997a, p.150.

²³⁰ Cf. p.39

²³¹ Cláudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista, possui formação em Teologia. O doutorado (2000) e o mestrado (1994) em Teologia foram feitos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a graduação (1985) no Seminário Metodista Cesar Dacorso Filho-RJ. Tem experiência docente e de pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia teológica, cristologia, ecumenismo, metodismo, pastoral popular, eclesiologia, pneumatologia, ciências da religião e direitos humanos. Tem experiência na área de assessoria à comunidades eclesiais de base e organismos ecumênicos. Atualmente é professor titular de Teologia e Ciências da Religião e Diretor da Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo.

mesmo no final do VIII Intereclesial: “no contexto católico não se consolidou a perspectiva de toda a Igreja tornar-se uma rede de comunidades de base”. O impacto dessa frase anularia toda a hipótese do trabalho. Resta-nos refletir sobre a questão.

O contexto dessa afirmação aparece na avaliação crítica de Teixeira quanto à dificuldade de as CEBs relacionarem-se com as massas. Apresenta, como desafio, a superação da tendência do “monolitismo pastoral” e o sentimento de “diferenciados conscientes” (TEIXEIRA, 1997, p.230). Ela aparece no bloco anterior e concluímos a viabilidade das redes a partir da superação de tal dificuldade. Afirmamos também a conjugação entre a dimensão comunitária das CEBs e a abertura institucional da Igreja como necessária para consolidar as redes. Por parte das CEBs, nota-se, a partir dos inteclesiais e das novas práticas na base, o avanço no diálogo com as demais expressões eclesiais. Cresce o reconhecimento do pluralismo religioso interno na Igreja católica. O desafio maior apresenta-se na abertura institucional da Igreja. O reflexo do modelo centralizador e clerical em curso impossibilita a renovação eclesial. Portanto, a concepção de redes apresentada confirma a viabilidade das mudanças estruturais necessárias. Restaria a decisão de implementá-las.

Percebem-se a possibilidade e a viabilidade das redes de comunidades na distinção de C. Boff (1999, p.105), ao referir-se à “Igreja com CEBs” e “Igreja de CEBs”:

Certamente não existem só as CEBs na Igreja. Existem muitas outras comunidades: comunidades das capelas tradicionais, comunidades saídas dos Movimentos, comunidades de Irmãs, etc. As CEBs são comunidade **entre** outras tantas (grifos do autor). Na Igreja existe um pluralismo de formas de comunidade. É impossível que toda ela, especialmente hoje, seja constituído só de CEBs. O que pode haver é uma ‘Igreja-com-CEBs’, mas dificilmente uma ‘Igreja-de-CEBs’ tão-somente.

A partir dessa perspectiva, compreende-se a viabilidade das redes de comunidades. O fato de as CEBs constituírem comunidades entre tantas não anula a perspectiva de redes, ao contrário, fortalece-a. Desenvolveremos no próximo capítulo a distinção entre redes de comunidades e comunidades em redes. Adotar o pensamento das redes de comunidades como “ilusão” fortaleceria a imagem da Igreja no Brasil como grande shopping center. Cada fiel escolhe seu produto segundo seu interesse. No final de tudo, a comunhão eclesial tornar-se-ia belo discurso panfletário proclamado pelo dono do shopping.

Igreja em Redes de Comunidades: “institucionalizar o desinstitucionalizante da comunidade”

L. Boff (2008, p.30-31) propõe a comunidade como espírito, não como alternativa²³². Reproduz o pensamento de Demo²³³ (1975, p.92): “é por isso vã a esperança de organizar uma Igreja toda através de uma rede comunitária. Isto significaria, na verdade, institucionalizar o desinstitucionalizante das comunidades”. Nesta afirmação, as CEBs, ao pretenderem tornar a Igreja uma grande rede de comunidades, perderiam o seu carisma. Elas deixariam a informalidade, as relações dinâmicas e fraternas e tenderiam a se transformar em nova burocracia. Ao contrário, as CEBs reforçariam o caráter profético ao propor a toda a Igreja este espírito comunitário, sem deixar-se institucionalizar. “A Igreja, em sua globalidade, é a coexistência concreta e vital da dimensão societária e institucional com a dimensão comunitária” (BOFF, L., 2008, p.31). Conclui nestes termos: “A comunidade Eclesial de Base, se quiser manter o espírito comunitário, não deverá querer substituir a paróquia” (BOFF, L., 2008, p.34).

Concordamos com L. Boff quando trata da *não institucionalização* das CEBs. A dimensão comunitária das CEBs deve penetrar toda a instituição. Nessa perspectiva, seu irmão C. Boff acerta ao dizer que “o novo modo de ser Igreja é maior do que as CEBs” (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.488). Contudo, o novo modo de ser Igreja nasce das CEBs. Tornar-se-ia abstrato imaginar este espírito comunitário sem transformar em profundidade a estrutura da Igreja. A estrutura arcaica da paróquia não sobrevive à dinâmica das CEBs que correspondem a modelos distintos e se constituem como “unidades estruturantes da Igreja”. As redes de comunidades não institucionalizam as CEBs, ao contrário, transformam a estrutura da Igreja a partir do seu espírito comunitário e relacional. Portanto, não se trata de substituir uma estrutura pela outra, mas a superação do velho modelo. Nesse sentido, Oliveira (1997a, p.121-176) responde, a partir da sociologia, as mudanças estruturais da Igreja a partir da base.

²³² BOFF, L., 1976, p.397; 399; 418; TEIXEIRA, 1999, p.58.

²³³ Pedro Demo possui graduação em Filosofia - Bom Jesus (1963) e doutorado em Sociologia - Universität Des Saarlandes/Alemanha (1971). Professor titular aposentado da Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia. Professor Emérito. Fez pós-doutorado na UCLA/Los Angeles (1999-2000). Tem experiência na área de Política Social, com ênfase em Sociologia da Educação e Pobreza Política. Trabalha com Metodologia Científica, no contexto da Teoria Crítica e Pesquisa Qualitativa. Pesquisa principalmente a questão da aprendizagem nas escolas públicas, por conta dos desafios da cidadania popular.

“CEB: unidade estruturante da Igreja”

Oliveira trata das redes de comunidades apropriando-se de conceitos da sociologia referentes a estruturas, instituições e sistemas. A CEB, nessa ótica, corresponde a uma unidade estruturante dentro do sistema da Igreja. Segundo ele:

a estrutura interna de uma instituição desdobra-se sobre as demais, estruturando-as de modo a que todas sejam regidas pela mesma lógica de relações entre atores sociais, harmonizando assim o conjunto de instituições que compõem o sistema (Oliveira, 1997, p. 127).

A Igreja católica, segundo essa compreensão, estrutura-se numa lógica de relações regidas pela sua hierarquia. Compõe-se de três níveis: o papado, a diocese e a paróquia. Antes do processo de romanização da Igreja no Brasil, a capela correspondia à unidade estruturante primeira. Significa dizer, no processo de renovação da Igreja, a CEB sucederia a paróquia ocupando o lugar de nova unidade estruturante da Igreja²³⁴.

Atualmente a paróquia e as CEBs coexistem. Por tratar-se de diferentes modelos eclesiais, emergem as tensões. No primeiro modelo prevalece a estrutura clerical e nas CEBs a dinâmica comunitária. A incompatibilidade dos dois modelos questiona sobre qual alicerce a Igreja no futuro traçará o seu caminho. Na perspectiva de Pedro Ribeiro, ao pensar “na relação entre paróquia e CEB como contradição dialética, vemos que as CEBs tendem a superar a estrutura paroquial” (OLIVEIRA, 1992, p.818).

Nos Encontros Intereclesiais, confirma-se tal perspectiva. Afirma Betto²³⁵ no V Encontro Intereclesial em Canindé: “as CEBs não são apenas ferramentas paroquiais para evangelização. É a própria Igreja na base” (BETTO, 1983, p.98). C. Boff considera que “a rede de CEB contribui para formar o ‘tecido básico’ de uma Igreja” (BOFF, C., 1999, p. 109). E completa: “O tecido eclesial formado pela CEBs é, na verdade, um **tecido novo**. E sobre esse tecido novo se bordam também **novas práticas**” (BOFF, C., 1999, p.109, grifos do autor). Estas se associam ao conjunto de elementos constituintes da estrutura da Igreja. No VI

²³⁴ OLIVEIRA, 1997a, p.128. Unidades estruturantes: Da capela a paróquia (OLIVEIRA, 1997, p.127; Da paróquia às CEBs (OLIVEIRA, 1997a, p.128; 136; 138-139) Mudanças segundo o Concílio (OLIVEIRA, 1997a, p.121); Unidade eclesial de base (OLIVEIRA, 1997b, p.102; OLIVEIRA, 1997a, p.123)

²³⁵ Frei Betto, autor de 51 livros editados no Brasil e no exterior, nasceu em Belo Horizonte (MG). Estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. Frade dominicano e escritor, foi coordenador da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), participou da fundação da CUT e da CMP. Prestou assessoria à Pastoral Operária do ABC (São Paulo), ao Instituto Cidadania (São Paulo) e às CEBs. Foi também consultor do MST. Em 2003 e 2004 atuou como Assessor Especial do Presidente da República e coordenador de Mobilização Social do Programa Fome Zero. Desde 2007 é membro do Conselho Consultivo da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. É sócio fundador do Programa Educação para Todos.

Encontro Intereclesial, “uma relatora afirma que é ‘preciso promover as estruturas da Igreja das CEBs até no Vaticano’, consciente de que se tratava aí de um novo e global projeto de Igreja, de que as CEBs são o eixo e pólo dinamizador” (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.416).

O modelo paroquial cederá aos poucos às mudanças estruturais dando lugar às redes de comunidades. Conforme anunciava o Plano de Pastoral de Conjunto de 1966 “a matriz será pouco a pouco uma comunidade” (PPC 58). Oliveira (1997a, p.137) aponta essa tendência associando à antiga matriz “a função facilitadora de serviços pastorais para o conjunto das CEBs, sem que essas funções a transformem num centro de decisões pastorais nem produzam hierarquia em suas relações com as demais”. A nova estrutura básica da Igreja em redes de comunidades substitui a matriz por um salão comunitário maior onde funcionam a secretaria e o atendimento às pessoas para questões orgânicas da Igreja. Não haveria a função do pároco, mas participariam presbíteros ou diáconos nomeados pelo bispo para compor a equipe de animação e coordenação das redes de comunidades em determinada região. Esta equipe respeitará a autonomia de cada comunidade e terá a função articuladora da rede²³⁶.

CONCLUSÃO

A eclesiologia das CEBs em Faustino Teixeira e nos materiais dos Intereclesiais sob a perspectiva de redes mostra a viabilidade da reestruturação da Igreja a partir do novo paradigma. A sociedade informacional impulsiona a rupturas de modelos estruturais sob formas autoritárias e verticais. Além das mudanças na sociedade, a Igreja aspira pela recepção viva e criativa do Concílio Vaticano II. Sugere a Eclesiologia Povo de Deus modelo de comunhão trinitária como horizonte da renovação eclesial. Contudo, as rupturas trazem reações quando esta toca estruturas de poder enrijecidas. As redes de comunidades redefinem a Igreja a partir do povo, tornando-a participativa e dinâmica.

Faustino trata das CEBs com enfoque no universo de participação dos leigos e dos pobres. A Igreja reorganiza-se a partir da base. Processo que responde à necessidade das redes e fortalece o movimento popular. A referir-se a sintonia entre a instituição eclesial e as redes de comunidades, concordamos, sob certo aspecto, mas apontamos os limites de tal aproximação. Nota-se a referência e o apoio da Igreja às CEBs e o reconhecimento da

²³⁶ OLIVEIRA, 1997a, p.137.

importância e da eclesialidade, porém, ao mesmo tempo, a prática parece contradizê-la à medida que avança o processo de restauração eclesial e recuo das opções teológicas do Concílio.

No material dos Intereclesiais, selecionamos três aspectos relevantes na perspectiva das redes. A própria organização do encontro, a imensa rede de comunidades, a eclesiologia subjacente nos encontros e, por fim, os compromissos das CEBs interligados na vida das comunidades em todo o Brasil.

A fim de reforçar os aspectos desenvolvidos nestas fontes de pesquisa, acentuamos dificuldades surgidas ao longo da pesquisa. Entre os pontos mais importantes destacam-se a eclesialidade, o problema do monolitismo pastoral e a problemática levantada por Leonardo Boff e Faustino Teixeira quanto à impossibilidade de estruturação da Igreja em redes de comunidades.

Encontrados os fundamentos e esclarecidas as dificuldades teológicas de tal modelo, cabe refletir sob as consequências para a vida da Igreja. O próximo capítulo visa a tratar da operacionalidade das redes na Igreja. A abordagem seguinte parte das intuições deixadas pela reflexão somadas a experiências resultantes de algumas práticas. Obviamente confrontadas com as teorias aqui desenvolvidas.

CAPÍTULO III

CONSEQUÊNCIAS PASTORAIS NA FORMAÇÃO DAS REDES DE COMUNIDADES

INTRODUÇÃO

A eficácia pastoral da Igreja depende, muitas vezes, de boas teorias. Percorremos o caminho de investigação teórica sobre as redes. Posteriormente, analisamos as possibilidades da eclesiologia de Faustino Teixeira e o material dos intereclesiais. Ambos oferecem elementos que permitem pensar as CEBs na linha das redes de comunidades. Propomo-nos, neste capítulo, a tirar as consequências pastorais de tal eclesiologia em vista da superação da estrutura paroquial pela forma de rede de comunidades. Não se trata de comparar modelos de Igreja, mas de oferecer algumas intuições pastorais viáveis a partir da compreensão das redes.

Duas perspectivas delineiam-se no capítulo. A primeira trabalha as redes nas relações mútuas entre as próprias comunidades. Na outra perspectiva, ampliam-se os níveis de relações. Propomos a concepção das comunidades em redes. Desdobram-se novas teias de relacionamentos. Atingem-se as dimensões inter, intra e extraeclesial. Estas estabelecem ligação com as Igrejas, as religiões e os movimentos sociais. Tal como o entendimento básico das demais redes, elas estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir metas comuns e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação. As relações constituídas entre as diversas comunidades, na Igreja e fora dela, caracterizam-se como não-hierárquicas e interdependentes²³⁷.

A primeira parte deste capítulo trata dos diversos níveis de relacionamentos característicos nas redes de comunidades. Envolve as relações interpessoais, interministerial e intercomunitária. Em seguida, trata das comunidades em redes com outras Igrejas, religiões e culturas. Por fim, a perspectiva dos diversos níveis de relacionamentos com grupos e organizações comprometidas com a transformação social em vista do bem comum e da sustentabilidade do planeta.

²³⁷ Confira o conceito na p.37-38.

1 IGREJA, POVO DE DEUS, “COMUNIDADE DE COMUNIDADES”

As conferências de Santo Domingo e Aparecida propõem à Igreja a renovação das paróquias. Desafia-lhes tornar-se “comunidade de comunidades”²³⁸. No capítulo anterior distinguimos CEBs e paróquia. Agora ampliamos a compreensão dessa afirmação. Supera-se a paróquia. A Igreja apresenta-se como a grande comunidade estruturada em redes de comunidades. A diocese, desse modo, reorganiza as estruturas próprias a partir da base, tornando-a “comunidade de comunidades”. O êxito das redes implica os relacionamentos interpessoais, os relacionamentos interministeriais e os relacionamentos intercomunitários. Incluem-se os relacionamentos entre os movimentos eclesiais e as pastorais. Conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, exigem-se flexibilização, integração e interdependência²³⁹.

a Redes de Comunidades: relação interpessoal

C. Boff (1983, p.474) destacava no V Intereclesial que “as CEBs educam o povo e transformam as relações interpessoais: fazem o povo ser amigo do povo”. A verdade desta afirmação não nega a existência de conflitos. Exige-se, porém, o cuidado maior dos relacionamentos interpessoais para o funcionamento das redes de comunidades. Destacam-se três aspectos: os relacionamentos na comunidade, com as lideranças e na relação homem e mulher.

Relações interpessoais na comunidade

As redes constituem-se de pessoas antes mesmo de tratar-se de instituições. Elas estabelecem vínculos, relacionamentos, acordos e definem metas comuns. Dr. Mário Rovere²⁴⁰ utiliza a psicologia social para tratar dos níveis de aprofundamento de uma rede.

²³⁸ Santo Domingo inicia o item sobre paróquia e a denomina “comunidade de comunidades e movimentos” (SD 58). Aparecida intitula a paróquia “comunidade de comunidades” e desenvolve do seguinte modo: “a renovação da paróquia no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DA 172).

²³⁹ Cf. p.39.

²⁴⁰ Mario Rovere é especialista em redes de saúde. Médico Sanitarista com residência em Saúde Internacional e coordenador do mestrado de Saúde Pública da Universidade de Buenos Aires.

Adota cinco níveis relacionados entre si: reconhecimento, conhecimento, colaboração, cooperação e associação²⁴¹. Fleury e Ouverney (2007, p.20) adotaram esse modelo na perspectiva da gestão pública em redes, associada às políticas públicas de saúde. Os níveis de relacionamento segundo Rovere podem funcionar também nas CEBs.

O *Reconhecimento* representa a aceitação do outro. Quando se massifica a comunidade, desaparece a identidade das pessoas; elas tornam-se anônimas, caem no isolamento e perdem a motivação de continuar. Quanto maior a comunidade, maior se torna o risco de negação da alteridade. Na CEB, chamam-se os membros pelo nome e estes saem do anonimato; revelam-se as diferenças e o outro participa da vida de cada indivíduo nas múltiplas relações estabelecidas na comunidade.

O segundo nível trata do *Conhecimento*. Reconhecido o outro, surge o interesse pela pessoa. Descobre-se-lhe a vida, o modo de pensar e agir. O universo dos relacionamentos ocupa lugar na vida de cada membro da comunidade.

Há o nível da *Colaboração*. Na comunidade se estabelecem relações de reciprocidade. À medida que se aprofunda o interesse pelo indivíduo, amplia-se espontaneamente a troca de ajudas e vínculos.

Ao nível da *Colaboração* sucede o nível da *Cooperação*. Colaborar e cooperar parecem sinônimos, mas não etimologicamente. O primeiro termo significa *operar junto* e o outro *trabalhar com*. Enquanto a ajuda mútua na colaboração faz-se espontaneamente, na cooperação ocorre sistematicamente. Diante dos desafios e problemas, os membros da comunidade distribuem tarefas e cooperam para a edificação do conjunto. Trata-se do envolvimento coletivo para o cumprimento das metas comuns.

O último nível refere-se à *Associação*. Supõe confiança. Associar-se na comunidade compreende a partilha de recursos. Aprofunda-se o relacionamento. Compartilham-se objetivos e projetos.

Na perspectiva do Evangelho de João, o amor representa o mandamento maior. Aquele que ama a Deus, também o faz em relação ao outro (Jo 15,12). O próprio Jesus estabelece tal relacionamento na comunidade. Ele envia seus discípulos na missão de propagar o amor entre os semelhantes. As relações na comunidade devem pautar-se nesse mandamento, central no anúncio do Evangelho.

²⁴¹ ROVERE, 1999. p.25-44.

Relações dos animadores com a comunidade

Os relacionamentos interpessoais constituem-se como basilares na formação das redes. Diante das diferenças pessoais, disputas internas e pluralidade de opiniões, há o risco de divisão e o aparecimento de práticas autoritárias na afirmação de proposições. O despotismo eclesiástico, embora seja objeto de rejeição na comunidade, pode, às vezes, contagiar lideranças leigas. O protagonismo dos leigos reduzir-se-ia a clericalização. Os animadores cumprem a tarefa de reunir as diferenças, superar divergências e promover o consenso no grupo. Função ocupada seja através dos leigos, religiosos, diáconos ou mesmo dos presbíteros. O caminho tornar-se-á lento, mas eficaz na edificação da comunidade.

O relatório do I Encontro Intereclesial das CEBs apresentou como desafio o desnível entre a fé da assessoria, secularizada, e a dos membros da comunidade, tradicional²⁴². C. Boff (1983, p.475) relata no V Encontro Intereclesial a mudança ocorrida. A partir desse encontro, os pobres falam. Falam diante de padres e bispos, estes os escutam. Quando se trata dos jornalistas, apenas recolhem depoimentos de bispos e assessores. Revela-se novamente a distância entre assessores e comunidade. Ocorre, muitas vezes, a tendência ao estrelismo. Prejudica-se a comunidade quando a assessoria ofusca o papel das lideranças. Nas comunidades, a assessoria cumpre o papel inverso: suscita animadores, fortalece a autonomia da comunidade e proporciona a troca de conhecimento.

C. Ribeiro (1992, p.850), no VIII Intereclesial, considera positivamente as CEBs por considerá-las “comunidade de iguais, espaço horizontal de participação e partilha”. Tal característica permeia toda a construção das redes desde os relacionamentos entre os membros à tarefa dos animadores, até a função da assessoria. Jesus, nos sinóticos, advertia “sabeis que os que parecem chefiar as nações as dominam, e os seus grandes fazem valer sua autoridade. Entre vós não é assim, mas o que quiser ser o maior entre vós será o vosso servidor, e o que quiser ser o primeiro entre vós será o servo de todos” (Cf. Mc 10, 41-45; Mt 20, 24-28 e Lc 18,34).

²⁴² SEDOC, 1975, p.119.

Relações de gênero na comunidade

As CEBs crescem e multiplicam-se graças à força e à participação das mulheres. Elas atuam nas coordenações, assumem diferentes serviços e ministérios, dinamizam a comunidade, têm o poder da palavra e exercem protagonismo nas CEBs. No entanto, constata-se o machismo e a desigualdade entre homens e mulheres na Igreja. Apesar de constituírem maioria nas comunidades, no VI Encontro Intereclesial em 1986, elas representavam apenas 38,8% das delegadas²⁴³. Tornam-se maioria somente a partir do IX Encontro Intereclesial em 2007. O desnível ainda se manifesta entre os assessores²⁴⁴. As mulheres reivindicam relações igualitárias e respeito na sua atuação.²⁴⁵

As relações de gênero tornam-se exigência cristã para o testemunho de comunhão na comunidade. Deus criou mulher e homem, sua imagem e semelhança (Gn 1,27). Assim o fez desde a criação do mundo. Há que se valorizar relações igualitárias em profunda harmonia entre masculino e feminino. Jesus conviveu com as mulheres do seu tempo e as tratou sem discriminação. Ele as convidou a segui-lo. Amou-as com ternura e carinho²⁴⁶. Paulo, na carta aos gálatas, afirma que “não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos vós sois um só, em Cristo Jesus” (Gl 3,28). Inclui-se nas relações interpessoais o cuidado na dimensão de gênero. Amplia-se a necessidade de atenção na família, na comunidade e na sociedade.

O primeiro desafio para as mulheres encontra-se dentro de casa. O machismo dilui a família. Muitas encontram dificuldade até para sair à Igreja. Outras experimentam a violência doméstica. Algumas introjetam o machismo em si e reproduzem as mesmas práticas. A CEB

²⁴³ CAVALCANTI, 1987, p.803.

²⁴⁴ RIBEIRO, L., 1997, p.860.

²⁴⁵ SEDOC, 2005, p.104.

²⁴⁶ Jesus ergue a sogra de Pedro, segura sua mão e a febre a deixa (Mc 1,29-31; Mt 8,14-15; Lc 4,38-39). Jesus, ao chegar na cidade de Naim, encontra a pobre viúva chorando a morte de seu filho. Consola-a e dá a vida de volta ao filho para entregá-lo a sua mãe (Lc 7,11-17). Jesus convida Maria Madalena, Joana e Susana para segui-lo (Lc 8,1-3). Jesus visita Marta e Maria. Expressa carinho e amizade às amigas (Lc 10,38-42). Jesus, em dia de sábado, estava numa sinagoga. Viu uma mulher há dezoito anos portadora de deficiência. Dá-lhe a cura desobedecendo as leis vigentes a fim de salvá-la (Lc 13,10-17). Jesus conta a parábola entre o juiz e a viúva. Mostra a força das mulheres pobres na luta pela justiça (Lc 18-18). As mulheres acompanham Jesus até a hora da sua morte sem acovardar-se. As mesmas que se tornaram discípulas de Jesus (Mc 15,40-41, Mt 27,55-56, Lc 23,49 e Jo 19,25-30). As primeiras a encontrar o ressuscitado (Mc 16,8, Mt 28,9-10, Lc 24,12 e Jo 20, 11-18). Jesus, nas Bodas de Cana, atende o pedido de sua mãe (Jo 2,1-12). Jesus supera os preconceitos e conversa por longo tempo com a Samaritana (Jo 4,1-26). Jesus defende mulher de apedrejamento e com seu gesto condena o machismo e a hipocrisia social (Jo 8,1-11). No episódio da morte de Lázaro, Marta faz a mesma profissão de fé que Pedro quando Jesus lhe confiou a autoridade na Igreja (Jo 11,27 e Mt 16,16). Jesus, ao ver o choro de Maria diante da morte de Lázaro, comoveu-se e chorou (Jo 11,28-36).

torna-se lugar de libertação da mulher. A realidade muda. Cabe aos homens e mulheres inverter a lógica patriarcal na família e estabelecer novos padrões de relacionamentos²⁴⁷.

Nos encontros, cresce a participação das mulheres na coordenação e na assessoria. A linguagem, as expressões, aos poucos, revelam o rosto feminino a cada dia mais presente. Ainda assim, não se superaram as desigualdades. O peso da instituição eclesial, constituída apenas de homens celibatários nos ministérios ordenados, limita a participação das mulheres. Tal realidade reflete-se prejudicialmente na vida das comunidades. Aquelas tornam-se, muitas vezes, executoras de serviços decididos pelos homens²⁴⁸.

Na sociedade as mulheres conquistam mais espaço. Elas ocupam o mercado de trabalho, muitas com melhor qualificação profissional, dirigem sindicatos, participam da vida pública do país na ocupação de cargos públicos, presidem associações e atuam ativamente nos movimentos populares. Contudo, muitas conquistas ainda precisam ser alcançadas²⁴⁹. As CEBs despertam na Igreja a consciência crítica no processo de emancipação das mulheres na sociedade²⁵⁰.

b Redes de Comunidades: relação interministerial

As redes de comunidades, formadas pelo conjunto de nós interligados, encontram nos ministérios o modo pelo qual garantem o funcionamento das redes. Quanto maior o entrosamento entre os ministérios, maior a eficácia do sistema. Desse modo, valorizam-se todos os carismas e serviços a fim de favorecer à Igreja as condições de torná-la toda ministerial. Classificam-se na tipologia dos ministérios aqueles assumidos pelos leigos e os ministérios ordenados. Os leigos participam ativamente da comunidade mediante os diferentes serviços. Os presbíteros e bispos cumprem tarefa primordial ao incentivar a participação dos leigos nestes ministérios, animando-os e promovendo a unidade na diversidade dos carismas.

²⁴⁷ CAVALCANTI, 1987, p.807; LIBANIO, 1992, p.794

²⁴⁸ ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.470; TEIXEIRA, 1996, p.183; 196; LIBANIO, 1992, p.794; MESTERS, 1997, p.829.

²⁴⁹ Cf. pg 43.

²⁵⁰ BOFF, C., 1983, p.476-477.

Diversidade de ministérios na comunidade

No segundo capítulo, tratamos das tipologias dos ministérios segundo os bispos do Brasil e outra adotada por Faustino Teixeira²⁵¹. C. Boff (1999, p.112-113) reorganiza a tipologia dos ministérios, classificando-os em ligados à Palavra, à celebração, à caridade e à unidade. Abarcam o conjunto dos serviços realizados na Igreja. No modelo proposto em vista da Igreja organizada em redes de comunidades, tal tipologia adquire clareza teológica sem prejuízo da natureza própria de cada ministério.

Serviços ligados à Palavra: incluem-se os ministros da Palavra, catequistas, animadores de círculos bíblicos, assessores de escolas bíblicas, educadores populares, pregadores, preparadores dos sacramentos do batismo e matrimônio, assessores, teólogos e missionários.

Serviços ligados à celebração: atuam os ministros extraordinários da Eucaristia, ministros do batismo, ministros das exéquias, testemunhas qualificadas do matrimônio, comentadores, animadores do canto, dançarinos litúrgicos, leitores, acólitos, recepcionistas, rezadores de terço e novenas e rezadores dos ofícios.

Serviços ligados à caridade: exercem-nos aqueles engajados nas pastorais sociais, visitantes dos enfermos, voluntários de trabalhos referentes à assistência social, militantes políticos, agentes da pastoral do dízimo, animadores das Campanhas da Fraternidade e organizadores do Grito dos Excluídos.

Serviços ligados à unidade: correspondem ao ministério da coordenação. Envolvem coordenadores de comunidades, membros de conselhos pastorais (comunitários ou diocesano), coordenadores de pastorais e ministros ordenados²⁵² (diáconos, presbíteros e bispos).

²⁵¹ Cf. p.58 notas 151-152.

²⁵² Os ministros ordenados assumem como carisma próprio o serviço da comunhão e da unidade. O documento da CNBB sobre os ministérios (n.62) afirma que “o ministério ordenado, numa eclesiologia de totalidade e numa Igreja toda ministerial, não detém o monopólio da ministerialidade da Igreja. Não é, pode-se dizer, a ‘síntese dos ministérios’ mas o ‘ministério da síntese’. Seu carisma específico é o da presidência da comunidade e, portanto, da animação, coordenação” (n. 87). Cf. CNBB, 2004.

Ministério dos presbíteros na comunidade

A relação dos presbíteros com os leigos, na perspectiva das redes de comunidades, responde ao que definiu o concílio Vaticano II: “regenerados com todos na fonte do batismo, os presbíteros são irmãos entre os irmãos, membros dum só e mesmo Corpo de Cristo cuja edificação a todos pertence” (PO 9)²⁵³. E, ainda:

Devem os presbíteros estar à frente, de tal modo que não procurando os próprios interesses mas os de Jesus Cristo, trabalhem na obra comum com os leigos e vivam no meio deles segundo o exemplo do Mestre, que ‘veio’ para o meio dos homens, “não para ser servido, mas para servir e dar a vida pela redenção de muitos” (Mt 20,28)²⁵⁴.

Competem aos presbíteros na comunidade o serviço da unidade na caridade, promover a dignidade dos leigos na missão da Igreja e incentivar os inúmeros carismas e serviços dos leigos. Recupera-se a experiência primitiva e atualiza-se a compreensão do ministério dos presbíteros diante dos novos desafios. Trata-se da superação da mentalidade da missão do padre associada à função de *pároco*. Esta constitui-se como empecilho para a renovação ministerial da Igreja, barreira no exercício de todas as potencialidades do carisma dos presbíteros e limite para a manifestação da multiplicidade de dons presentes na comunidade.

Serviço da unidade na caridade: o presbítero cumpre o mandato do Senhor que diz “amem uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12). Jesus, como mestre e senhor, exerceu na prática esse ensinamento. Como seguidores de Jesus, os presbíteros exercem o ministério da unidade na prática do amor, no ensinamento da verdade e na defesa do bem comum. Devem zelar pela tradição cristã, pela comunhão com o bispo e congregarem as diferentes mentalidades na vivência da mesma fé em Cristo através do amor fraterno.

Promover a dignidade e participação dos leigos na missão da Igreja: há equívocos no modo de interpretar a participação dos leigos na Igreja. Alguns presbíteros tendem a exigir deles o cumprimento de responsabilidades segundo seus interesses, tornando os leigos meros executores de tarefas. Mutilam o protagonismo e neutralizam a vida da comunidade. Promover a dignidade e participação dos fiéis exige capacidade de escuta, considerar seus desejos, valorizar a competência de cada pessoa e, juntamente com eles, reconhecer os sinais do Reino presentes na história humana.

²⁵³ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, 2001, p.511.

²⁵⁴ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, 2001, p.511 (PO 9).

Incentivar os inúmeros carismas e serviços dos leigos na Igreja: daquela escuta atenta aos clamores e necessidades da comunidade, o presbítero deve estimular as inúmeras iniciativas vindas dos leigos. Designa com confiança diversos serviços e favorece espaço e liberdade de ação. Por meio de múltiplos instrumentos (formação, retiros, recursos pedagógicos e técnicos), o presbítero fornece condições de dinamizar a comunidade através das diversas experiências surgidas a partir dos leigos.

Relacionamento das CEBs com os bispos

As CEBs reconhecem e valorizam os bispos. Veem neles seus pastores. Esperam maior presença e acompanhamento. A consciência dos leigos e presbíteros quanto à importância e significado do ministério episcopal torna-os mais exigentes. Esperam receber apoio e confiança²⁵⁵. Registra-se no IV Encontro Intereclesial das CEBs o depoimento de uma mulher da diocese de Goiás. Na sua simplicidade chamava o bispo de “meu companheiro”. Oliveira (1983, p.312) sintetiza o gesto ao expressar que “as CEBs querem que os bispos as ajudem a caminhar, mas não temem criticar aqueles que se comportam como se fossem donos da diocese”.

Asi²⁵⁶ (1995, p.41), ao tratar do conselho evangélico da obediência, alude à vontade de Deus. Tal obediência pode representar muitas vezes desobedecer as autoridades civis e eclesiais. Em relação aos bispos, espera-se deles maior radicalidade evangélica em sua vida a fim de dar maior autoridade a sua palavra e credibilidade aos seus ensinamentos. Conforme relata Oliveira (1983, p.312), nos depoimentos do V Intereclesial: “ser eclesial não é só dizer *amém* para o bispo, mas estar de acordo com o Evangelho”.

A relação da CNBB com as CEBs intensifica-se a cada dia. Superam-se desentendimentos e os bispos percebem a importância de tal experiência para a vida da Igreja. A busca recíproca dos animadores das comunidades em caminhar com os bispos manifesta-se constante. A partir do V Intereclesial das CEBs, os encontros organizam os critérios de

²⁵⁵ BOFF, C., 1983, p.473.

²⁵⁶ Emmanuel Asi é padre diocesano no Paquistão e diretor do Santuário Mariano Nacional em Mariamabad. Foi professor de Sagrada Escritura e reitor do Seminário Teológico Nacional no Paquistão. Fundou o Maktaba-e-Anaveem do Paquistão (Fórum popular para Teologias Contextualizadas) e escreveu vários livros em urdu, a língua nacional do Paquistão. Desde 1981, pertence à Fraternidade Sacerdotal Jesus Caritas e tem auxiliado padres diocesanos em sua busca de uma espiritualidade própria.

participação segundo os regionais da CNBB²⁵⁷. Após alguns desencontros no VIII Intereclesial, criou-se a comissão de diálogo entre CNBB e ampliada nacional, o que resultou em maior vivência da comunhão²⁵⁸. Recentemente, na 48ª Assembléia dos bispos²⁵⁹, estes aprovaram mensagem dirigida a todas as CEBs no Brasil, expressão de apoio e incentivo à caminhada das comunidades²⁶⁰.

C. Boff (1983, p.473) trata da tendência de “CNBBIZAR as CEBs e CEBIZAR a CNBB”. Tal afirmação adverte quanto à tendência de institucionalizar as CEBs. Representaria, portanto, a sua descaracterização. Oliveira (1983, p.313) destaca que “as CEBs não são um movimento de leigos, mas parte da própria estrutura da Igreja em sua forma renovada”. Se os bispos apoiassem as CEBs no movimento de institucionalizá-la, isso poderia conduzi-las ao precipício²⁶¹.

c Redes de comunidades: relação intercomunitária

O modo ministerial de entender a Igreja proposto pelo Concílio Vaticano II e inaugurado pelas CEBs desafia a Igreja a renovar suas estruturas. A diocese torna-se imensa rede de comunidades e desafia as próprias comunidades a criarem redes com os movimentos eclesiais e dinamizarem diversas experiências comunitárias, além do aspecto da territorialidade na perspectiva de atender os desafios do mundo urbano.

As redes de comunidades na diocese

A instituição paroquial chegou ao seu limite. Ela não corresponde às exigências atuais da evangelização. Torna-se empecilho para a vivência da comunhão eclesial e para a renovação da Igreja. As mudanças do código do direito canônico promulgado em 1983 parecem insuficientes para superar os limites de tal modelo. Pastor²⁶²(1977, p.21-43) apresenta duas dificuldades. A primeira corresponde às mudanças culturais da sociedade. A

²⁵⁷ TEIXEIRA, 1999, p.56.

²⁵⁸ Este tema foi tratado no II Capítulo no item preocupações dos bispos nos encontros intereclesiais. Cf. p. 80-82.

²⁵⁹ A 48ª Assembléia Nacional da CNBB aconteceu em Brasília entre os dias 4 a 13 de maio de 2010.

²⁶⁰ Cf. Doc. 92 CNBB: Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base.

²⁶¹ Esta tendência manifesta-se em expressões como equiparação das CEBs com os movimentos eclesiais, institucionalização das CEBs nos regionais, ou a mudança do nome das CEBs na busca de afirmá-la como parte integrante das paróquias.

²⁶² Felix Alexandre Pastor é doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela Universidade Gregoriana de Roma.

industrialização e as mudanças tecnológicas levaram ao deslocamento das pessoas do campo para a cidade. A paróquia, desde a sua origem, caracteriza-se pela territorialidade, própria do ambiente rural. A urbanidade, numa sociedade em redes, não se prende a limites territoriais. De outro modo, a ausência do dinamismo comunitário massifica as pessoas e limita a participação do povo²⁶³.

A diocese, ao adotar tal instituição, tende a tornar a Igreja particular uma grande “federação” de paróquias. Retarda a dimensão ministerial da Igreja e sacrifica a comunhão eclesial. Borges²⁶⁴ (2006, p.25-34) atenta para a função do pároco na comunidade. Procura explicitar o significado da expressão contida no código do direito canônico, ao identificar o pároco como “pastor próprio da comunidade” (Cânon 519)²⁶⁵. Este conceito gera ambiguidades, dificulta a comunhão com o bispo e limita o verdadeiro sentido da colaboração dos leigos no apostolado²⁶⁶.

Cabe aos bispos decidir reorganizar a diocese em redes de comunidades, procurando suprimir o modelo de paróquia²⁶⁷, ampliando as estruturas de participação e dinamizando a vida da Igreja particular. Para isso, exige-se maior presença junto às comunidades para reformar as diretrizes da formação presbiteral e valorizar o acompanhamento aos presbíteros, diáconos, religiosos e leigos nas comunidades através de meios adequados que respondam aos atuais desafios da missão. As redes de comunidades funcionariam através de estruturas colegiadas por meio de conselhos e estruturação de centros de pastoral.

No processo de renovação eclesial, exigem-se a reestruturação dos conselhos diocesanos e a mudança do seu papel. Atualmente nota-se o forte peso dado aos conselhos presbiterais, colégios de consultores e reuniões de vigários episcopais nas decisões pastorais. Numa Igreja ministerial organizada em redes, muda-se a finalidade destes conselhos. Os primeiros cuidariam da vida e do ministério dos presbíteros. Teria como única atribuição favorecer a pastoral presbiteral a fim de promover aquela fraternidade proposta no Concílio e o zelo para com o ministério. Do mesmo modo, os demais conselhos continuam a cumprir a

²⁶³ Sobre ofícios eclesiásticos assumidos pelos leigos. Cf. GOMES, 2006, p.11-24; Sobre o governo da paróquia. Cf. SILVA, 2008, p.111-144.

²⁶⁴ Sérgio de Deus Borges é mestre em direito canônico. Diretor do bacharelado em teologia na PUC – PR, Campus Londrina e vigário judicial adjunto do tribunal eclesiástico interdiocesano e de apelo de Londrina.

²⁶⁵ Cf. JOÃO PAULO II, 2004. p.156.

²⁶⁶ Apesar de o artigo explicitar o governo da paróquia pelo pároco sob a autoridade do bispo com a cooperação de vigários e diáconos e a colaboração dos leigos, na prática nem sempre isso ocorre. O poder conferido ao pároco e a existência da instituição paroquial dificulta a pastoral de conjunto. Multiplicam-se as ações isoladas, gera-se fragmentação da ação pastoral da Igreja diocesana e impede-se a participação ativa dos leigos nas decisões da Igreja local.

²⁶⁷ OLIVEIRA, 1997, p.136.

missão própria conforme estabelece o direito canônico²⁶⁸, mas não corresponderia à decisão sobre aspectos pastorais. Esta seria exclusivamente do conselho de pastoral, composto pela presença de leigos, religiosos, presbíteros, diáconos e bispos (quando houver auxiliares)²⁶⁹.

A supressão das paróquias leva à diversificação dos ministérios na diocese a fim de atender as diferentes necessidades pastorais e institucionais. As atuais residências paroquiais seriam substituídas por casas maiores onde abrigariam vários presbíteros. Atenderiam diversas comunidades dirigidas pelos leigos e outros serviços pastorais. Atuariam diretamente com jovens, famílias, escolas, empresas, fábricas, população de rua, marginalizados, sem terra, condomínios, universidades e outras realidades. O trabalho seria realizado em conjunto com religiosos, diáconos e agentes de pastoral qualificados. A administração dos centros de pastoral, onde funcionaria o núcleo articulador das redes de comunidades, necessariamente não seria dirigida por presbíteros, mas por pessoas preparadas para a função.

As redes de comunidades na relação com os movimentos eclesiais

As redes crescem por expansão. Caracterizam-se pela pluralidade de atores e sua dinâmica relacional estimula a cooperação. A integração nas redes se dá pelo conjunto de metas e objetivos que lhes sejam comuns. Na relação das redes de comunidades com os movimentos eclesiais ocorrem dois fenômenos. O primeiro trata da pertença à comunidade eclesial. Os movimentos inserem-se na vida das comunidades a partir dos diferentes núcleos ligados entre si. Dão dinamismo à vida das comunidades e, ao mesmo tempo, geram tensões. Dinamismo pela multiplicidade de experiências religiosas e tensão na medida em que os interesses internos entram em conflito. O segundo fenômeno trata da natureza dos movimentos eclesiais²⁷⁰. Constituem-se de organizações supradiocesanas de caráter internacional ou nacional. Possuem particularidades próprias da sua origem cultural. Zelam por autonomia. Cumprem com rigidez seus estatutos e prezam pela ortodoxia católica como garantia da pertença à Igreja. Cabe às dioceses definirem critérios que garantam a unidade da ação pastoral e colaborem para preservar a comunhão eclesial.

Na expansão das redes de comunidades, levam-se em conta o reconhecimento da autonomia dos movimentos eclesiais, o diálogo e a garantia da primazia da Igreja local. O

²⁶⁸ Sobre o colégio de consultores, cf. Cânon 502. Sobre Vigários episcopais, cf. Cânon 476.

²⁶⁹ Cânones 511-514.

²⁷⁰ LIBANIO, 2007. p.193-241.

monolitismo pastoral, analisado no segundo capítulo como prejudicial ao funcionamento das redes²⁷¹, encontra nos movimentos eclesiais a possibilidade da diversificação das experiências eclesiais no interior da comunidade.

O reconhecimento da autonomia dos movimentos eclesiais traduz-se na capacidade de as CEBs aceitarem as diferenças e incorporarem no seio da comunidade elementos que a enriqueçam. Significa estabelecer relações de proximidade com tais movimentos na perspectiva de garantir integração e, ao mesmo tempo, respeito às distinções de cada grupo. Desse modo, entrelaçam-se os nós entre as redes de comunidades e os movimentos eclesiais. Realizam-se objetivos comuns e fortalece-se a comunhão eclesial entre todos os fiéis.

O modo para atingir tal meta se dá no diálogo. Sugere-se a realização de seminários de aprofundamento sobre a relação das CEBs com os movimentos eclesiais. A regularidade nos encontros e o aprofundamento de temas comuns consolidam os relacionamentos. Alguns sinais indicam o interesse de aproximação. Destacam-se dois acontecimentos referentes à relação entre CEBs e Renovação Carismática Católica (RCC). O IX Intereclesial, ao tratar do tema CEBs e as massas, reconheceu a importância do diálogo com as Igrejas pentecostais e a renovação carismática católica²⁷². Outro fato ocorreu em 2009 na realização do XII Intereclesial. A direção nacional da RCC, reunida em São Paulo, entre os dias 7 a 11 de julho de 2009, para o XXVIII Congresso Nacional, enviou uma mensagem de apoio aos participantes do XII Intereclesial, aplaudida com entusiasmo pelos delegados²⁷³. Esse fato revela sinais de mudança e maturidade no reconhecimento das diferenças e na busca da comunhão.

O reconhecimento da autonomia dos movimentos não significa diminuir ou relativizar a importância da Igreja local. Por se tratar de estruturas supradiocesanas, amplia-se o risco de eles caminharem isolados. Caminham muitas vezes como organizações paralelas e ferem a comunhão eclesial. Às vezes, dão a impressão de afirmarem-se como única possibilidade de ser Igreja. Desse modo, impõem à Igreja particular adequar-se as suas exigências. Esvaziam a dimensão de eclesialidade e perdem a consciência da distinção entre Igreja particular e Igreja

²⁷¹ Cf. p.83-86.

²⁷² Na carta final do encontro orienta que “precisamos vencer certos preconceitos em relação aos membros das Igrejas pentecostais e, dentro da Igreja Católica, em relação à Renovação Carismática”. (SEDOC, 1997, p.238). Cf. RIBEIRO; RAMALHO, 1997, p.877.

²⁷³ A carta do Conselho Nacional da RCC foi enviada no início do mês de julho ao Arcebispo de Porto Velho a todos os participantes do XII Intereclesial das CEBs. Confira no sítio: ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS. *RCC - Renovação Carismática Católica e CEB's - Comunidades Eclesiais de Base*. 2009. Disponível em.: <http://www.capuchinhosrj.org.br/DetailarNoticiaForm.aspx?Id=35>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

universal. Entendem que a legitimidade eclesial depende apenas da aprovação canônica da Santa Sé e pouco valorizam a caminhada da Igreja local.

As redes de comunidades nos desafios da pastoral urbana

As CEBs caracterizam-se pela capacidade de adaptarem-se a novas realidades. Atentas aos sinais dos tempos, caminham sempre em movimento contínuo em busca de responder aos novos desafios. Entre as principais mudanças na sociedade, encontra-se o fenômeno das migrações. Na busca de melhores condições de vida, os pobres saem do campo e vão para a cidade, muitas vezes em terras longínquas. A cultura urbana torna-se hegemônica, o que impulsiona a Igreja a repensar os meios de evangelização²⁷⁴. As CEBs assumem novas perspectivas. A territorialidade, a violência urbana, a relação da classe média com a periferia, a educação e o protagonismo juvenil estão entre os desafios permanentes da CEBs no contexto urbano.

Comunidades de base e o desafio da territorialidade: Além das comunidades formadas pela proximidade e vizinhança residencial, formam-se outras comunidades. Estas podem constituir-se por afinidades de relacionamentos, relações de trabalho, a partir de comunidades virtuais, atividades sociais ou grupos de interesses. Podem ainda constituírem-se por grupos minoritários, setores de excluídos ou a partir de organizações sindicais e partidos políticos. Na formação das redes de comunidades, cabe atentar para a diversidade de experiências comunitárias surgidas no mundo urbano, além daquelas tradicionalmente marcadas pela territorialidade.

Comunidades de base e os desafios da violência urbana: entre as diversas situações de violência no mundo urbano, encontram-se as vítimas de homicídios, roubos, sequestros, estupros, violência doméstica, pedofilia, grupos de extermínios, tráfico de drogas, tráfico humano e outros. Ao redor destas situações, existem iniciativas de combate à violência. Organizam-se comunidades terapêuticas, casas de recuperação, grupos de mulheres, comitês relacionados às diferentes situações e grupos de direitos humanos. Somam-se inúmeras atividades como caminhadas pela paz, luta pelo desarmamento e manifestações populares pela agilidade da justiça e defesa dos direitos humanos. As redes de comunidades podem integrar-se aos diferentes grupos ao redor destas experiências.

²⁷⁴ A respeito dos desafios no mundo urbano. Cf. COMBLIN, 1991. p.224-225; COMBLIN, 2002; SUNG, 2006. p.21-32; LIBANIO, 2001.

Comunidades de base e a relação da classe média com as periferias: as CEBs, por surgirem nos bairros populares, periferias e ambientes rurais não excluem a formação de comunidades de base em áreas habitadas pela classe média. Ao contrário, a solidão dos condomínios, a tendência ao isolamento dos bairros nobres tornam-nos ambientes propícios à busca de vida comunitária. Espera-se fidelidade dos participantes quanto às características específicas das CEBs, tais como centralidade na escuta da palavra de Deus, encontros periódicos para celebração, opção pelos pobres, solidariedade com a luta dos excluídos na busca da transformação social e perspectiva missionária junto às periferias.

Comunidades de base e os desafios da educação: na origem das CEBs teve papel importante o Movimento de Educação de Base (MEB)²⁷⁵. Muitas comunidades desenvolvem educação popular para jovens e adultos. O método de educação Paulo Freire colabora em todo o processo de conscientização das bases nas comunidades. Diversas escolas de fé e política surgem a partir da necessidade das comunidades. As CEBs possuem o carisma da educação. As redes de comunidades ampliariam os relacionamentos com os diversos grupos e movimentos comprometidos com a educação popular. Constituiriam, no futuro, redes de comunidades integradas a *comunidades educadoras de base*.

Comunidades de base e o protagonismo juvenil: no mesmo período de surgimento das CEBs, após o término da Ação Católica (AC), nascem as pastorais da juventude²⁷⁶. Distinguem-se dos movimentos juvenis, pois acentuam o protagonismo juvenil e se congregam na perspectiva renovadora do Concílio Vaticano II. Assemelham-se às CEBs, pois comungam das mesmas preocupações e empenham-se na construção de uma nova sociedade. A presença da juventude nos Encontros Intereclesiais aumenta. Registra-se no XI Intereclesial o acampamento da juventude. Valiosa participação dos jovens avaliada positivamente no encontro. Nos relatórios de avaliação do XII Intereclesial, aparece diversas vezes a proposta de a juventude tornar-se tema do próximo intereclesial. A constituição das redes de comunidades com as pastorais da juventude apresenta-se como necessária e prioritária. Pretende-se reconhecer na Igreja o protagonismo juvenil.

²⁷⁵ Cf. TEIXEIRA, 1988b, p.97-111.

²⁷⁶ Pastorais da juventude no plural relacionam-se ao conjunto das pastorais específicas existentes na Pastoral da Juventude do Brasil: PJ (Pastoral da Juventude), ligada aos grupos de base das comunidades; PJE (Pastoral da Juventude Estudantil), ligadas às pastorais da juventude das escolas; PJR (Pastoral da Juventude Rural), ligadas aos grupos de jovens do meio rural; e, PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), ligados às lutas populares.

2 CEBs EM REDES COM AS IGREJAS, RELIGIÕES E CULTURAS

O Concílio Vaticano II teve como um dos principais objetivos a restauração da unidade entre os cristãos²⁷⁷. Passados muitos séculos de intolerância e divisão, a Igreja católica inicia novo tempo de reconciliação e diálogo. As CEBs, nutridas por tal ideal, ampliam a rede de relações para além do universo católico. Na prática, envolvem-se em diversas atividades em cooperação com outras Igrejas e religiões. Tratam os fiéis das demais confissões com igualdade e sem ufanismo conversionista. O diálogo amplia-se para além do universo do cristianismo, alcança a dimensão inter-religiosa e intercultural. Alguns chamam de *macro-ecumenismo*²⁷⁸.

a Comunidades em Redes com as Igrejas cristãs

O ecumenismo praticado nas CEBs ocorre diretamente na ação²⁷⁹. Caracteriza-se pelo trabalho de base. Em alguns ambientes, avança-se mais que em outros. A dificuldade maior ocorre no diálogo com as Igrejas pentecostais ou grupos fundamentalistas. Os organismos ecumênicos representam o principal modo de aproximação das Igrejas cristãs. Estabelecem redes de relacionamentos com diferentes comunidades. Auxiliam na formação, fortalecem projetos e trocam experiências. Além das entidades, as CEBs, segundo cada realidade e circunstância, tecem relações diretamente com diferentes Igrejas cristãs e, em alguns lugares, aproximam-se de Igrejas pentecostais.

CEBs em Redes com os organismos ecumênicos

A constituição de redes com organismos ecumênicos estabelece relações em três campos específicos: projetos, formação e ação ecumênica. Procuramos enumerar alguns organismos mais representativos. Há outros. Contudo, optamos por aqueles presentes no cotidiano das comunidades.

²⁷⁷ Unitatis Redintegratio (UR), 1. Cf. CONCÍLIO VATICANO II, 2001, p.215-216.

²⁷⁸ Cf. p.76 nota 199.

²⁷⁹ A expressão “ecumenismo na base” foi utilizada inicialmente por Jether Ramalho. Cf. RAMALHO, 1976, 842-845.

Projetos: no período da ditadura militar no Brasil, várias Igrejas cristãs se unem para organizar ajuda humanitária ao Norte-Nordeste brasileiro com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas. Nasce em 13 de junho de 1973, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)²⁸⁰. Tem como objetivo “fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça”²⁸¹. A CESE oferece apoio financeiro a projetos de cidadania com ação prioritária para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro.

Formação: enumeram-se como principais entidades de cooperação ecumênica com programas de formação nas comunidades o CEBI²⁸², a rede CELEBRA²⁸³, o Curso Ecumênico de Formação Litúrgico-Musical (CELMU)²⁸⁴ e o Centro Ecumênico de Serviço a Evangelização e Educação Popular (CESEP)²⁸⁵.

²⁸⁰ Compõem a CESE a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Presbiteriana Independente do Brasil, Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Igreja Católica Apostólica Romana.

²⁸¹ CESE. *Missão e princípio*. Salvador. 2010. Disponível em: <<http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=missao>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

²⁸² Fundado em 20 de julho de 1979, constitui-se como organismo ecumênico e visa aprofundar o estudo bíblico através da leitura popular da Bíblia. Promove escolas bíblicas nas periferias urbanas e comunidades rurais e espalha-se em redes por todo o Brasil. Além da visão geral da Bíblia e a formação de escolas bíblicas oferece curso extensivo de formação de biblistas, curso de bíblia por correspondência e curso de especialização em assessoria bíblica. Cf. CEBI. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/institucional-objetivos.php>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

²⁸³ A rede CELEBRA não se caracteriza como organismo ecumênico, mas age em perspectiva do diálogo com as diversas tradições cristãs. Dois eventos marcaram o surgimento da rede CELEBRA. O primeiro em 1988 com o curso de atualização litúrgica de São Paulo. Marcelo Barros sugeriu uma rede de animação litúrgica com base no acompanhamento das experiências surgidas nas comunidades. O segundo com a realização do VII Intereclesial das CEBs em 1989. Avaliou-se a riqueza das liturgias dos encontros das CEBs e fortaleceu-se a ideia de iniciar o projeto. Os trabalhos de estudo e organização do projeto prosseguiram até 1995 quando 16 pessoas, reunidas em Goiás – GO entre os dias 11 a 15 de novembro, deram início à rede de animação litúrgica. “CELEBRA é uma rede formada por pessoas, grupos e comunidades, aberta ao diálogo ecumênico, comprometida com uma liturgia cristã, fonte de espiritualidade, inculturada na caminhada solidária dos pobres, a serviço da animação litúrgica nas comunidades”. Cf. CELEBRA. *Celebra: rede de animação litúrgica*. 2007. Disponível em: <http://www.redecelebra.com.br/rede_celebra1.php>. Acesso em 16 jul. 2010.

²⁸⁴ CELMU existe a 20 anos. Visa “promover uma melhor integração entre música e liturgia, mediante uma preparação adequada dos seus agentes, para que sua função ministerial seja verdadeira expressão do mistério pascal”. Cf. CELMU. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.celmu.com.br/index.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2010. O curso é promovido através da casa da reconciliação em São Paulo.

²⁸⁵ “O CESEP é um centro latino-americano e ecumênico de formação popular, fundado em 1982, com o objetivo de prestar serviços às lideranças de movimentos sociais e comunidades das diferentes Igrejas cristãs em seus trabalhos pastorais e de promoção humana” Cf. CESEP. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.cesep.org.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2010. Oferece o curso de pastoral e relações de gênero, curso latino-americano para militantes cristãos, curso de ecumenismo e curso de verão. Este último surgiu a partir da reflexão produzida no VI Intereclesial das CEBs quando manifestou-se a necessidade de criar um curso popular para formação dos animadores. Acontece anualmente em São Paulo. Outros cursos semelhantes surgiram em vários outros regionais com a mesma finalidade.

Ação ecumênica: o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) representa o principal organismo ecumênico do Brasil. Fundado em 1982, tem como objetivo “servir às igrejas cristãs no Brasil no fortalecimento do ecumenismo e do diálogo, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus”²⁸⁶. Anualmente prepara a semana de oração pela unidade dos cristãos, e esta é uma de suas principais ações e oferece subsídios ecumênicos para as comunidades. O CONIC promoveu no Brasil três campanhas da Fraternidade. Compõe o CONIC²⁸⁷ a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida.

CEBs em redes com as Igrejas Cristãs: protestantismo histórico

A abertura ecumênica das CEBs aproxima-as das Igrejas cristãs com maior envolvimento na busca no diálogo; na maioria das vezes, com aquelas classificadas dentro do protestantismo histórico. A aproximação ocorre principalmente pela ação social e política. Em outros momentos, através de encontros, tais como os Intereclesiais. Multiplicam-se nas comunidades as celebrações ecumênicas e fortalecem-se o diálogo e a tolerância. O estudo bíblico em conjunto e a animação das semanas de oração pela unidade dos cristãos representam momentos importantes na ampliação das redes de comunidades com as demais Igrejas.

Bittencourt Filho²⁸⁸ (2003, p.121) classifica o protestantismo histórico no Brasil em duas grandes famílias. A primeira família caracteriza-se como protestantismo de missão. Iniciou-se no Brasil na primeira metade do século XIX e tinha como objetivo não apenas a formação de prosélitos para suas Igrejas, mas o programa expansionista norte-americano em

²⁸⁶ CONIC. *Identidade, missão e objetivos*. Brasília. 2007. Disponível em : <<http://www.conic.org.br/?system=news&eid=196>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

²⁸⁷ Além das Igrejas membros, são membros associados: CESE, koinonia Presença Ecumênica e Serviços, CESEP, CEBI, Comissão Nacional de Combate ao Racismo (CENACORA), Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT), Dia Mundial de Oração (DMO), Programa de Formação e Educação Comunitária (PROFEC).

²⁸⁸ José Bittencourt Filho possui graduação em Teologia pelo seminário Metodista César Dacorso Filho (1978), graduação em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia Ciências e Letras (1981), mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1988) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professor na graduação em teologia da Faculdade de Teologia Unida (FTU). Tem experiência na área de Sociologia Geral, da Religião e do Direito.

toda a América²⁸⁹. Compõe a primeira família as Igrejas Congregacional, Presbiteriana, Batista, Metodista, Episcopal e Igreja Evangélica Luterana no Brasil.

A segunda família representa o segundo ciclo migratório do Brasil. Com a vinda dos imigrantes europeus da segunda metade do século XIX e os refugiados da I Guerra Mundial no início do século XX, migram com eles as Igrejas evangélicas. Tinham por finalidade acompanhar os fiéis, dar-lhes assistência religiosa e conservar as tradições do povo. Pertencem a tal grupo a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil²⁹⁰, Anglicanas, Igrejas Reformadas da Holanda, Armênia, Suíça e Hungria.

CEBs em redes com os pentecostais

Há maior dificuldade de diálogo com as Igrejas pentecostais. A aproximação depende muito dos líderes e pastores de cada Igreja e da capacidade dos animadores das comunidades estabelecerem diálogo e tomar iniciativas. Em relação às Igrejas neopentecostais quase não há abertura, visto o espírito de concorrência o qual move sua ação em relação às demais Igrejas. A busca por aproximação e diálogo implica a superação dos preconceitos e a capacidade de manter a criticidade nos aspectos contrários ao anúncio do Evangelho.

Para tratar das dificuldades e possibilidades do diálogo com os pentecostais e neopentecostais, adotamos a classificação de Bittencourt. Por meio das características de cada modelo, desdobram-se as condições de aproximação. Bittencourt Filho (2003, p.121) classifica o pentecostalismo em três grupos: o pentecostalismo clássico, o autônomo e neodenominacionalismo²⁹¹.

O Pentecostalismo clássico trouxe para o Brasil outra maneira de relação com o sagrado. O povo substitui a devoção aos santos pelo contato direto com a Palavra de Deus. Estimula modos espontâneos de oração, livre dos ritos pesados e de difícil compreensão

²⁸⁹ CARDOSO, Luiz de Souza. *A formação do protestantismo de missão no Brasil: evangelizar e educar*. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais7/Trabalhos/xAFormacao%20do%20Protestantismo%20de%20missao%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

²⁹⁰ Há diferenças entre a Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A primeira tem origem estadunidense e a segunda germânica.

²⁹¹ Freston adota outra metodologia. Classifica o pentecostalismo em três ondas. Segundo ele representa a primeira onda as Assembleias de Deus (1911) e a Congregação Cristã no Brasil (1910). A segunda é composta pela Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), Igreja pentecostal Brasil para Cristo (1955), e a Igreja Deus é Amor (1962). A terceira onda caracteriza-se pelas neo-pentecostais. As mais conhecidas nesse grupo são as Igreja Nova Vida (1975), Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Igreja Cristo Vive (1986) e a Igreja Sara Nossa Terra (1992). Cf. FRESTON, 1994, p.67-157.

praticados pela Igreja católica. Os fiéis formam pequenas comunidades, valorizam e reconhecem cada pessoa pelo nome. Sem precisar passar por seminários e exigir dos homens o celibato, pessoas simples do povo assumem as comunidades como pastores de suas Igrejas. As características do modelo clássico do pentecostalismo inaugurado no Brasil aproximam-se das CEBs. Entretanto, há dificuldades para tal aproximação as quais decorrem da interpretação literal da Bíblia e do fato de estas Igrejas impregnarem na mente dos fiéis evangélicos o preconceito em relação aos membros da Igreja Católica. Nessa tendência pentecostal, os católicos não “aceitaram Jesus”, são, portanto, pagãos necessitados de conversão. Pertencem a esse grupo as Assembleias de Deus (1911), a Congregação Cristã no Brasil (1910), a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), a Igreja pentecostal Brasil para Cristo (1955), e a Igreja Deus é Amor (1962).

O Pentecostalismo autônomo²⁹², conhecido também como neopentecostalismo, abarca inúmeras Igrejas com diferentes títulos e características. As mais consolidadas ocupam grande espaço na mídia e algumas até lideram o mercado da mídia comercial e religiosa²⁹³. Segundo Bittencourt Filho (2003, p.184) o pentecostalismo autônomo representa “uma adaptação do sistema religioso pentecostal ao mercado de bens simbólicos, característico da cultura individualista pós-industrial”. Em se tratando da relação com as CEBs, torna-se mais difícil a aproximação. As suspeitas sobre a finalidade destas Igrejas contradizem com o propósito de

²⁹² Confira na nota anterior. Este grupo de Igreja classifica-se segundo a denominação de Freston como pentecostalismo da terceira onda.

²⁹³ A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tornou-se uma grande empresa e não é ingênua a sua participação no mundo da política. Ela possui os seus interesses corporativos os quais estão associados à constituição de seus outros empreendimentos, tais como o império das comunicações, o império econômico, o social e, por último, o político. Ela se constitui como uma empresa transnacional espalhada pelo mundo inteiro e, segundo Oro (2003), em 2001, a média estava em aproximadamente 1000 templos fora do país. A IURD está inserida em quase todos os países da América Latina, na metade dos países africanos, também no Canadá e Estados Unidos. Na Europa, a Igreja Universal encontra-se em Portugal, Inglaterra, Espanha, França, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Alemanha, Itália e Suécia. Na Ásia, a IURD encontra-se no Japão, Filipinas, Israel e na Índia. No Império das comunicações, a principal empresa da Igreja Universal é a TV Record, que, de 5ª emissora, tornou-se a 3ª no país, desde que essa Igreja comprou a rede. Além desta emissora, a IURD possui a TV Mulher, sessenta e duas emissoras de rádio, um portal na internet, uma tiragem de 1,5 milhão de jornais semanais Folha Universal, a Editora Gráfica Universal, gráfica própria, a Universal Produções e Ediminas S/A, editora de livros, a gravadora Line Records, uma empresa de processamentos de dados, a Uni Line, uma produtora de vídeo, a Frame, agência de viagens, a New Tour; e outras empresas, a Unimetro e a Cremo Empreendimentos. A Igreja Universal é uma empresa com fins lucrativos que cresce à custa de seus seguidores. Outro exemplo trata-se da Igreja Sara Nossa Terra. Esta, fundada em Brasília, teve como seu fundador o deputado federal eleito nesse último pleito, bispo Rodovalho juntamente com a sua esposa, a bispa Maria Lúcia. Atualmente, o Ministério Sara Nossa Terra conta com um canal de televisão, TV Gênesis e uma rádio, Sara Brasil FM, com programação diária, voltada para a família. A Rádio Sara Brasil FM e a TV Gênesis estão presentes em diversas cidades brasileiras, tanto em TVs por assinatura, como UHF. O jornal Sara Nossa Terra e a revista Sara Brasil, também são instrumentos de comunicação da denominação. Há alguns anos foi eleito o senador Paulo Octávio pelos Democratas do DF que também é membro desta Igreja, eleito vice-governador do Distrito Federal, renunciou pelo envolvimento em escândalos no mensalão do DEM. Cf. ORO, 2003. p.281-302.

estabelecer redes de relacionamentos com tais comunidades evangélicas. A formação de redes se dá quando há metas comuns. Dificilmente desdobram-se elementos de convergência entre as CEBs e o movimento neopentecostal. Resta apenas, como possibilidade de aproximação, investigar as condições em cada lugar onde funcionam tais Igrejas.

Diferentemente das demais classificações do pentecostalismo, o conjunto de Igrejas caracterizadas como *neodenominacionalismo* surge a partir da ruptura com as Igrejas protestantes históricas. Trata-se do movimento carismático protestante no interior dessas tradicionais denominações. As novas Igrejas conservam a estrutura originária e insere o modo pentecostal de atuar. Comungam dessas características as Igrejas Batista Renovada, Metodista Wesleyana, Presbiteriana Renovada, Igreja Presbiteriana Renovada e a Congregacional Independente²⁹⁴. A aproximação com tal modelo encontra as mesmas possibilidades do protestantismo histórico e as mesmas dificuldades do pentecostalismo clássico. Dependerá de cada lugar a eficácia do diálogo.

b Comunidades em redes com as religiões não cristãs

O diálogo inter-religioso permanece ainda grande desafio para as Igrejas cristãs. A organização da Igreja em redes conduz necessariamente as comunidades ao exercício e à prática do diálogo inter-religioso. Os fundamentos das redes coincidem com a dinâmica daquele. Trata-se de reconhecer o “pluralismo de princípio” desenvolvido por Faustino Teixeira²⁹⁵. A afirmação representa a atitude interior de aceitar as diferenças das religiões como algo precioso e, a partir daí, estabelecer a busca do diálogo como enriquecimento mútuo. O diálogo inter-religioso envolve flexibilidade, aceitação, diálogo, alteridade, complementaridade, autonomia, inter-relacionamento, pluralidade, interdependência. Características intrínsecas a toda estrutura de redes. No caminho percorrido, surgem dificuldades e abrem-se possibilidades.

²⁹⁴ Estas são as mais expressivas, contudo multiplicam-se outras denominações a partir de cisões até mesmo dentro do pentecostalismo clássico.

²⁹⁵ Dentre as publicações mais importantes de sua autoria encontra-se o livro TEIXEIRA, Faustino L. C. . Teologia de las religiones. Una visión panorámica. 1. ed. Quito: Abya Yala, 2005. 220p. Também os artigos TEIXEIRA, Faustino L. C. . Diálogo Inter-Religioso: o desafio da acolhida da diferença. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v.34, n.93, p.155-177, mai./ago 2002; e, TEIXEIRA, Faustino L. C. . Karl Rahner e as religiões. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v.36, n.98, p.55-74, jan./abr. 2004. Também TEIXEIRA, Faustino L. C. Diálogo entre as religiões e Igrejas em favor da vida e da justiça. In: CORDEIRO, Luiz Valdecir. *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia: CEBs, Ecologia e Missão*, Texto base. São Paulo: Paulus, 2008. p.131-142; TEIXEIRA, Faustino L. C. *O desafio do diálogo inter religioso para a teologia latino-americana*. Disponível em: <www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/96.DOC>. Acesso em: 19 jun. 2010.

As religiões no mundo professam a crença em Deus e buscam relacionar todos os seres humanos a Ele. Em tese, promovem a unidade entre todos e estimulam a paz, a concórdia e o amor. Paradoxalmente muitas guerras e conflitos no mundo acontecem por causa da religião. Intolerância, violência, fundamentalismo, disputas políticas elencam o conjunto de atitudes contraditórias com o discurso e o ideal religioso humano. No conjunto dos problemas, revelam-se o medo de negação da verdade e do relativismo, a autossuficiência das religiões e a arrogância identitária. Segundo Teixeira, a condição para o diálogo inter-religioso supõe o contrário. Espera-se humildade, convicção religiosa e abertura para a verdade.

A verdade torna-se sempre “surpresa permanente” (TEIXEIRA, 2002, p.160). Algo inatingível na sua totalidade. Busca-se sempre. O mistério de Deus manifestado nas criaturas revela-se algo inacabado. O diálogo inter-religioso convida a contemplar o mistério através da dinâmica da alteridade. O reconhecimento do pluralismo e da diversidade mostra-se como razoável para a afirmação da verdade, não absoluta, mas sempre em contínua descoberta.

O diálogo inter-religioso não representa atitude relativista, não significa a perda do juízo crítico em relação a outras experiências, não se trata de adequar-se a diversas experiências sem comprometer-se com nenhuma, não representa perda da própria essência religiosa. Antes, evidencia-se a pluralidade de experiências, respeitando-as. Censura atitudes nas religiões quando essas contrariam o propósito do Reinado de Deus. Tal diálogo supõe pertença à comunidade de fé. Trata-se de assumir a estrutura fundamental da religião e de descobrir nas demais os sinais luminosos da ação divina na diversidade tal como o mistério de Deus se manifesta.

As CEBs assumem como princípio para o diálogo o seguimento de Jesus. Ele, porém, não pregou a si próprio, mas o Reino de Deus. A perspectiva da missão da Igreja, desse modo, revela-se reinocêntrica. Como sinal e instrumento do Reino, ela avança no diálogo com as demais religiões à medida que se torna testemunha autêntica de fé. Exemplo de mística contemporânea nesse horizonte testemunhal se expressa na vida de Charles de Foucauld. Presbítero, católico, entregou sua vida ao serviço dos irmãos pobres do deserto na África do Norte junto aos povos tuaregues²⁹⁶.

²⁹⁶ Charles de Foucauld viveu entre 1858 a 1916. Ainda criança ficou órfão dos pais, ingressou na vida militar e foi expulso por indisciplina. Levou uma vida devassa. Encantado com a religiosidade dos mulçumanos em expedição no Marrocos, desperta o desejo de viver o cristianismo de forma intensa. Vive muitos anos em Nazaré e desperta-lhe o encantamento pela vida de Jesus na sua vida oculta. Depois de viver como eremita e monge, decide sair e procurar viver o cristianismo de modo radical. Após vários anos resistindo à ordenação, aceita-a. Entre 1901 depois da ordenação a 1916, dedica sua vida a morar no deserto acolhendo peregrinos tuaregues no

Na dinâmica do diálogo inter-religioso, as CEBs ampliam suas redes na perspectiva de favorecer a aproximação com as diversas religiões próximas à sua realidade. Essa aproximação pode ocorrer com as grandes religiões universais, tais como Judaísmo, Islamismo e demais religiões orientais. Numa perspectiva mais comum, na aproximação com os terreiros de Umbanda e Candomblé e demais expressões religiosas afro-brasileiras. E ainda, com expressões religiosas abertas ao serviço pelo bem comum e às diversas formas de diálogo, tais como espiritismo, denominações oriundas da fé cristã²⁹⁷ e grupos exotéricos²⁹⁸.

c Inculturação nas redes de comunidades: em diálogo com as culturas oprimidas

A partir do VIII Intereclesial, conforme já tratamos no II Capítulo²⁹⁹, a preocupação com as culturas oprimidas ilumina outro modo de caracterizar a opção pelos pobres. O texto-base do encontro de Santa Maria – RS destacou três realidades culturais: a cultura negra, marcada pelo preconceito, embora represente a maioria do povo brasileiro; a cultura indígena, marginalizada e permanentemente ameaçada pelos interesses do capitalismo agrário e a cultura dos migrantes, atingida constantemente pela violência, negação das tradições e pela pobreza.

Cultura negra

A inculturação deve penetrar toda a ação da Igreja. As redes de comunidades, ao relacionarem-se com a cultura de cada lugar, consideram a realidade do negro. Impõe-se a necessidade de ações afirmativas. Supera-se a “ideologia do branqueamento”³⁰⁰. Tal compromisso estimula as CEBs a estabelecerem redes de relacionamentos com entidades

serviço aos mais pobres. Morre executado por uma bala pelos mesmos que ele acolheu. Seu dilema era gritar o “evangelho com a vida” o qual soube muito bem fazê-lo.

²⁹⁷ Trata-se das religiões consideradas pelos institutos de pesquisa brasileiros como “outras religiões” consideradas pelos pesquisadores protestantes como seitas: testemunhas de Jeová, adventista do sétimo dia, Mórmons, Ciência cristã.

²⁹⁸ Cabe julgar com senso crítico quais os níveis de relacionamento possam estabelecer o qual não contrarie os princípios inerentes ao diálogo inter-religioso.

²⁹⁹ Cf. p. 75-76.

³⁰⁰ Trata-se da ideologia que cria um conjunto de mecanismos anti-negro tais como os recenseamentos, os meios de comunicação, as piadas, a concepção de inferioridade do negro em relação ao branco, a falta de acesso a educação, ao emprego, os institutos de beleza padronizados segundo modelo europeu, os livros de história e outras situações similares.

envolvidas no movimento de combate ao racismo. Podem formar grupos como APNs³⁰¹, articular com o Grupo de religiosos e religiosas negros e indígenas (GRENI)³⁰² e com o Instituto Mariama (IMA)³⁰³, promover ações com a Pastoral Afro-Brasileira e outras organizações relacionadas. Além da integração com os diversos organismos, estimula-se o reconhecimento da cultura negra como dimensão própria das CEBs.

O caminho para o reconhecimento e a valorização dessa cultura passa pela conscientização e formação nas bases. A superação do preconceito e afirmação da identidade do povo negro conduz a iniciativas tais como tornar conhecida a origem cultural de cada povo, o estudo sobre as origens da cultura *banto e nagô*, a punição rigorosa à prática de racismo, a defesa das comunidades quilombolas, a luta por políticas públicas de ação afirmativa e o resgate e difusão das raízes culturais do povo negro³⁰⁴.

Cultura indígena

A inculturação envolve também a cultura indígena. Consideram-se dois aspectos inter-relacionados. O primeiro trata da cultura brasileira caracterizada pelo encontro das culturas indígena, afro e europeia. Há muitos elementos da nossa cultura oriundos dos costumes indígenas. Manifestam-se na dança, nas canções, na alimentação, na linguagem, enfim, no modo próprio de ser brasileiro. Cabe, porém, reconhecer, na dinâmica interna das CEBs, as características e tradições indígenas na vida interna da comunidade. O outro representa a valorização dos povos indígenas. Constituem-se de aproximadamente 118 etnias com línguas, costumes e tradições diferentes. O resgate das raízes do povo passa pelo conhecimento das comunidades indígenas. Podem-se estabelecer relacionamentos com tais povos. Outro modo de ampliar as redes de comunidades³⁰⁵.

³⁰¹ Agentes de Pastoral Negro. Objetiva “apoiar, incentivar e criar atividades que visem a conscientização, o resgate da identidade do povo negro e a preservação de seus valores e de sua memória”. Cf. <http://www.apnsbrasil.org/>.

³⁰² Grupo de Religiosos e Religiosas Negros e Indígenas. Refere-se a grupo ligado a Conferência dos Religiosos do Brasil. O “objetivo é possibilitar aos religiosos e religiosas afro-descendentes e indígenas uma maior conscientização sobre a própria identidade, como caminho para uma valorização da negritude e dos valores próprios das tradições afro-indígenas” Cf. <http://www.cnbb.org.br/site/afro-brasileira/3071-greni-define-suas-atividades-para-o-ano>.

³⁰³ Instituto Mariama. Articulação de Padres, Bispos e diáconos negros.

³⁰⁴ TEIXEIRA, 1996, p.202; EQUIPE CENTRAL DO 8º INTERECLESIAL DAS CEBs, 1991, p.29-40; FRISOTTI, 1992, p.833-845; LIBANIO, 1992, p.792; SEDOC, 2005, p.104; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 2009, p.4.

³⁰⁵ TEIXEIRA, 1996, p.202; EQUIPE CENTRAL DO 8º INTERECLESIAL DAS CEBs, 1992, p.19-28.

Assim como na relação com a cultura afro-brasileira, importam a conscientização e a formação nas bases. Significa trabalhar para a superação dos preconceitos e a recuperação da história brasileira a partir dos povos indígenas. As redes de comunidades comprometem-se com a defesa das comunidades indígenas, na luta pela homologação e preservação das suas terras e no combate a projetos de interesse do agronegócio. E, por fim, estão a preservação e a difusão das raízes culturais dos povos indígenas. Nas CEBs, a religião católica não deve impor-se sobre suas tradições religiosas. Importam relacionar-se, trocar saberes e criar espaço de diálogo e cooperação. Representa reconhecer os sinais do verbo presentes na cultura indígena.

Cultura dos migrantes

O texto-base do VIII Intereclesial apresenta a cultura dos imigrantes e migrantes como culturas oprimidas. Expõe a situação de diversos povos vindos para o Brasil durante o século XIX e XX, muitos em busca de melhores condições de vida ou refugiados de guerras. Sofreram discriminação, preconceito e perseguição política. Oriundos da Europa, Oriente Médio e Ásia, trouxeram costumes, tradição e ritos. Os imigrantes inseridos em terras brasileiras e estabilizados nas diversas regiões tornam-se opressores. A causa, porém, concentra-se no modo como os governos distribuíram as terras, doando-as principalmente aos brancos, excluindo as populações indígena e negra. Os brancos trataram tais povos como preguiçosos e responsáveis pela própria pobreza e impuseram-se como superiores aos descendentes de escravos e indígenas. A realidade de opressão manifesta-se nas diferentes relações estabelecidas entre as regiões brasileiras. Predomina o preconceito sobre a população nordestina e nortista, sob o paradigma de superioridade da cultura sulista, descendentes de imigrantes europeus³⁰⁶.

O fenômeno da opressão em relação aos migrantes no Brasil coincide com as mesmas raízes da discriminação aos negros e indígenas. Destacam-se o cuidado e a atenção a esta realidade. Cabem, aliás, a luta pela superação do preconceito, a recuperação da história e o fortalecimento da educação popular. Faz-se necessário o trabalho com migrantes brasileiros. O papel da pastoral dos migrantes e as semanas nacionais promovidas por esta organização atingem suma importância para a caminhada das comunidades. Empreende-se a necessidade

³⁰⁶ TEIXEIRA, 1996, p.203; EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1992, p. 41-52.

de fortalecer o trabalho com os imigrantes excluídos, muitos vindos da África e dos demais países latino-americanos. Fundamental atenção se dê ao resgate cultural e preservação das tradições próprias.

3 CEBs EM REDES DE SOLIDARIEDADE COM OS EXCLUÍDOS E O CUIDADO COM O PLANETA

A opção pelos pobres constitui-se parte integrante do anúncio do Evangelho. Espera-se da Igreja o compromisso com ações concretas. A realidade social cria exigências específicas para as comunidades. A fim de respondê-las, surgem as pastorais sociais. Constituem-se grupos articulados por meio de objetivos próprios com as respectivas estratégias de ação. Além dessas iniciativas internas à vida da Igreja, multiplicam-se diversos movimentos sociais. Normalmente, alimentadas pelas mesmas utopias, unem-se as pastorais sociais e as CEBs na luta pela construção de nova sociedade. Somada ao trabalho das pastorais e movimentos sociais, cresce a consciência planetária. As CEBs inserem-se no movimento ecológico e estabelecem redes com os diferentes setores e organizações empenhadas na defesa da vida e do ecossistema.

a CEBs em redes com as pastorais sociais

A pastoral social tanto nasce das comunidades como se articula em redes com elas. A dimensão sociopolítica das CEBs torna-se prioritária, à medida que afloram as inúmeras injustiças e desigualdades. Algumas realidades exigem ações específicas apropriadas para a formação de pastorais orgânicas a fim de responder a tais desafios. As situações ocorrem por problemas relacionados a terra, moradia, saúde, educação, juventude, menor, encarcerados, crianças, migrantes, povo da rua. Ao atuarem como pastorais, deparam-se com problemas comuns e descobrem causas comuns às mazelas sociais. Daí o interesse de articulação do trabalho em redes para atividades que correspondam ao interesse do conjunto. Classificam-se três níveis de atuação das pastorais sociais: local, diocesano/regional e nacional.

Nível local

Geralmente as pastorais sociais surgem das CEBs. Quando se pergunta a alguma liderança pastoral qual realidade a despertou para o engajamento em tal pastoral, normalmente a pessoa afirma-se participante de CEB. Os desafios locais geram a necessidade da criação de pastorais. Diversas pastorais surgem nas comunidades nesse contexto, tais como a Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Pastoral da Juventude, Pastoral do Menor, Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral do Migrante, Pastoral do Povo da Rua e outras tantas. Cabe fortalecê-las e mantê-las articuladas a fim de proporcionar o dinamismo e o crescimento interno das comunidades. Tem-se em vista a superação da exclusão, a edificação do Reino de Deus e o compromisso de promover a vida e a dignidade a todo o povo.

Nível diocesano e regional

Nos níveis diocesano e regional, as pastorais sociais e as CEBs articulam-se em redes na promoção de atividades que contribuem para o fortalecimento das mesmas. Estas planejam ações e projetos comuns, criam eventos de cunho celebrativo com objetivo de manter viva a esperança e participam de programas de natureza reivindicatória em vista do bem comum. Desse modo, realizam-se semanas sociais, Grito dos Excluídos, plebiscitos populares, romarias, fóruns sociais, campanhas e congressos.

Nível nacional

Muitas campanhas assumidas nos âmbitos diocesano e local originam-se de articulações nacionais. E muitos projetos realizados na base, ampliados, assumem proporções nacionais. Nos últimos tempos, projetos em redes ganharam visibilidade nacional, entre os quais se destacam o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a Lei da Ficha Limpa, aprovada recentemente, as quatro Semanas Sociais Brasileiras, os Plebiscitos Populares (dívida externa, ALCA e agora o limite da propriedade da terra), o Grito dos Excluídos, o Movimento Nacional de Fé e Política e os encontros originários do Movimento.

b CEBs em redes com os movimentos sociais

O primeiro capítulo tratou das mudanças ocorridas nos movimentos sociais a partir do paradigma informacional. Descortinaram-se novas possibilidades, surgiram novas tendências, formaram-se novos movimentos sociais³⁰⁷. Interessa-nos afirmar a importância das CEBs não apenas na relação com as pastorais sociais, mas também com as diversas redes de movimentos sociais. A globalização econômica, geradora de imensas desigualdades, somente encontra contestação à medida que se estruturam redes de movimentos capazes de denunciar as contradições do modelo e propor caminhos. As redes de comunidades, juntamente com as pastorais sociais e os movimentos sociais, conjugam interesses e estratégias a fim de construir meios de libertação do povo e transformação social da realidade vigente. Concentram-se ações desenvolvidas na esfera local, mas também na esfera global.

Na esfera local

Há diversas organizações locais próximas das CEBs, entre elas estão os sindicatos. Organizados em redes através das diversas centrais sindicais lutam a fim de garantir os direitos dos trabalhadores. Sofrem com as mudanças ocorridas nas últimas décadas. As reivindicações acentuam caráter dos interesses de classe, mas atingem indiretamente toda a sociedade. As CEBs acompanham a luta dos trabalhadores. Elas integram os interesses da população, mesmo indiretamente. Alienarem-se diante da greve produzida por trabalhadores, pode representar o enfraquecimento da classe, o fortalecimento dos patrões, a perda de direitos e o aumento da pobreza e exploração. Cabe às CEBs o incentivo ao envolvimento da população no apoio às bandeiras de lutas dos sindicatos.

Os partidos populares, durante décadas, representaram importante ferramenta de luta dos empobrecidos. Visavam à transformação social por meio da democracia e a partir da classe dos trabalhadores e de todos os empobrecidos. Com a crise interna dos partidos, reproduzem-se modelos arcaicos de luta pelo poder e sua perpetuação neles, relegando o interesse dos pobres a segundo plano³⁰⁸. Adaptam-se ao pragmatismo político, criam alianças

³⁰⁷ Cf. GOHN, 2008a; GOHN, 2008b. 166p; GOHN, 2007; TOURAINE, 1994.

³⁰⁸ Cf. BETTO, 2006, 320p.

com setores ligados às oligarquias do país e administram migalhas para os pobres³⁰⁹. Consequentemente criminalizam-se os movimentos sociais, enfraquecem-se as lutas populares e mantêm-se a dominação e a exploração dos trabalhadores e excluídos³¹⁰. Urge a construção de novos horizontes políticos na retomada dos partidos populares ou na consolidação de novas ferramentas para caminhar na busca da transformação social. Quando a luta partidária converge para ação da vida das comunidades em relação à libertação do povo, torna-se legítima a formação de redes com tais partidos.

Os movimentos do campo congregam o interesse maior em relação à reforma agrária. Entre as principais redes formadas na luta pela reforma agrária destacam-se a Via Campesina³¹¹ e o Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo³¹². Alguns movimentos sociais ligados a um, participam do outro. Distinguem-se pelo caráter internacional e nacional respectivamente. Realizam campanhas nacionais, mobilizam a sociedade, articulam a população do campo e da cidade, trabalham a conscientização e a educação popular, favorecem agenda comum de lutas, captam recursos e favorecem apoio mútuo nas ações próprias de cada movimento. As CEBs não ficam alheias a esta luta. Alguns movimentos sociais tiveram, aliás, o nascimento dentro da própria comunidade.

Diante do pluralismo das cidades, os movimentos sociais distinguem-se a partir de diversas demandas. Ampliam-se as diferentes lutas: moradia, paz, mulheres, direitos

³⁰⁹ Exemplo claro dessa tendência são as alianças do PT com o PMDB e outros partidos conservadores em todo o Brasil. No Brasil não se realizou a Reforma Agrária e no atual programa social do governo federal, optou-se em substituir o programa Fome Zero (emancipatório) pelo Bolsa Família (assistencialista).

³¹⁰ SANSON, 2008, p.197-200.

³¹¹ A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses. Congrega diversos movimentos sociais do campo com o objetivo de garantir o direito a terra, água, produção de alimentos sustentável, soberania alimentar e a produção agrícola em pequena e média escala a fim de garantir justiça social e distribuição da renda e da terra a todos com igualdade.

³¹² Fazem parte do FNRA: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Sindicato ANDES Nacional, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Caritas Brasileira, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), CPT (Comissão Pastoral da Terra), CUT, Empório do cerrado, Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Institute of Food and Agricultural Sciences (IFAS), Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MST, Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) e Terra de Direitos - Organização de Direitos Humanos. Na semana da pátria, entre 1 a 7 de setembro de 2010, todas estas entidades estão comprometidas no plebiscito popular pelo limite da propriedade da terra. Cf. www.limitedaterra.org.br

humanos, desarmamento, criança e adolescente, favela, estudantil e outros. Assim como as pastorais sociais da cidade, os diversos movimentos sociais integram o conjunto de reivindicações ligadas aos interesses das comunidades. Valoriza-se a constituição das redes de comunidades com as diversas redes de movimentos sociais urbanos.

Na esfera global

O Fórum Social Mundial (FSM) torna-se exemplo significativo da articulação de diversos movimentos sociais constituídos em redes. A carta de princípios deixa claro que “o Fórum Social Mundial [...] articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo” (WHITAKER, 2005, p.29). Pensado como reação ao neoliberalismo e a fim de contrapor-se ao Fórum Econômico de Davos, o FSM congrega pessoas do mundo inteiro organizadas em inúmeros movimentos para discutir diferentes ideias e trocar experiências na construção de *outro mundo possível*. As CEBs procuram participar do Fórum. Registram-se entre as oficinas realizadas no FSM, atividades específicas organizadas pelas comunidades³¹³.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) introduziu no Brasil, no início do século XX, as marchas populares. Atividade cívica e simbólica reinaugurada pelo MST no final do século passado. O MST objetiva dar visibilidade às bandeiras de luta do movimento e tornar conhecidos os problemas sociais ignorados pelos poderes públicos. Utiliza dessa ferramenta como processo pedagógico de conscientização e diálogo com a população. As marchas populares tornaram-se constantes entre o MST e outros movimentos sociais em eventos e datas com grande concentração de pessoas. As CEBs tornam-se solidárias às marchas populares e unem-se em parceria e participação ativa no processo de organização e apoio às iniciativas dos movimentos populares.

O movimento de ética na política, surgido no período do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, continuou com outros desdobramentos. Levantou-se o problema da fome no país e D. Mauro Morelli com Betinho incentivaram campanhas de combate à fome, dando origem ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

³¹³ Exemplo: FSM de 2005 em Porto Alegre, houve a oficina das CEBs. Em Belém do Pará em 2009, a tenda Ir. Dorothy teve participação ativa das CEBs.

(CONSEA)³¹⁴. A luta pela ética na política volta ao cenário com iniciativas populares tais como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e mais recentemente o projeto Ficha Limpa. Surgem novas crises políticas ligadas à corrupção. Aparecem os mensalões³¹⁵. A decepção torna-se maior. Defensores da moral repetem a mesma prática antes combatida. As CEBs, comprometidas com a moralização pública, unem-se em redes com várias entidades, em projetos de iniciativa popular no combate à corrupção.

A luta pela emancipação das mulheres encontra nos movimentos feministas importância significativa. Caracterizada no primeiro capítulo como inerente às novas tendências dos movimentos sociais, as mulheres exercem protagonismo nas lutas e contribuem para a formação de novos valores na cultura hodierna. Combate-se toda forma de violência, preconceito, subserviência e desigualdade. As CEBs identificam-se com a luta dos movimentos feministas e, por se constituírem, em sua maioria, de mulheres, consideram-se parte integrante dessa luta.

c CEBs em redes com o movimento ecológico

Tratamos, no primeiro capítulo, do surgimento de novas tendências nos movimentos sociais, marcados, sobretudo, pelo movimento ecológico. Apresentamos, no segundo capítulo, a evolução da sensibilidade ecológica ao longo dos intereclesiais, a ponto de chamarem-se as CEBs Comunidades Ecológicas de Base. A abordagem neste capítulo visa a destacar as diferentes articulações possíveis e ações concretas das CEBs em relação ao movimento ecológico. Destacam-se a defesa da Terra, a defesa das águas e a inserção no movimento Florestania³¹⁶.

³¹⁴ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

³¹⁵ O Mensalão do PSDB de Minas Gerais foi o primeiro. O mesmo esquema reproduziu-se no governo federal pelo PT sob a liderança de José Dirceu e mais recentemente, no final de 2009 o mensalão do DEM no Distrito Federal. Este levou à cassação e à prisão do ex-governador José Roberto Arruda.

³¹⁶ BOFF, 2008. p.95-106; ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1986, p.463; EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 1991, p.352; CECHIN, 1992, p.862; 837; 869; SEDOC, 1997, p.240; SEDOC, 2005, p.103;

Na defesa da Terra

A Romaria da Terra, consagrada há vários anos e centrada na luta pela reforma agrária, descobre novos contornos. Abraça a perspectiva da defesa da Terra enquanto dom de Deus, direito de todos e louvor da criação divina. A Carta da Terra³¹⁷, fruto de mobilização mundial durante 8 anos (1992-2000), tornou-se importante marco referencial dos princípios norteadores da luta de todos os segmentos sociais na defesa do planeta. Enfim, a “mãe terra”, tratada desse modo pelos povos indígenas, ou encontra na consciência da humanidade o reconhecimento de filiação, ou a vida humana reduzir-se-á na história. As CEBs podem constituir redes com diversos movimentos que, desde a origem, abraçam tal perspectiva ecológica.

O Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB), fundado em março de 1991, concentra sua luta na defesa das pessoas atingidas pelas construções de barragens. Vítimas dos projetos faraônicos do governo federal, as pessoas se veem obrigadas a deixar suas terras. Desalojadas, moram em favelas, passam a conviver com a migração, miséria, exclusão e violência. O MAB, além de organizar as famílias na resistência a tais projetos, discute com a sociedade e os governos o modelo energético adotado pelas construções de hidrelétricas. Opta pela defesa de energias limpas e reivindica a desmercantilização da energia produzida no país a fim de distribuí-la de modo socialmente justo. A luta do MAB interessa às redes de comunidades e, com tais movimentos sociais, as CEBs despertam para o engajamento.

Os povos indígenas educam as demais civilizações no modo de relacionarem-se com a terra. Antes de se aprofundar nas teorias ocidentais europeias e americanas sobre ecologia, urge avançar no reconhecimento das culturas autóctones brasileiras e aprender da sabedoria popular o modo de vida sustentável e relacional. Esta desafia as CEBs a tratar de uma reeducação cultural a fim de superar o abismo entre as culturas. Reafirma-se a importância da inculturação. Superar preconceitos. Descobrir as origens culturais de cada comunidade. Redefinir os programas de educação nas escolas a fim de aprofundar as origens da nossa brasilidade e os diversos valores presentes nas mais de cem etnias brasileiras.

O Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) insere-se dentro da perspectiva do movimento ecológico. Antigo Conselho Nacional de Seringueiros, o CNS reúne em redes diversas organizações de trabalhadores ligados a associações, cooperativas e

³¹⁷ Cf. www.cartadaterra.com.br

sindicatos. Compõe tal movimento seringueiros, coletores de castanha, de açaí, de cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais. Organizados na região Norte do país, representam um dos principais movimentos em defesa da Amazônia brasileira. Lutam pelas reservas extrativistas e organizam o povo na proteção da Amazônia, no combate ao desmatamento e na fiscalização quanto à grilagem de terras e aos projetos do agronegócio. Tal perspectiva envolve principalmente as CEBs nas regiões onde se concentra a organização desses trabalhadores.

O Movimento Nacional de Catadores inclui as populações urbanas excluídas e contribui para a formação da consciência ecológica. Fundado em Brasília no ano 2001, o movimento objetiva organizar a população de rua e os catadores no empenho de promover cidadania, participação e luta pelos direitos sociais. Muitas comunidades da periferia empenham-se na organização de associações e cooperativas de catadores. Ação decisiva para a educação ambiental e promoção de cidadania.

Na ação social em redes com o movimento social, destaca-se a importância dos biomas. Em cada região do país desenvolvem-se diferentes estratégias segundo cada realidade social e ambiental. Os movimentos surgidos fundam-se a partir das realidades próprias de cada bioma. O XII Intereclesial das CEBs, ao tratar do lema “do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia”, aponta para os diversos gritos vindos da amazônia, cerrado, caatinga, pampas, mata atlântica, pantanal e zona costeira. As redes de comunidades inserem-se na perspectiva de relacionar-se com as diversas redes socioambientais do novo movimento social brasileiro.

Na defesa da Água

O movimento ecológico concentra atenção nas questões ligadas à terra e à água. Quando a biosfera passa a ter valor de mercado, exige-se, na perspectiva das CEBs, ação profética em defesa da criação. A perspectiva da falta de água no planeta torna esse bem alvo da cobiça humana. Amplia-se a tendência de privatização das águas e explora-se esse bem como produto de mercado. Cresce o fenômeno dos refugiados da seca e as bacias hidrográficas ingressam nas fileiras do hidronegócio.

As lutas populares mais recentes desafiam a sociedade a resistir a projetos faraônicos dos governos antidemocráticos ligados à transposição do Rio São Francisco, à barragem de Belo Monte no Pará e à exploração abusiva das mineradoras e plantadores de eucalipto. Além do mais, as barragens como única fonte de produção de energia do país trazem preocupações quanto ao futuro energético da nação.

A Campanha da Fraternidade de 2004³¹⁸ apresentou um conjunto de sugestões para a luta em defesa das águas. Destacam-se a realização das Romarias da Terra e da Água, a construção de cisternas de captação da água da chuva em regiões do semi-árido brasileiro, a preservação dos lagos na Amazônia, acordos na produção de pesca, a criação de projetos de aproveitamento das águas no campo e na cidade, incentivo aos projetos de revitalização dos rios, acompanhamento e participação nos comitês de bacias, apoio aos movimentos de resistência de privatização das águas.

As CEBs, sensíveis aos problemas ligados às águas, aos poucos, inserem na caminhada diversas perspectivas de ação. Participam em redes com movimentos ligados à defesa das águas. Nas liturgias exploram mais o símbolo da água. As CEBs se conscientizam nos encontros a respeito do cuidado com a reciclagem e do equilíbrio no uso e aproveitamento dos recursos hídricos. Concretizam nos programas de formação a educação ambiental para o devido consumo desse bem fundamental à sobrevivência da vida. Participam de Romarias, animam a Semana Nacional das Águas e congregam inúmeras iniciativas locais relacionadas ao tema.

Na defesa do Movimento Florestania

Na carta final do XII Intereclesial, os participantes afirmaram comprometer-se em “defender e apoiar o movimento Florestania no respeito à agrobiodiversidade e aos valores culturais e ambientais da Amazônia” (ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs, 2009, p.4. n.23). Tal movimento surgiu no Acre, a partir da gestão do governador Tião Viana, no período entre 1998 a 2002. A expressão nasceu da brincadeira feita por Toinho Alves³¹⁹, assessor do governador na época, ao referir-se ao trabalho desenvolvido junto aos povos

³¹⁸ CNBB, 2003.

³¹⁹ O acreano Antônio Alves é jornalista, escritor e poeta. Nas décadas de setenta e oitenta participou dos movimentos socioambientais do Acre e da criação do Partido dos Trabalhadores. Foi presidente da Fundação Cultural Elias Mansour, do Governo do Acre (1998/2002), e assessor da ministra Marina Silva.

acreanos da floresta³²⁰. Consiste em defender os ecossistemas e valorizar os povos tradicionais da floresta. Segundo Alves (2010) “é um olhar amazônico que podemos lançar sobre os dilemas e exigências do mundo contemporâneo”.

Os critérios do movimento Florestania visam a pensar a economia a partir de bases comunitárias, a distribuição de renda e propriedades, a universalização da educação e da saúde, a garantia de emprego e a moradia para todos. O momento contempla, ainda, participação popular e valorização da cultura indígena e populações ribeirinhas. Enfim, trata-se de pensar a sustentabilidade na perspectiva econômica, social, política e cultural.

Análogo ao movimento Florestania, porém mais amplo e não vinculado diretamente a programa de governo regional, surge o movimento dos ecossocialistas. Conforme tratamos no II Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE)³²¹, o ecossocialismo representa um movimento anticapitalista que une a luta ecológica à causa socialista. Os ecossocialistas criticam tanto os socialistas que não incluem na sua luta estratégica a bandeira ecológica, quanto os ambientalistas que não entendem a importância de combater o capitalismo. O ecossocialismo tem recebido contribuição de marxistas não dogmáticos; criticam o modelo burocrático de produção e acreditam numa sociedade democrática e ecológica.

As CEBs podem unir-se e interligar redes de relações com diversos movimentos que integrem a defesa da vida e cuidado com o planeta. Ao assumir a perspectiva ecológica no dinamismo das convicções adquiridas, cabe a ação concreta. Ampliam-se, desse modo, as diversas possibilidades de associarem-se a projetos, movimentos e associações empenhadas na construção de “outro mundo possível”.

CONCLUSÃO

Vislumbrar a recepção do Concílio Vaticano II na vida inteira da Igreja motiva-nos a pensar com entusiasmo “novos métodos, novo ardor e novas expressões”³²². Ao investigar o fenômeno das redes e ao percebê-las no advento da novidade criativa das CEBs, interessa-nos

³²⁰ ALVES, Toinho. *Florestania*. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69:florestania-toinho-alves&catid=20:digos-da-florestania-artigos-&Itemid=241>. Acesso em: 30 jun. 2010.

³²¹ Cf. CONGRESSO DA ANPTECRE, 2., 2009, Belo Horizonte. *A proposta do ecossocialismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. 1 CD-ROM.

³²² Cf. SD 28.

descobrir possibilidades de consolidá-las. As intuições desenvolvidas neste capítulo não pretendem esgotar as possibilidades. Apenas organizam de modo sistemático as consequências pastorais de tal compreensão eclesiológica da Igreja. Naturalmente recorremos às experiências e às reflexões acumuladas por outros.

Nos relacionamentos interpessoais, tratamos da dimensão da subjetividade. O êxito das redes depende de relacionamentos humanos estáveis e fraternos. Destacam-se o convívio na própria comunidade, com as lideranças, e as relações de gênero. Na perspectiva ministerial, trata-se da função dos leigos, presbíteros e bispos nas redes de comunidades. Apenas reafirmam-se as opções do Concílio Vaticano II. Definitivamente, entende-se que o modelo paroquial não consegue responder aos desafios atuais da evangelização. Reafirmam-se as redes de comunidades como superação de tal modelo e apresenta-se a perspectiva prática dessa nova estrutura na vida da Igreja particular.

A perspectiva da sociedade em redes mostra-nos a importância de ampliar a teia. Tornar-se-ia insuficiente as CEBs estabelecerem elos envolvendo apenas os seus pares. A eclesiologia das CEBs configura-se como ecumênica, dialógica e martirial. A partir da opção pelos pobres, integram-se diversas iniciativas na luta pela transformação da sociedade. A capacidade de abrir-se ao novo permite permanentes mudanças no modo de entender a vida. As CEBs descobrem o caminho da inculturação e deixam-se iluminar pela energia cósmica de uma espiritualidade holística e ecológica. Assim caminham as CEBs, em redes de comunidades e em redes com Igrejas, religiões e organizações da sociedade comprometida com os excluídos. Perseveram abertas ao diálogo com as culturas e inseridas no movimento ecológico. As CEBs, ao mesmo tempo, conseguem apresentar-se como Comunidades Eclesiais, Ecumênicas e Ecológicas de Base.

CONCLUSÃO GERAL

Esta dissertação tratou das redes de comunidades a partir da eclesiologia de Faustino Teixeira e do material produzido nos Encontros Intereclesiais das CEBs. No primeiro momento recorreu a autores que tratam das redes em outras ciências. As redes apresentam-se como a forma atual da organização da sociedade em diversos meios. Superam-se os modelos verticais e amplia-se o nível de relacionamentos. Desse modo, reconhece-se a pluralidade e estabelecem-se novas formas de gestão. A Igreja, desde o Concílio Vaticano II, busca dialogar com a modernidade e atualiza o modo de agir segundo as exigências de cada época. As CEBs no Brasil representam novo modo de ser Igreja inaugurada pelo Concílio. Organizar a Igreja em redes de comunidades significa atualizar a compreensão eclesial tornando-a flexível, dialógica e ministerial. Permite-lhe participar ativamente da vida social e estabelecer relações mais próximas e efetivas com a sociedade.

A contribuição dessa pesquisa pode oferecer diversos elementos. Desde a proposta para o conceito de redes até a sistematização prática das consequências de tal modelo eclesiológico. O próprio interesse em retomar a pesquisa de Faustino Teixeira e os documentos dos Intereclesiais configura-se como atual e relevante. A novidade revela-se em encontrar nessas fontes elementos que permitam pensar as redes de comunidades.

A realidade mostra a necessidade de constituição de redes. Tanto Faustino Teixeira quanto o material dos intereclesiais oferecem instrumentos eclesiológicos para pensar a Igreja em redes de comunidades. Adotamos o método Ver-Julgar-Agir. No primeiro capítulo tratamos da contextualização e origem das redes. Estas vistas nos aspectos econômicos, políticos e culturais. Procuramos mostrar os diversos lugares onde se utilizam as redes. Desse modo, ampliam-se os horizontes de percepção dos rumos assumidos na sociedade. As mudanças provocadas pelo paradigma das redes despertam nas organizações a necessidade de rever suas estruturas.

Nos conceitos apresentados, resultantes de todo o contexto, propomos as redes como o conjunto de relações entre indivíduos, grupos e organizações de natureza não hierárquica e interdependente. Elas estabelecem entre si relações duradouras a fim de atingir metas comuns e valorizam aspectos como autonomia, flexibilidade e cooperação entre os envolvidos. Tal conceito orientou os capítulos seguintes a fim de pensar a Igreja em redes de comunidades. Vimos como características das redes a constituição de dinâmica relacional, relações

duradouras, fluidez, estrutura policêntrica e pluralidade de atores envolvidos. Organizam-se por complementaridade, autonomia, interdependência, flexibilidade e as redes possuem seus componentes básicos autogovernados e autossustentados.

A partir da concepção “Povo de Deus”, concebida à Igreja pelo Concílio Vaticano II, averiguamos, nas CEBs, a recepção viva e criativa deste novo modo de ser Igreja. Faustino Teixeira oferece diversos elementos para entendê-la. O autor, além de explicitar a importância e significado das CEBs, indica elementos possíveis para entender a Igreja em redes de comunidades. O segundo capítulo destacou em Faustino Teixeira as CEBs como Igreja nascida da base, o papel dos leigos, a aproximação com os movimentos populares e a sintonia entre as CEBs e a instituição eclesial. Neste último aspecto, mostramos quando há sintonia e quando não há, mediante as recentes mudanças na conjuntura eclesial reacionária à abertura do Concílio Vaticano II.

Selecionamos no capítulo diversos aspectos dos Encontros Intereclesiais que abonam tal perspectiva de redes. A realização do próprio encontro expressa a dinâmica das redes de comunidades. Aflora-se a vivência ministerial da Igreja em tal organização. Revelam-se aspectos teológicos e pastorais referenciais para as comunidades a partir dos encontros. Tais abrangem aspectos ligados à espiritualidade, à comunhão, à participação, ao ecumenismo, ao diálogo inter-religioso, ao profetismo e ao compromisso social. Todos esses aspectos contribuem para a viabilidade das redes de comunidades.

O segundo capítulo apresentou dificuldades teológicas surgidas ao longo da pesquisa. Entre eles, o monolitismo pastoral, a eclesialidade das CEBs, segundo o questionamento de alguns bispos, e os problemas levantados por Leonardo Boff e Faustino Teixeira quanto à inviabilidade de estruturação da Igreja em redes de comunidades. Quanto aos problemas surgidos, indicamos alguns caminhos possíveis de solução a partir da própria abordagem desses autores e da proposta de Pedro Ribeiro com seus referenciais sociológicos. As CEBs, vistas como unidade estruturante da Igreja, sucedem a função antes assumida pelas paróquias. Assumir as redes de comunidades a partir da base torna-se decisivo para o futuro da Igreja.

O principal referencial teológico da eclesiologia das CEBs, neste capítulo, refere-se à eclesialidade baseada na comunhão. Não entendida como obediência à autoridade eclesiástica, mas comunidade de serviço e amor cuja categoria teológica estabelece relações horizontais entre os fiéis. A comunhão eclesial impulsiona a participação. Concebe-se a igreja toda ministerial. No novo modo de ser Igreja, ganham as mulheres. Elas encontram espaço de atuar

e decidir. Superam-se a discriminação e o preconceito disseminado há séculos na Igreja. Os presbíteros passam a atuar de modo novo. Eles animam e garantem a unidade da comunidade. A função do padre direciona-se a suscitar novas lideranças e a colaborar para os leigos assumirem o protagonismo na comunidade. As mudanças tendem a atingir o próprio bispo. Tornar-se-á próximo das comunidades. Os leigos terão fácil acesso ao bispo, e as decisões na Igreja contarão com a participação de todos os fiéis.

O terceiro capítulo tratou das consequências pastorais. Respondeu à pergunta de como funciona, na prática, as redes de comunidades. Vários elementos sugestivos alimentam tal perspectiva. Inclui aspectos internos da vida eclesial e externos ao relacionar as CEBs com Igrejas, religiões e organizações solidárias à luta dos excluídos. O modo de estruturação do terceiro capítulo permite avançar na reflexão. Optamos em organizá-lo em três partes. No primeiro momento desenvolvemos as redes de comunidades nas relações interpessoais, intemistrial e intercomunitárias. Três aspectos fundamentais e complementares para a organização das redes de comunidades. No segundo momento tratamos da dimensão ecumênica e “macro-ecumênica” das redes de comunidades. Refere-se às relações possíveis entre Igrejas, religiões e culturas. Por último, apresentamos a formação de redes entre as CEBs e as organizações comprometidas com a vida dos pobres. Daí a importância da formação de redes com as pastorais sociais, os movimentos sociais e o movimento ecológico.

As realidades no Brasil reúnem diversas experiências. Multiplicam-se experiências de redes de comunidades. Naturalmente não tratamos disso neste trabalho. Apenas procuramos indicar caminhos possíveis à luz da compreensão de redes e das dimensões a desenvolver-se em tal perspectiva. As redes de comunidades recentemente ocupam centralidade nos planos de pastoral das dioceses. Se bem compreendidas, podem desempenhar progresso na ação pastoral. O risco permanece em torná-las unidades subordinadas às paróquias. Representa colocar “vinho novo em odres velhos” (Mc 2,22). A descentralização das estruturas da Igreja significa *desparoquializar* a diocese. Romper com a clericalização. Urge favorecer maior participação entre os fiéis. Edificar a Igreja de modo ministerial. Ratificar a opção pelos pobres. Fortalecer a comunhão eclesial. Ampliar a força carismática da Igreja a serviço da missão.

A dissertação apresenta seus próprios limites. Não há pesquisas relacionadas diretamente ao tema. Encontram-se muitos documentos diocesanos e citações de conferências episcopais com explicitação a respeito. Talvez a continuidade da pesquisa merecesse a

investigação sobre os diversos modos de compreender as redes de comunidades. Nesse trabalho, optamos em propor uma perspectiva aproximada da compreensão adotada pela sociedade. Encontramos elementos indicativos na eclesiologia das CEBs, oriunda da teologia do Concílio Vaticano II que confirma tal perspectiva.

Nas consequências pastorais, revela-se a ausência das redes de comunidades com a vida consagrada e as diversas congregações, ordens religiosas e institutos seculares. Tal estudo desperta o interesse da continuidade da pesquisa, adotando-o como tema próprio. Associada ao interesse da vida consagrada, resta-nos ainda pesquisar o papel da renovação das estruturas da Igreja na missão continental a partir da concepção de redes de comunidades. Por fim, cada item, indicado no terceiro capítulo, carece de estudos específicos. Encoraja-nos a continuar a pesquisa no intuito de descobrir novos aspectos da opção pelas CEBs na renovação da Igreja em redes de comunidades.

Leonardo Boff, ao concluir sua obra *Homem, satã ou anjo bom?* escreve: “a utopia vai sempre além de qualquer horizonte dado. A utopia representa a antecipação do que vai ser: a esperança em plenitude” (BOFF, L., 2008, p.220). A Igreja organizada em redes de comunidades não deve ser vista como ilusão ou fantasia. Apresenta-se como utopia, esperança em plenitude, perspectiva viável e decisiva para a presença da Igreja no mundo e cumprimento da missão de anunciar o Reino de Deus. Este, concretizado nas condições históricas atuais. Em tempos de mudanças de época, Moltmann³²³ afirma que “no fim, sempre se revela um novo início”³²⁴. E propõe: “somente seremos capazes de novos inícios se estivermos dispostos a abandonar o que nos atormenta e o que nos falta. Se procurarmos o novo início, ele nos encontrará” (MOLTMANN, 2007, p.9). Eis a decisão de avançar na construção nesse “novo jeito de ser Igreja”.

³²³ Jürgen Moltmann, natural de Hamburg, foi pastor na cidade de Bremen. Habilitado para a docência nas áreas de História do Dogma e Teologia Sistemática, lecionou nas Universidades de Wuppertal (1957-1963), Bonn (1963-1967) e Tübingen (1967-1994). Inspirado na obra de Ernest Bloch escreveu em 1964 a obra “Teologia da Esperança”.

³²⁴ Cf. MOLTMANN, 2007.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Luciana. *A forma política do MST*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, v.4, 2007, p.83-93 (Cadernos Cermex).

ALVES, Toinho. *Florestania*. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69:florestania-toinho-alves&catid=20:digos-da-florestania-artigos-&Itemid=241>. Acesso em: 30 jun. 2010.

ASI, Emmanuel. *Deus em Nazaré: a face humana de Deus*. Tradução de Therezinha Motta Lima da Cruz. Loyola: São Paulo, 1995, 131p.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. *Libertação e diálogo: a articulação entre teologia da libertação e teologia do pluralismo religioso em Leonardo Boff*. 2007. 475f. (Doutorado em ciência da religião) – Programa de pós-graduação em ciências da religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

BARROS, Marcelo. *O sonho da paz*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BEOZZO, José Oscar. As CEBs e os seus desafios hoje: um olhar sobre a conjuntura e a história. In: DOZINHO, 2008, Porto Velho. *Conferência em preparação ao XII Encontro Intereclesial das CEBs*. 28p. Não publicado.

BEOZZO, José Oscar. CEBs, Povo de Deus: 2000 anos de caminhada. In.: SECRETARIADO DE CEBs PARA O 10º INTERECLESIAL. *CEBs, Povo de Deus: 2000 anos de caminhada*. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1999. 238p. Texto-base.

BETTO, Frei. *A Mosca Azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. 320p.

_____. *CEBs rumo à nova sociedade: o 5º Encontro Intereclesial das comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Paulinas, 1983.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz Religiosa Brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes; Koinonia, 2003. 260p.

BOFF, Clodovis. CEBs, Igreja de comunhão e participação. In.: SECRETARIADO DE CEBs PARA O 10º INTERECLESIAL. *CEBs, Povo de Deus: 2000 anos de caminhada – texto-base*. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1999. p.103-115.

_____. Crônica teológica do V Encontro Intereclesial de comunidades de base. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.43, n.171, p.471-493, set. 1983.

BOFF, Leonardo. A Colegialidade de todo o Povo de Deus: uma interrogação a partir da prática. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.46, n.183, p. 650-657, set. 1986.

_____. As eclesiologias presentes nas comunidades eclesiais de base. In: SEDOC. *Comunidades eclesiais de base: uma Igreja que nasce do povo, encontro de Vitória*. Petrópolis: Vozes, 1975. p.201-209.

_____. *Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base re-inventam a Igreja. SEDOC*, Petrópolis, v.9, n.95, p.393-448, out.1976.

_____. *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 251p.

_____. Igreja, povo que se liberta. *SEDOC*, Petrópolis, v.11, n.118, p.705-708, jan/fev. 1979.

_____. Salvar a terra, cuidar da humanidade e garantir o futuro da vida e da fé cristã. In: CORDEIRO, Luiz Valdecir (org.). *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia*: CEBs, Ecologia e Missão. São Paulo: Paulus, 2008. p.95-106. Texto-base.

BORGES, Sérgio de Deus. O pároco, pastor próprio da comunidade. *Revista Brasileira de Direito Canônico*, v. 20, n.51, p.25-34, 2006.

BORZEL, Tania A. *Qué tienen de especial los policy networks?* Explorando el concepto y su utilidade para el estudio de la gobernación europea, 1997. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/redes/redes.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRIGHENTI, Agenor. Crônica do desenrolar da V Conferência. In.: AMERÍNDIA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. Tradução Luís Marcos Sander. São Paulo: Paulinas, 2008. p.32.

CÂNDIDO, G. A.; ABREU, A. F. *Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório*. In: EnANPAD, 24, 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.

CAPRA, Fritjof. *O que é sustentabilidade*. 1997. Disponível em: <<http://www.13luas.art.br/xps/modules/articles/article.php?id=58>>. Acesso em: 9 jul. 2010.

CARDOSO, Luiz de Souza. *A formação do protestantismo de missão no Brasil: evangelizar e educar*. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais7/Trabalhos/xAFormacao%20do%20Protestantismo%20de%20missao%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CASALDÁLIGA, Pedro. O macroecumenismo e a proclamação do Deus da vida. In: TEIXEIRA, Faustino, L. C. *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 2001. p.31-38.

CASTANHO, Amaury. *Caminhos de CEBs no Brasil: reflexão crítica*. Rio de Janeiro: Agir, 1987. 153p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

_____. *O poder da identidade*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).

_____. *Fim de milênio*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999c. 497p. (A era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.3).

CAVALCANTI, Tereza Maria. A sabedoria que vem da simplicidade: espiritualidade do cotidiano – livros sapienciais. In: SECRETARIADO NACIONAL DO 11º INTERECLESIAL DAS CEBs. *CEBs: Espiritualidade Libertadora: seguir Jesus no compromisso com os excluídos*. Belo Horizonte: O lutador, 2004. p.72-93. Texto-base.

_____. Sobre a participação das mulheres no VI Encontro Intereclesial de CEBs. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.47, n.188, p. 803-819, dez. 1987.

CEBI. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/institucional-objetivos.php>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CECHIN, Antônio. O oitavo Encontro Intereclesial de CEBs e a Ecologia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.52, n.208, p.856-875, dez. 1992.

CELEBRA. *Celebra: rede de animação litúrgica*. 2007. Disponível em: <http://www.redecelebra.com.br/rede_celebra1.php>. Acesso em 16 jul. 2010.

CELMU. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.celmu.com.br/index.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CESE. *Missão e princípio*. Salvador. 2010. Disponível em: <<http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=missao>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CESEP. *Objetivos*. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.cesep.org.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

COMBLIN, José. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 70p.

_____. *Teologia da cidade*. Tradução de Célia Maria Leal. São Paulo: Paulinas, 1991. 304p. (Teologia Hoje).

CONIC. *Identidade, missão e objetivos*. Brasília. 2007. Disponível em : <<http://www.conic.org.br/?system=news&eid=196>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

CORDEIRO, Luiz Valdecir. *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia: CEBs, ecologia e missão*. São Paulo: Paulus, 2008. Texto-base.

CUNHA, Rogério de Almeida. Trabalho, teimosia e esperança: a questão do trabalho no 8º Encontro Intereclesial das CEBs. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.52, n.208, p. 877-893, dez. 1992.

CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do concílio ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2001 (Clássicos de bolso).

COMISSÃO NACIONAL DOS PRESBÍTEROS. *Presbítero, discípulo e missionário de Jesus Cristo na América Latina*. Brasília: CNBB, 2007. Texto-base do 12º Encontro Nacional de Presbíteros.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Fraternidade e água: manual CF-2004*. São Paulo: Salesiana, 2003. 380p.

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010*. São Paulo: Paulinas, 2008. (Documentos da CNBB, 87).

_____. *Documentos*. São Paulo: Paulinas, 2004. 1 CD-ROM.

_____. *Mensagem ao povo de Deus sobre as comunidades eclesiais de base*. São Paulo: Paulinas, 2010 (Documentos da CNBB, 92).

_____. *Todos os pronunciamentos do papa no Brasil: texto integral segundo a CNBB*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 1980.

CONGRESSO DA ANPTECRE, 2., 2009, Belo Horizonte. *A proposta do ecossocialismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. 1 CD-ROM.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. 5.ed. Brasília: CNBB, 2008. 311p.

_____. *Documentos do CELAM: conclusões das conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2005. 879p. (Clássicos de Bolso).

_____. *IV Conferência do episcopado Latino-Americano: nova evangelização, promoção humana e cultura cristã*. Tradução oficial da CNBB. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 181p.

_____. *Puebla: conclusões. III Conferência geral do episcopado Latino-Americano: a evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1979. 363p.

DECKARD, Barbara Sinclair. *The women's movements*. HarperCollins College, 1983 *apud* SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005. p.30 (Coleção Estudos Brasileiros).

ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBs. 6, 1986, Trindade. Relatório do VI encontro Intereclesial das CEBs. *SEDOC*, v.196, n.19, p.387-495, nov. 1986.

_____. 12, 2009, Porto Velho. *Carta às irmãs e aos irmãos das CEBs e a todo o Povo de Deus*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/images/arquivos/files_4a82b4b900e0e.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2010.

DEMO, Pedro. Problemas sociológicos da comunidade. In: CNBB. *Comunidades: igreja na base*. São Paulo: Paulinas, 1975. p.67-110.

EQUIPE CENTRAL DO 8º ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBs. *Culturas oprimidas e a Evangelização na América Latina*. Santa Maria: Pallotti, 1991. 107p. Texto-base.

EUROPEAN UNION. Networking people for a good governance in Europe. *White Paper on Governance*, Work Area, n. 4, 2001. Disponível em: <www.eu.org>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FERRARO, Benedito. O IX Encontro Intereclesial de CEBs: festa da inclusão e recriação da utopia. Um olhar de esperança! *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.57, n.228, p.811-816, dez. 1997.

FLEURY, Sonia. *O desafio da gestão das redes de políticas*. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración pública, Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/filemanager/download/375>>. Acesso em: 02 set. 2008.

FLEURY, Sonia; OUVÉRY, Assis Mafort. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. 204p.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto. (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.67-157.

FRIGERIO, Tea. Espiritualidade da caminhada e da libertação: enxergando o Arco Íris. In: SECRETARIADO NACIONAL DO 11º INTERECLESIAL DAS CEBs. *CEBs: Espiritualidade Libertadora: seguir Jesus no compromisso com os excluídos*. Belo Horizonte: O lutador, 2004. p.41-55. Texto-base.

FRISOTTI, Heitor. Teologia, racismo e mestiçagem. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.52, n.208, p.833-845, dez. 1992.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2008a. 215p.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008b. 166p.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1997. 383p.

GOMES, Evaldo Xavier. Capacidade dos leigos para assumirem ofícios eclesiais. *Revista Brasileira de Direito Canônico*, Rio de Janeiro, v.20, n.51, p.11-24, 2006.

GREGORY, Afonso. *Comunidades eclesiais de base: utopia ou realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973. 189p. *apud* BOFF, L. *Eclogia: as comunidades eclesiais de base re-inventam a Igreja*. SEDOC, Petrópolis, v.9, n.95, p.393-448, out.1976.

GUTIERREZ, Gustavo. Significado y alcance de Medellín. In: DAMMERT, José et al. *Irrupción y caminar de la Iglesia de los Pobres: presencia de Medellín*. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas – CEP, 1989.

JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Redemptoris Missio*: sobre a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Código de direito canônico*. Tradução da CNBB. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

KLOPPENBURG, Boaventura. *Igreja popular*. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 236p.

LIBÂNIO, João Batista. *À volta à grande disciplina*: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. São Paulo: Loyola, 1983. 180p. (Coleção Teologia e Evangelização, 4).

_____. *As lógicas da cidade*: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Loyola, 2001. 229p.

_____. CEBs: Igreja em busca da terra prometida. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.46, n.183, p. 489-511, set. 1986.

_____. *Cenários da Igreja*: num mundo plural e fragmentado. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2009. 199p. (Coleção FAJE).

_____. *Evangelização e Libertação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 225p. (Coleção vida religiosa: temas atuais 3).

_____. Finalidade e significado dos Intereclesiais. In: CNBB. *Diálogo CNBB-CEBs*. Brasília, 1995. p. 31 (Dimensão comunitária e participativa- linha 1 – CNBB) *apud* TEIXEIRA, Faustino L. C. A caminhada das CEBs nos Encontros Intereclesiais. In: SECRETARIADO DE CEBs PARA O 10º INTERECLESIAL. *CEBs, Povo de Deus*: 2000 anos de caminhada. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1999, p.46. Texto-base.

_____. Igreja: povo oprimido que se organiza para a libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.41, n.162, p.279-311, jun. 1981.

_____. O IX Encontro Intereclesial das CEBs. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.57, n.228, p.787-810, dez. 1997.

_____. O X Encontro Intereclesial de CEBs: leitura teológica. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v. 60, n. 239, p. 540-556, set. 2000.

_____. *Os carismas na Igreja do terceiro milênio*: discernimento, desafios e práxis. São Paulo: Loyola, 2007. 285p.

_____. Pluralismo cultural e pluralismo religioso. In: AMERÍNDIA. *V Conferência de Aparecida*: renascer de uma esperança. Tradução de Luís Marcos Sander. São Paulo: Paulinas, 2008. p.73-78.

_____. *Teologia da Libertação*: roteiro didático para um estudo. São Paulo: Loyola, 1982.

_____. Uma Igreja que se redefine. *SEDOC*, Petrópolis, v.9, n.95, p.295-326, out. 1976.

_____. VIII Encontro Intereclesial das CEBs (eventos no evento). *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.52, n.208, p.789-800, dez. 1992.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. *Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MARIANI, Ceci Baptista. Ética, fé/espiritualidade e política. In: PINHEIRO, José Ernanne (Org.). *Resgatar a dignidade da política*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARINS, José; TREVISAN Teolide M.; CHANONA, Carolee. Elementos para avaliar o VIII Encontro Intereclesial das CEBs. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v.52, n.208, p. 801-813, dez. 1992.

MARTIN, Leonard. Um povo que reza com os pés: os gestos e símbolos das CEBs no V Encontro Intereclesial. *SEDOC*, v.16, n.167, p.301-310, out. 1983

MESTERS, Carlos. De Santa Maria para São Luís: reflexões em torno do uso da Bíblia no IX Encontro Intereclesial. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v. 57, n. 228, p. 825-842, dez. 1997.

_____. O futuro do nosso passado: O que deve ser tem força! In: *SEDOC. Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que nasce do Povo, encontro de vitória*. Petrópolis: Vozes, 1975. p.120-200.

MOLTMANN, Jürgen. *No fim, o início: breve tratado sobre a esperança*. Tradução de Irineu J. Rabuske. São Paulo: Loyola, 2007.

MURAD, Afonso; GUIMARÃES, Marcelo Rezende. O amadurecimento litúrgico das CEBs e os sinais de uma nova espiritualidade. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.52, n.208, p. 821-832, dez. 1992.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A consolidação das CEBs. *SEDOC*, v.16, n.165, p.310-315, out. 1983.

_____. A posição do leigo nas comunidades eclesiais de base. In: *SEDOC*, v.9, n.95, p. 286-291, out. 1976.

_____. CEB: unidade estruturante de Igreja. In: BOFF, Clodovis. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997a (Coleção atualidade e diálogo).

_____. Igreja e modernidade: o caminho das CEBs. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.52, n.208, p.814-819, dez. 1992.

_____. *Reforçando a rede de uma Igreja missionária: uma avaliação pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia*. São Paulo: Paulinas, 1997b.

ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS. *RCC - Renovação Carismática Católica e CEB's - Comunidades Eclesiais de Base*. 2009. Disponível em: <<http://www.capuchinhosrj.org.br/DetalharNoticiaForm.aspx?Id=35>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

ORO, Ari Pedro. *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

PASTOR, Felix Alexandre. Paróquia e comunidade de base: uma questão eclesiológica. *Síntese*, Rio de Janeiro, v.4, n.10, p.21-43, mai./ago. 1977.

PAULO VI. *A evangelização no mundo contemporâneo: Evangelii Nutiandi*. São Paulo: Loyola, 1976. p.46.

PAULO VI. Discurso de encerramento do Sínodo dos Bispos. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.34, n.136, p.945, dez. 1974.

POLDONY, Joel M.; PAGE, Karen L. Network forms of organization. *Annual Review of Sociology*, v.24, p.57-76, 1998. Disponível em: <<http://arjournals.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.24.1.57>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

RAMALHO, Jether Pereira. Ecumenismo brotando da base. *SEDOC*, v.11, n.118, p.842-845, jan./fev. 1979.

RATZINGER, Joseph. As implicações pastorais da doutrina sobre a colegialidade dos bispos. *Concilium*, v.1, n.1, p.27-49, jan. 1965.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; RAMALHO, Jether Pereira. Caminhar Juntos: um balanço da trajetória ecumênica das CEBs no Brasil, Petrópolis, v.57, n.228, p.867-880, dez. 1997.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. CEBs e Ecumenismo: uma discussão a partir da dimensão ecumênica do oitavo intereclesial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v.52, n.208, p.846-855, dez. 1992.

RIBEIRO, Lúcia. O IX Encontro Intereclesial no olhar da mulher. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.57, n.228, p.857-866, dez. 1997.

RIECHMANN, Jorge; BUEY, Francisco Fernández. *Redes que Dan Libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 1994.

ROVERE, M. *Redes En Salud: Un Nuevo Paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidad*. Rosario: Secretaría de Salud Pública/AMR; Instituto Lazarte (reimpresión), 1999. p.25-44.

SANSON, César. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. *Observatório Social da América Latina*, ano IX, n.24, p.197-200. Out. 2008.

SANTOS, Carlos César; MOREIRA, Gilvander Luís. CEBs: Memória e utopia. Reflexões a partir do 11º Intereclesial. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.65 n.260, p.874-899, out. 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005. 143p. (Coleção Estudos Brasileiros).

SEDOC. Carta às comunidades: encontro das comunidades eclesiais de base. *SEDOC*, Petrópolis, v.33, n.282, p.183-190, set/out. 2000.

_____. Carta às irmãs e aos irmãos das CEBs do Brasil. *SEDOC*, Petrópolis, v.38, n.311, p.102-104, jul./ago. 2005.

_____. Carta de São Luís. 9º Encontro Intereclesial: CEBs, vida e esperança nas massas. *SEDOC*, Petrópolis, v.30, n.264, p.236-242, set/out. 1997.

_____. *Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que nasce do Povo, encontro de vitória*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SILVA, Antônio Aparecido; FRISOTI, Heitor; PIRES, Dom José Maria. A presença afro no IX Intereclesial. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, v.57, n.228, p.843-856, dez. 1997.

SILVA, Liomar Pereira. Estudo sobre o governo da paróquia. *Revista Brasileira de Direito Canônico*, Rio de Janeiro, v.22, n.55, p.111-144, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: panorama mundial. O planeta e as metáforas. In: SOTER. *Sustentabilidade da Vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008.

SUNG, Jung Mo. A presença pública da Igreja no espaço urbano. In: CASTRO, Clovis Pinto; CUNHA, Magali do Nascimento; LOPES, Nicanor (org.). *Pastoral urbana: presença pública da Igreja em áreas urbanas*. São Bernardo do Campo: Editeo / Universidade Metodista de S. Paulo, 2006. p.21-32.

TEIXEIRA, Faustino L. C. A caminhada das CEBs nos Encontros Intereclesiais. In: SECRETARIADO DE CEBs PARA O 10º INTERECLESIAL. *CEBs, Povo de Deus: 2000 anos de caminhada*. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1999, p.45-71. Texto-base.

_____. A espiritualidade nas CEBs. In: BOFF, Clodovis. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. (coleção atualidade e diálogo).

_____. *A fé na vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das comunidades eclesiais de base no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987.

_____. *A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988b.

_____. *Comunidades eclesiais de base: bases teológicas*. Petrópolis: Vozes, 1988a, p.117.

_____. Diálogo entre as religiões e Igrejas em favor da vida e da justiça. In: CORDEIRO, Luiz Valdecir (org.). *Do ventre da Terra, o grito que vem da Amazônia: CEBs, Ecologia e Missão*. São Paulo: Paulus, 2008. p.131-142. Texto-base.

_____. Diálogo Inter-Religioso: o desafio da acolhida da diferença. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v.34, n.93, p.155-177, mai./ago 2002.

_____. Karl Rahner e as religiões. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v.36, n.98, p.55-74, jan./abr. 2004.

_____. O desafio do diálogo inter-religioso para a teologia latino-americana. *ISER/Assessoria*, Rio de Janeiro, sv., sn., 17p., sd. In: www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/96.DOC. Acesso em 19 de junho de 2010.

_____. *Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996 (atualidades em diálogo).

_____. Teologia de las religiones. Una visión panorámica. 1. ed. Quito: Abya Yala, 2005. 220p.

TEPEDINO, Ana Maria. Espiritualidade do Seguimento de Jesus no compromisso com os Excluídos: fora do Amor, não há salvação. In: SECRETARIADO NACIONAL DO 11º INTERECLESIAL DAS CEBs. *CEBs: Espiritualidade Libertadora: seguir Jesus no compromisso com os excluídos*. Belo Horizonte: O lutador, 2004. p.94-118. Texto-base.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. 431p.

WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; São Paulo: Loyola, 2005. 258p.